

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA POPULAR DO ALTO
DA CAEIRA – FLORIANÓPOLIS / SC : A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA
RELAÇÃO COM A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E A
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.**



DIDEANNE CYNARA ALVES NUNES

Florianópolis, Fevereiro de 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA POPULAR DO ALTO
DA CAEIRA – FLORIANÓPOLIS / SC : A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA
RELAÇÃO COM A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E A
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina, para obtenção do Título de
Bacharel em Serviço Social, orientado
pelo Professor Dr. Raúl Burgos.

FLORIANÓPOLIS – SC – BRASIL – 2004

DIDEANNE CYNARA ALVES NUNES

A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA POPULAR DO ALTO
DA CAEIRA – FLORIANÓPOLIS / SC : A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA
RELAÇÃO COM A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E A
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.

Esta monografia foi apresentada como trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social à
Universidade Federal de Santa Catarina

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Raúl Burgos
Presidente da Banca

Assistente Social Simone Matos Machado
Examinador

Assistente Social Prof. Luiz Carlos Chaves
Examinador

FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 2004.

“A revolução acontece quando o extraordinário se torna cotidiano, em nossas pequenas ações. E o coletivo é um espaço desta revolução cotidiana.”

(Educadores Sem Terra)

AGRADECIMENTOS

A Deus que me acompanha em todos os momentos de minha vida, e nunca deixou de me fazer acreditar que a fé, realmente move montanhas.

Aos meus pais, Ayrton e Cibele, que apesar da distância durante todo o curso, sempre estiveram comigo em pensamento e no meu coração. Nunca deixaram de me apoiar nas minhas decisões, pois estavam sempre torcendo pela minha felicidade. A vocês minha eterna gratidão e todo meu amor.

A minha irmã, Cydeane, que apesar das desavenças, nunca deixou de ser minha melhor amiga, te adoro do fundo do meu coração. Saudades mana!

Ao meu irmão, Wanderson, que mesmo tendo pouca convivência, sempre fez e fará parte da minha vida. Também adoro você!

A minha avó Carmem, quanto incentivo, sempre com palavras amorosas para me consolar. Quero continuar sendo sempre o seu tesouro.

Ao meu tio Dinho, mesmo do outro lado do oceano pacífico, nunca deixou de estar dentro do meu coração. Sua sobrinha gosta muito de você.

A minha grande amiga e companheira de faculdade, lutas e campanhas, Fabiani Witt, sem sua companhia, esses anos de curso não teriam a mesma alegria. Obrigado por tudo, espero que nossa amizade dure para sempre.

A minha professora querida, Assistente Social Simone Matos Machado, que nos ajudou a enxergar o Movimento Social de forma especial. A você todo o meu carinho e admiração.

Ao meu orientador Raúl Burgos, obrigado pela paciência e insistência, um grande abraço pra você.

A todos os companheiros do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP) e do movimento Fórum da Cidade. Em especial meu amigo e formando Carlos Raulino, Sandra, Albertina, Azevedo, Julcemar, Vereador Nildão e todos que contribuem com o movimento sócio-comunitário de Florianópolis.

A todos meus amigos da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento Urbano, da Prefeitura Municipal de São José, principalmente à Mônica, Marlene, Vera, Karina, Rita, Carina, Engenheiros Renato e André, Secretário Adjunto Dr. Francisco, por fazerem descobrir a minha vocação dentro da área da habitação popular.

A todas as minhas amigas do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e colegas que participaram comigo na diretoria do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social – CALISS e na organização e realização do XI Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social.- SNFPMESS.

Aos companheiros e companheiras do Partido dos Trabalhadores – PT, onde dedico minha militância na busca de uma sociedade socialista, minhas saudações à Afrínio Boppré, Tânia, Paulo, Murilo, Edson, Santana, Adriane, Márcio, Cedenir e a todos os petistas que lutam por um país mais socialista.

Em especial ao meu namorado, Guilherme Gabriel Lopes, e toda sua família, simplesmente por serem pessoas abençoadas por Deus. Te amo de verdade!

A todos que de uma forma ou outra contribuíram e estiveram presentes na elaboração deste trabalho.

LISTA DE SIGLAS

AMAC – Associação de Moradores do Alto da Caeira

COHAB – Companhia de Habitação

BNH – Banco Nacional de Habitação

CDH – Companhia de Desenvolvimento a Habitação

NESSOP - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

UFECO – União Florianopolitana de Entidades Comunitárias

CMP – Central de Movimentos Populares

CAPROM – Centro de Apoio e Promoção ao Migrante

MST – Movimento Sem Terra

ONG'S – Organizações Não Governamentais

FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana

FAMESC – Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina

FCP – Fundação da Casa Popular

IAP'S – Institutos de Aposentadoria e Pensões

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

PLANHAP – Plano de Habitação Popular

SIFHAP – Sistema Financeiro de Habitação Popular

FHC – Fernando Henrique Cardoso

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizado ao Comércio

MNU – Movimento Negro Unificado

PSH – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

PAR – Programa de Arrendamento Residencial

HBB – Habitar Brasil BID

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento

ONU – Organizações das Nações Unidas

COHAB/SC – Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania

CASAN – Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

APP – Área de Preservação Permanente

APA – Área de preservação Ambiental

SINTRATURB – Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Urbanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1. A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA RELAÇÃO COM A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE.....	03
1.1 O DIREITO À HABITAÇÃO.....	04
1.2 A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL NO BRASIL.....	07
1.3 A ORIGEM DO FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA (FNUR).....	10
1.4 O ESTATUTO DA CIDADE E O PLANO DIRETOR: INSTRUMENTOS NORTEADORES PARA UMA POLÍTICA QUE ATENDA AS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE.....	14
1.5 O PAPEL POLÍTICO DAS ASSOCIAÇÕES NA LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE EM FLORIANÓPOLIS.....	15
1.6 O MOVIMENTO FÓRUM DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.....	18
1.7 BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA.....	20
1.8 LEGISLAÇÃO REFERENTE AO DIREITO À HABITAÇÃO.....	27
1.9 A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	32
1.10 A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.....	34
CAPÍTULO 2. A QUESTÃO HABITACIONAL E O SURGIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA POPULAR NO BAIRRO DO ALTO DA CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES: SUAS LUTAS E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	40
2.1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES.....	41
2.2 A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM BUSCA PELO DIREITO À MORADIA.....	44
2.3 A COMUNIDADE DO ALTO DA CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES.....	51
2.4 A REESTRUTURAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE DO ALTO DA CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES: 2003 e 2004.....	62

2.4.1 O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE DO ALTO DA CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES.....	62
2.4.2 O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO DO ALTO DA CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES NA FALA DOS MORADORES.....	67
2.5 A PESQUISA DO PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA COMUNIDADE DO ALTO DA CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS - REFLEXÃO SOBRE A CAPITAL NÚMERO UM EM QUALIDADE DE VIDA E A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL NO BAIRRO DO ALTO DA CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES.....	89
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	91
ANEXOS.....	95

LISTA DE FOTOS

FOTO 01 – Vista da parte frontal da comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões, no maciço do Morro da Cruz.....	52
FOTO 02 – Poço onde os moradores retiram água na comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões.....	54
FOTO 03 – Situação da rua que dá acesso as residências na comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões.....	55
FOTO 04 – Entrevista realizada com o morador do Alto da Caeira do Saco dos Limões Sr. Alfredo Alves Pereira (Tio Fredo).....	74
FOTO 05 – Entrevista realizada com a moradora do Alto da Caeira do Saco dos Limões Dona Cladis Sirino Disnei.....	76
FOTO 06 – Entrevista realizada com o morador do Alto da Caeira do Saco dos Limões Sr. Valdeci Sirino.....	78
FOTO 07 – Entrevista realizada com a moradora do Alto da Caeira do Saco dos Limões Dona Darcila Rosa.....	79
FOTO 08 - Entrevista realizado com o morador do Alto da Caeira do Saco dos Limões Sr. Luis Carlos Alves.....	83

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Tipo de habitação dos moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões.....	54
GRÁFICO 02 – Ligação de água pela CASAN dos moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões.....	55
GRÁFICO 03 – Ligação de luz pela CELESC dos moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões.....	56
GRÁFICO 04 – Forma de esgoto dos moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões.....	57
GRÁFICO 05 – Forma de ocupação das habitações dos moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões.....	58
GRÁFICO 06 – Tipo de comprovante de residência dos moradores do alto da Caeira do Saco dos Limões.....	59
GRÁFICO 07 – Procedência das Famílias da comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões.....	60
GRÁFICO 08 – Tempo de residência das famílias na comunidade do Alto da Caeira do saco dos Limões.....	61
GRÁFICO 09 – Renda por pessoas dos moradores da comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões.....	62

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, Florianópolis assim como a maioria das capitais do país, tem sofrido um acelerado crescimento urbano, ocasionado pela busca por maiores oportunidades e qualidade de vida. Esta corrida é tão significativa que nos últimos anos, Florianópolis, vêm sendo percebida como uma cidade de alta qualidade de vida, atraindo pessoas de toda parte do Brasil, da Argentina e também do Uruguai, fazendo com que o aumento populacional chegasse a quase 100% nos últimos vinte anos. Os investimentos voltados apenas para o mercado turístico e imobiliário, fortalecendo ainda mais o sistema capitalista, e outros fatores políticos locais, fizeram com que aumentasse o empobrecimento principalmente nas áreas de periferia da cidade. O surgimento de comunidades em áreas irregulares da cidade já ocorre a muitos anos, e devido à especulação imobiliária, principalmente nas áreas mais “nobres”, localizadas próximo à universidade, o centro de Florianópolis, e as praias. O aluguel nessas regiões tornou-se algo incompatível e impossível para a renda de muitas famílias. A alternativa é comprar terrenos ou alugar uma casa nessas áreas sem infra-estrutura adequada, desprovidos de qualidade de vida.

E são nesses locais que a comunidade sente na pele o descompromisso do poder público, mas mesmo assim continuam lutando por uma vida digna e pelo direito social da cidade. Já Afirmava Muller (1992, p. 38), em seu texto que:

No espaço urbano, especialmente nos centros maiores, observa-se o surgimento ou dinamização dos movimentos junto aos setores populares que reivindicam ao poder público, bens e serviços para o atendimento de suas necessidades básicas, organizados principalmente a partir dos bairros ou locais de moradia. Tais organizações, com o processo de transição política, vão alterando o seu padrão de relação com o Estado, adotando formas de interação abertas à negociação, embora sujeitas às contradições inerentes a esse momento político.

É nessa busca pela organização comunitária da sociedade civil, que coloco os objetivos centrais da minha pesquisa, analisando mais detalhadamente as experiências da

Associação de Moradores da comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões (AMAC), localizada na Servidão da Felicidade, entre o ponto final da linha de ônibus Caeira do Saco dos Limões e o ponto final do ônibus Monte Serrat, na área central de Florianópolis. A comunidade também fica próxima do Morro da Mariquinha, Morro da Serrinha, Morro da Caeira e Morro do Monte Serrat, entre outras, onde juntas formam o complexo do maciço do Morro da Cruz.

O presente trabalho buscou realizar uma pesquisa de história oral e de vida com alguns moradores da comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões, com intuito de fazer um levantamento histórico sobre a origem da organização de bairro na região, na qual tem se destacado no movimento sócio-comunitário popular de Florianópolis, pela iniciativa dos moradores buscar democratizar a participação popular, se mobilizar para reivindicar seus direitos, e viabilizar recursos para desenvolver projetos sociais na comunidade. Para Minayo (1994, p. 17) “é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo [...] embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação”. Tal estudo pretende verificar a origem da construção participativa e política dos moradores, os elementos que motivaram sua participação na Associação de Moradores do Alto da Caeira e em outros movimentos populares em Florianópolis, como também identificar o projeto de organização comunitária que estão desenvolvendo atualmente e as possibilidades de luta pela moradia através dessa organização.

**CAPÍTULO 1. A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA RELAÇÃO COM A FUNÇÃO
SOCIAL DA CIDADE.**

1.1 O DIREITO À HABITAÇÃO.

Os direitos são direitos essenciais. Sem eles os indivíduos não conseguem desenvolver plenamente suas potencialidades.

O direito à habitação, como ressaltam vários instrumentos internacionais, não se restringe apenas à presença de um abrigo, ou um teto, mas engloba uma concepção mais ampla. Este direito se estende a todos e, assim, toda a sociedade e cada um de seus membros têm de ter acesso a uma habitação provida de infra-estrutura básica e outras facilidades, ou seja, acesso a uma habitação adequada. Para Veras e Bonduki (1986, p.40), conceitualmente, a habitação deve ser encarada no seu duplo aspecto: abrigo (teto, parede, piso) e como inserção no espaço urbano, e aí com seus complementos de infra-estrutura, transporte, equipamentos sociais, abastecimento, localização e paisagem.

Possuir uma habitação adequada é condição fundamental para o homem exercer plenamente a sua cidadania, estando inserido na concepção de um padrão de vida com dignidade. Segundo Souza (2002, p.17),

O direito à habitação não se restringe a uma simples teto, mas ao direito de morar em um local adequado, com acesso a serviços básicos de fornecimento de água tratada, luz, captação de esgoto, transporte, pavimentação de ruas, escola, creche, centro de saúde e áreas de lazer. Não é apenas ter um espaço físico para morar, mas morar com direito a usufruir da cidade no que ela tem de positivo e importante.

Esse direito, o de ter uma habitação, é um assunto que deve ser tratado com grande importância, principalmente quando o assunto é as famílias brasileiras que ainda hoje lutam por esse direito há tanto tempo garantido em nossas legislações como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Federativa do Brasil e mais especificamente a Constituição do Estado de Santa. Mesmos com todos esses instrumentos, o direito à habitação ainda é restrito a uma grande parte da população brasileira.

O Direito à habitação enquadra-se também na área dos direitos econômicos e sociais. Esses direitos caracterizam-se, geralmente, por exigirem dos Estados maior atuação para que sejam implementados. Muitos desses direitos exigem um grande gasto de recursos públicos para que existam na prática, e não fique apenas no papel. Embora haja muita dificuldade em cobrar sua eficácia, os direitos econômicos, sociais não devem ser deixados em segundo plano, pois, como afirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos humanos são interdependentes e indivisíveis. Podemos então dizer que os direitos civis e políticos não sobrevivem sem os direitos econômicos, sociais e culturais e vice-versa. Ainda de acordo com Souza (2002, p. 18), “mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter do Estado aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência do cidadão não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo do governo, e são devidos a todos”.

A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos – HABITAT II, realizado em Istambul em 1996, teve o objetivo de discutir como e onde moram os habitantes da Terra. O compromisso de aceitar de forma progressiva que se torne realidade o direito à moradia para todos foi firmado pelo Brasil e diversas outras nações. Programas especiais, objetivando examinar as soluções utilizadas para melhorar a qualidade de vida em centros urbanos, tendo como critérios eficiência na reabilitação de áreas degeneradas, uso de desenvolvimento sustentado e grau de inovação, foram selecionados pela organização do evento. Afirmou-se, nesta conferência, que uma moradia adequada requer mais que um teto sobre a cabeça dos indivíduos. Uma moradia adequada também significa privacidade adequada, espaço adequado, acesso físico, segurança adequada, estabilidade e durabilidade estrutural, iluminação, aquecimento e ventilação adequados, infra-estrutura básica adequada, como abastecimento de água e facilidades sanitárias e de

coleta de lixo; qualidade ambiental saudável e adequada; localização adequada e acessível em relação ao trabalho e facilidades básicas, tudo em um custo razoável.

Mas todos esses direitos são irrelevantes quando o acesso à terra, se restringe para populações de baixa renda, isso tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, esse é um dos grandes desafios da política pública no Brasil. Segundo Alfonsin (1997, p. 17),

O assunto domina a discussão da reforma agrária como também da reforma urbana. Como soluções adequadas ainda parecem estar longe e nas cidades o crescimento natural e a migração exigem soluções imediatas, as populações continuam a ocupar e invadir áreas livres, públicas ou privadas, adequadas ou, na maioria dos casos, inadequadas. Na ausência de soluções preventivas resta ao poder público, em princípio, três alternativas: ignorar os fatos, despejo forçado ou a regularização das ocupações.

Se tratando do direito que todos possuem em relação à cidade, ao direito à moradia, a necessidade de ter acesso à casa própria é uma aspiração da maioria das pessoas, principalmente quando constituem sua família. O problema reside no difícil acesso ao financiamento habitacional, sendo este um bem caro, e, portanto, inacessível para a grande parcela da população, que se encontra nos extratos mais carentes da sociedade brasileira. Segundo Santos (1999, p. 9),

... as estimativas oficiais [...] apontam que a necessidade de novas moradias no país é da ordem de quatro milhões de moradias urbanas e mais de um milhão de moradias rurais (SEPURB, 1996 e 1998) e que, aproximadamente 85% dessas carências se concentram nas famílias de renda inferior a cinco salários mínimos mensais.

É coerente analisar que a restrição dos direitos e garantias sociais é uma tendência mundial, fruto da nova globalização. Nos países desenvolvidos, a exclusão decorre da restrição de políticas tradicionais do Estado de bem-estar social. As pessoas anteriormente incluídas são desvinculadas em função das novas lógicas do mercado de trabalho e da intensificação da competição internacional.

A trajetória das políticas de proteção social, no Brasil, constitui-se em um cenário de crise de legitimidade do Estado, provocado pela emergência de uma classe operária, descontente com as condições de trabalho e de salário, inserida num

contexto de pleno crescimento industrial e urbano. Sob essa perspectiva, novas demandas sociais irão aparecer, exigindo novas formas de enfrentamento da realidade, levando o Estado a assumir uma posição central na relação entre o capital e o trabalho, a fim de viabilizar o novo modelo de desenvolvimento nacional. (Zulian, 2002).

Na política habitacional, o cenário não é diferente das demais políticas sociais, pois a carência por moradia é percebida como manifestação da desigualdade, implantada pelo capitalismo enquanto sistema político e de produção. Segundo Silva (1989, p. 33), “a questão habitacional, vista na sua dimensão estrutural, é um fenômeno que se insere no contexto do desenvolvimento do capitalismo.”

Embora se reafirme a importância do total respeito ao direito à habitação adequada, observa-se, em grande parte das nações, inclusive naquelas com alto grau de desenvolvimento, uma grande indiferença em relação a esse direito. As Nações Unidas estimam que mais de um bilhão de pessoas vivem em habitações inadequadas e mais de cem milhões não possuem moradia, em todo o mundo. Assim, número alarmante de pessoas carece do direito à habitação, e este contingente desfavorecido verifica-se, mais facilmente, nos países menos desenvolvidos economicamente, onde as desigualdades sociais manifestam-se de forma mais acentuada e gritante.

1.2 A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL NO BRASIL.

A conjuntura em que vivemos atualmente está moldada num projeto neoliberal, onde o Sistema capitalista, cada vez mais, torna-se responsável pelas desigualdades sociais, o aumento da pobreza, o desemprego, a violência, a criminalidade, enfim, as exclusões sociais.

Este projeto neoliberal, com um crescimento ofensivo desde os fins da década de 80, vem interagindo, sobretudo na reestruturação produtiva do capital, com efeitos negativos no

mercado de trabalho, crescimento desordenado das cidades, aumentando o número de habitações irregulares no país, o abandono de políticas sociais para crianças e idosos, agravando o índice de marginalidade em nossa sociedade. Essas políticas econômicas põem o crescimento econômico como a única razão de ser da economia, restringindo a responsabilidade do Estado de garantir o mínimo para que os cidadãos tenham uma vida digna e com qualidade.

Segundo Faleiros (1982) "em face às mudanças sociais profundas trazidas pela industrialização e pela concentração do capital, o Estado desempenha um novo papel no estímulo, na coordenação e na garantia de investimentos". Ou seja, as políticas sociais não são consideradas um investimento econômico, e mesmo assim, sendo um investimento social, onde irá combater as questões sociais, não tem uma importante relevância para uma sociedade Capitalista.

A problemática habitacional, no geral, acentuou-se com a desorganização das formas tradicionais de economia agrária e com o processo de industrialização, que, com a criação de empregos, atraiu milhares de pessoas às cidades, em busca de uma maneira mais viável de sobrevivência. Nas cidades, a grande demanda por moradias não foi acompanhada, inicialmente, por sua oferta. Proliferaram-se, desta forma, as favelas e os subúrbios, que não dispunham, na maioria das vezes, de condições básicas e infra-estrutura necessárias para uma vida saudável.

Com a consolidação do capitalismo, novas mudanças surgem no campo, e a presença da concentração fundiária, como também a mecanização da agricultura, expulsam grandes massas populacionais, que, novamente, migram para os centros urbanos, buscando soluções.

A crise de moradia no Brasil está associada ao modelo capitalista concentrador e excludente, ou seja, a falta de habitações populares é consequência direta dos baixos

salários, do desemprego e do subemprego massivo. O déficit habitacional decorre, principalmente, de uma distribuição profundamente desigual da renda e também das condições específicas da produção e comercialização capitalista da moradia, que impõem um elevado preço a essa mercadoria.

Em decorrência disso tudo, há um agravamento da crise da moradia, cujas manifestações são: a especulação imobiliária, alto custo dos imóveis e elevação dos preços dos aluguéis, dentre outras. A habitação, no Brasil, não é atendida de forma satisfatória, água tratada, saneamento básico, coleta de lixo e luz elétrica são privilégio de parte da população, excluindo outra parcela da sociedade, que fica desprovida de requisitos fundamentais para a formação de uma moradia adequada. Assim os autores Verás e Bonduki (1986, p. 45) afirmam que,

... a crise habitacional é, pois inerente à sociedade capitalista e reflete uma defasagem entre as necessidades socialmente definidas, os salários dos trabalhadores e a produção de moradias e equipamentos segundo as leis econômicas que regulam o mercado. Dessa forma, os temas da especulação do solo urbano e os sobrelucros advindos do capital, assim como as características da indústria da construção, são importantes para a definição da crise.

A habitação, assim como todos os bens e valores de uso social, historicamente vem sendo transformados em mercadoria, isto é, em uma propriedade que assume um valor de troca nas relações de compra e venda no mercado.

Sem dúvida a política habitacional é campo privilegiado de convergências de alguns problemas centrais para a compreensão do Estado e sua atuação frente às características da nova realidade urbana brasileira. “A habitação é um dos reclames maiores na luta pela ampliação da cidadania, para que se reconheça nessa faceta social sua importância, à qual compete ao Estado dar substância, pela aplicação dos recursos públicos na política de desenvolvimento social” (Azevedo 1982, p. 8).

O Assistente Social ao longo dos anos vem trabalhando com as questões sociais mais diferentes e complexas no Brasil, percebe no âmbito da sociedade civil formas organizadas de lutas pelos movimentos sociais, que buscam a efetivação concreta das Leis existentes, principalmente da nossa Constituição brasileira, na busca pela cidadania plena.

1.3 A ORIGEM DO FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA (FNRU).

Devido a esse grave problema social, a moradia, surgiu o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, foi formado por movimentos de moradia, ONGS, intelectuais vinculados à temática urbana e algumas entidades classistas. Esses sujeitos tinham em comum segundo Silva (2002) o objetivo de construir uma proposta de lei a ser incorporada na Constituição, tornando-se parâmetro para a intervenção do poder público no espaço urbano na direção de alterar o perfil das cidades brasileiras, marcada por desigualdades de várias ordens. Essa desigualdade surgiu devido ao crescimento acelerado das cidades, e esse crescimento não foi acompanhado e não teve uma atuação efetiva do poder público, para atender esses problemas que se tornaram cada vez mais comuns como: a questão da habitação e o uso planejado do solo urbano, saneamento básico, transporte, etc.

Atualmente 81% da população brasileira vivem na cidade. Com o resultado da ausência do governo neste planejamento do crescimento urbano, a cidade se dividiu em duas áreas, uma área provida de serviços e infra-estrutura, que atendesse a sua função social, e áreas periféricas desprovidas totalmente de um acesso digno a esses serviços e infra-estrutura.

Os movimentos urbanos surgiram para reivindicar melhores condições de vida nas cidades. Já nos anos 60 o tema reforma urbana tinha aparecido na sociedade brasileira, mas é na década de 80, período da Assembleia Constituinte, que esses movimentos ganharam

visibilidade e relevância política, capazes de construir um discurso e uma prática social marcados pela autonomia em relação ao Estado. As suas reivindicações foram apresentadas como direito e isso conferiu um corte importante em relação aos movimentos urbanos anteriores, que se relacionavam com o poder nos parâmetros do paternalismo (Telles, 1987).

É apresentado como um conjunto de reformas necessárias para alterar esse quadro de desigualdades, reivindicando uma nova ética social, que trazia como dimensão importante a politização da questão urbana (Silva, 1991), compreendida como elemento fundamental para o processo de democratização da sociedade brasileira. A luta é pelo direito à cidade à todos que nela vivem e suas principais teses eram: 1) a necessidade de que as cidades cumprissem sua função social, garantindo justiça social e condições de vida digna para todos no espaço urbano; 2) a subordinação do direito à propriedade às condições de necessidade social, admitindo, entre outros instrumentos, a penalização das grandes propriedades ociosas através da cobrança de imposto progressivo e a regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas; 3) a gestão democrática e participativa da cidade (Silva, 1991 ; Ribeiro, 1995).

Como registra Silva (1991) o trajeto percorrido pela emenda de Reforma Urbana junto à Assembléia Constituinte foi árduo e difícil. Houve grande mobilização por parte das forças conservadoras para garantir os seus interesses; grande era a presença dos empresários do setor imobiliário. Por outro lado o Movimento Nacional de Reforma Urbana representava a articulação de diferentes segmentos, mas não havia adquirido a mobilização necessária de todos os setores existentes no interior das forças progressistas. A discussão foi marcada por uma linguagem técnica e especializada, por isso o debate não teve visibilidade na cena pública, devido ao jogo de interesses políticos presentes em torno deste tema.

O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) nasceu em 1987, para disseminar e lutar pela plataforma da Reforma Urbana no bojo do processo constituinte brasileiro. Articulando uma grande variedade de sujeitos, ou que sentiam as carências na área urbana onde moram, ou que tinham vinculações com essa temática, como ONG's, sindicatos e intelectuais a partir do surgimento do Fórum passam a ter um espaço permanente de encontro. Segundo Silva (2001, p. 145),

O significado que essa articulação legou ao campo das organizações sociais inseridas na temática urbana foi o de que era possível construir um ator coletivo a a partir dele conferir visibilidade ao tema da reforma urbana na sociedade brasileira. Ator coletivo que não pressupõe a diluição das identidades envolvidas, mas interação comunicativa. [...] Inseridos num mesmo campo de interlocução, estes diferenciados tinham em comum o objetivo de construir um proposta de lei a ser incorporada na Constituição, tornando-se parâmetro para a intervenção do poder público no espaço urbano na direção de alterar o perfil das cidades brasileiras, marcado por desigualdades sociais de várias ordens.

A questão urbana foi representada na Constituição de 1988 através de dois artigos, que traziam como novidade a orientação para que as cidades cumprissem sua função social e promovessem o bem-estar de seus habitantes, a diminuição das desigualdades sociais, a necessidade da criação de mecanismos de participação da sociedade na gestão da cidade e a abertura para os cidadãos participarem da elaboração das Leis Orgânicas Municipais e das Constituições Estaduais.

O FNRU – Fórum Nacional pela Reforma Urbana trabalha como uma rede que luta pela Reforma Urbana, pelo direito à cidade, por condições dignas de moradia, influenciando, em âmbitos nacional e internacional, a legislação e as políticas urbanas e também prestou assessoria às organizações sociais locais no seu processo de interlocução junto ao poder público para a elaboração das Leis Orgânicas Municipais. Recentemente obteve uma vitória significativa com a sanção da lei conhecida como Estatuto da Cidade, vigente desde outubro de 2001, após uma luta de 11 anos. Atualmente apoia a aprovação do

Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, em tramitação na Câmara dos Deputados desde 1992.

Os Princípios Fundamentais que Orientam a sua ação são:

- **Direito à Cidade e à Cidadania**, entendida como a participação dos habitantes das cidades na condução de seus destinos. Inclui o direito à terra, aos meios de subsistência, à moradia, ao saneamento ambiental, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação. Inclui o respeito as minorias, a pluralidade étnica, sexual e cultural e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado, sem distinções de gênero, etnia, raça, linguagem e crenças.
- **Gestão Democrática da Cidade**, entendida como a forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades submetida ao controle social e a participação da sociedade civil.
- **Função Social da Cidade e da Propriedade**, como prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade. É o uso socialmente justo do espaço urbano para que os cidadãos se apropriem do território, democratizando o direito à moradia.

Sua atual coordenação é formada pelas seguintes organizações:

1) ONG's:

ANSUR – Associação Nacional de luta por Moradia;

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional;

PÓLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais;

2) Movimentos Populares:

UNMP – União Nacional por Moradia Popular;

MNLM – Movimento Nacional de luta por Moradia;

CMP – Central de Movimentos Populares;

3) Organizações sindicais:

FENAE – Federação Nacional das Associações de Funcionários da Caixa Econômica Federal;

FISENGE – Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenharia;

FNA – Federação Nacional dos Arquitetos.

1.4 O ESTATUTO DA CIDADE E O PLANO DIRETOR: INSTRUMENTOS NORTEADORES PARA UMA POLÍTICA QUE ATENDA AS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE.

A história do Estatuto da Cidade começa com a pressão popular realizada pelo Movimento Nacional da Reforma Urbana na Constituinte de 1987/88. O objetivo era incluir o direito à cidade e a função social da propriedade na Constituição, seja ela rural ou urbana, o que foi expresso nos artigos 182 e 183. Desde então diferentes setores da sociedade brasileira se uniram para disseminar idéias de desenvolvimento urbano que exigissem o enfrentamento da desigualdade e da exclusão social nas cidades. Foi esse Movimento organizado que lutou, articulado a deputados de vários partidos e enfrentando todos os tipos de oposição, pela aprovação do Estatuto da Cidade no Congresso Nacional. A vitória foi de toda a população, em 10 de julho de 2001, foi finalmente aprovada a Lei Federal Nº 10.257, a Lei do Estatuto da Cidade, propondo novos instrumentos e direitos na gestão da cidade, estabelecendo diretrizes básicas da política urbana, as quais destacamos:

- **O Direito à Cidade** – democratização o acesso à habitação, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à informação, à libertação de organização e a um território rico e diversificado sem distinção de gênero, raça e crença.
- **A Gestão democrática** – criando condições que permitam à população e aos setores populares participar do planejamento e do governo das cidades e das políticas públicas estaduais e nacionais.
- **A função social da propriedade** – prevalecendo os interesses coletivos sobre o interesse individual; todas as pessoas têm o direito de usufruir um território que lhes proporcione qualidade de vida e condições para seu desenvolvimento.
- **Regularização fundiária e urbanização** de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante normas especiais de urbanização;
- **Proteção Ambiental** - preservação e recuperação do ambiente natural e construído, ao cultural e histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- **Audiências públicas** - no processo de implantação de planos diretores e empreendimentos, com exigência de EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e

EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança), uma novidade, de forma a evitar impactos negativos na sociedade e no ambiente;

- **Política Tributária Progressiva e Distributiva** - para evitar a especulação fundiária e imobiliária, visando a distribuição justa das melhorias urbanas à sociedade e bem comuns;
- **Direito à moradia** – todas as pessoas têm o direito a uma habitação digna, que seja segura, tenha boa estrutura, ventilação e iluminação adequadas, além de infra-estrutura e serviços urbanos de qualidade, como abastecimento de água, esgoto sanitário, prevenção contra enchentes e deslizamentos, transporte público barato e confortável, postos de saúde e escolas. (Cartilha – Estatuto da Cidade. Lígia Helena Luchman - Fórum da Cidade, 2002).

Em Florianópolis o Estatuto da Cidade ainda não está completamente implementado no Plano Diretor da cidade. A sociedade civil organizada ainda sofre com o descaso e a falta de vontade dos órgãos públicos em tentar resolver os inúmeros problemas sociais existentes na capital de Santa Catarina, mas como visa a lei a gestão da cidade deve ser de forma democrática e com a participação popular, só assim poderemos ter um Plano Diretor que realmente atenda os interesses de toda a sociedade Florianopolitana. De acordo com Alfonsin (1997, p.63), “além da elaboração do plano diretor, da previsão das condições de cumprimento da função social da propriedade urbana, das desapropriações, cabe ao município a intervenção sancionatória a utilização inadequada do território por particulares, conforme se lê no parágrafo 4º do art. 182”.

1.5 O PAPEL POLÍTICO DAS ASSOCIAÇÕES NA LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE EM FLORIANÓPOLIS.

Torna-se um desafio potencializar os direitos garantidos no Estatuto da Cidade e a participação dos movimentos sociais na distribuição justa dos investimentos e melhorias da infra-estrutura na cidade. Só o movimento organizado pode garantir que o Estatuto da Cidade seja devidamente implantado. É uma oportunidade para se chegar realmente a uma democracia, para sermos efetivamente sujeitos da história. As organizações comunitárias

necessitam romper com o clientelismo, e ser um movimento autônomo, apartidário, que reivindique interesses coletivos e não individuais. Os movimentos sociais e comunitários devem tornar-se protagonistas na organização, planejamento e processo decisório da cidade, afinal o direito à moradia é um direito humano garantido na Constituição brasileira, nas convenções internacionais e na Conferência Habitat II.

Um grande desafio hoje visto no Brasil é o enfrentamento aos conflitos na área da habitação popular. Os municípios, através das Secretarias da Habitação e Desenvolvimento Urbano das Prefeituras, desenvolvem projetos que visam atender as classes carentes que vivem nas periferias das cidades, ocasionando grandes aglomerados, favelas, cortiços que abrigam grande massa popular sem qualquer infra-estrutura. Mas o Estatuto da Cidade vem trazendo consigo um grande desafio a essas políticas. Hoje, os projetos, além de visar a construção de moradias em quantidade com qualidade ambiental e arquitetônico, também devem acrescentar todo um conjunto de funções sociais que a cidade precisa ter para atender essas famílias, como: escola, creche, posto de saúde, conselho comunitário, programas de geração de emprego e renda.

Para desenvolver a produção em massa de moradias populares, deve-se buscar alternativas de financiamento com recursos públicos, recursos privados, através de diversas parcerias, realizando uma reforma urbana, que viabilize: a oferta de terrenos, longe da especulação imobiliária, com disponibilidade de equipamentos e as condições do meio físico; uma legislação que defina os aspectos informais ou irregulares da cidade; descentralização das decisões sobre aplicação dos recursos, buscando priorizar a participação popular em todos os níveis decisórios; promoção da geração de emprego aos sujeitos envolvidos, fazendo com que o povo participe diretamente da construção de suas casas, possibilitando à essas famílias o direito de poder suprir as suas necessidades básicas, através do incentivo ao trabalho.

Outro desafio é essa implementação da participação popular dentro dessas Políticas Habitacionais. A comunidade pode e deve participar da elaboração e das decisões referentes ao seu desenvolvimento social, e também dos assuntos ligados à aplicação dos recursos técnicos e financeiros na execução dos projetos de construção das moradias populares: a escolha da localização dos projetos urbanísticos, nas tipologias das edificações e no controle das construções assim como do meio físico onde se pretende construir. Esse assunto do Estatuto da cidade “a Questão Democrática da Cidade”, faz com que a população participe do planejamento da sua Cidade, para que ela atenda as suas principais prioridades.

No ano de 2003 em Florianópolis, diferente dos outros municípios do país, foram realizadas duas Conferências Municipais da Cidade. A primeira realizada pelo poder público municipal, dia 15 de agosto de 2003, no SENAC da Prainha e Centro Sul de Eventos, não incluía a participação das representações de todos os segmentos da sociedade, na Comissão Preparatória do evento, responsável pela organização da conferência e tinha sua pauta de trabalho reduzida a apenas um dia de discussão. A população mobilizada, a UFECO, o Fórum da Cidade questionam a legitimidade da Conferência (ver anexo 4) e manifestam-se contra o autoritarismo da Prefeita Ângela Amim no dia da realização da mesma (ver anexo 5), entraram com recurso pela anulação junto a Comissão Preparatória Estadual e com intuito de organizar uma nova convocação para constituição de uma Comissão preparatória da Conferência da Cidade (ver anexo 6), com a participação de todos os segmentos como: movimento social, movimento sindical, Entidades de Pesquisas, Ong's e Universidades; setor empresarial e setor público. Realizaram reuniões com os demais seguimentos, previamente comunicados por ofício, constituiu-se então a nova Comissão Preparatória Municipal que proporcionaria a realização da segunda Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis (ver anexo 7).

Esta por sua vez teve uma pauta de atividades divididas em dois dias. No primeiro dia tivemos a explanação dos convidados á composição da mesa de abertura, apresentações culturais do grupo cultural do Movimento Negro Unificado – MNU e a segunda mesa tivemos a exposição dos palestrantes para subsidiar os debates dos temas da conferência. No segundo dia foram formados os grupos de trabalhos: 1. Moradia; 2. Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana; 3. Programas Urbanos; 4. Saneamento e Meio Ambiente. Também foram entregues Texto Base Nacional e outros textos sobre os temas que auxiliaram os grupos no debate. No período da tarde os relatórios produzidos pelos grupos temáticos foram submetidos a apreciação da plenária, definindo dessa forma o consenso e destaques, elaborando por fim o Relatório Final das resoluções da Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis. Antes do encerramento da Conferência foram eleitos os delegados que participariam da Conferência Estadual das Cidades, que diante da ausência do executivo e dos representantes dos setores empresarial e das operadoras/concessionárias foi composto por 3 representantes do setor dos trabalhadores, 2 representantes de ONG'S e/ou Entidades de Pesquisa, 7 representantes do Movimento Popular, e 3 representantes do Legislativo.

1.6 MOVIMENTO FÓRUM DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.

É baseado nesta luta que surge o movimento Fórum da Cidade, um movimento suprapartidário de várias Associações e Conselhos Comunitários de Florianópolis, que se reúnem para discutir o futuro da cidade, de acordo com as diretrizes e instrumentos garantidos na Lei do Estatuto da Cidade. Esse movimento foi criado em outubro de 2001 com cerca de 80 entidades (ver anexo 1), e visa fazer um levantamento dos problemas atuais existentes na grande Florianópolis, buscando implementar o Estatuto e colaborar com

a regulamentação no âmbito Municipal, garantindo a sua gestão democrática, prevista nesta Lei.

A quantidade de ocupações irregulares nos centros urbanos do Brasil é tão grande, que todo esses projetos desenvolvidos pelo poder público na área de habitação, que visa abrigar a população carente, torna-se minimizado para o enfrentamento do problema habitacional em curtíssimo tempo. Enquanto isso grandes massas desempregadas, sem perspectiva de vida, com baixa escolaridade, e sem possibilidades, aglomeram-se nas proximidades dos grandes centros, conseqüência da falta de educação falta de uma politica que incentive o trabalho no campo, falta de interesse do governo em investir na preparação profissional do homem e principalmente na falta de emprego. As cidades viraram um centro de marginalidade, resultado da delinqüência, drogas e violência, que por sua vez também não é combatido com eficácia em virtude da falta de equipamento e despreparo técnico de nossos policiais, e também por falta de políticas sociais que promova o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

O retrato desta tragédia podemos ver atualmente em várias comunidades que fazem parte do complexo do Maciço do Morro da Cruz, onde não há planejamento urbano, saneamento básico, qualidade de vida. Grupos de bandidos fortemente armados controlam o tráfico de drogas e enfrentam policiais, que não se encontram preparados para combater a violência nesses locais, esquecidos também pela Prefeitura, que não regulariza estas áreas e vira as costas para a realidade de nosso município, ou melhor, para a população menos favorecida.

E como podemos mudar esse quadro? O primeiro passo, é a auto-organização da comunidade, capacitação de suas lideranças comunitárias para compreenderem seus direitos e deveres, trabalho em andamento através do Movimento do Fórum da Cidade (ver anexo 2). Também realizar nestas comunidades um levantamento do perfil de cada morador,

viabilizar suas principais reivindicações, investir na educação das crianças nos morros, possibilitar a capacitação profissional para os jovens, criar condições dignas de vida as classes carentes com uma política habitacional que atenda suas necessidades, regularizar e urbanizar a área onde moram, impedindo que haja novas ocupações.

O Movimento do Fórum da Cidade também visa a articulação das Associações de Moradores e Conselhos comunitários com a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO (ver anexo 3), e a Federação de Associações de Moradores de Santa Catarina –FAMESC, aumentando ainda mais a organização comunitária das entidades que participam do processo de mobilização popular.

1.7 BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA.

No Brasil, até a década de 30, verifica-se uma pequena interferência estatal no setor habitacional, que ligava-se mais a medidas de cunho sanitaria objetivadas a diminuir as más condições de higiene das moradias dos trabalhadores urbanos. Com isso, buscava-se evitar a propagação de epidemias, que constituíam uma ameaça à saúde da população.

A partir da década de 30, a política habitacional brasileira mudou consideravelmente. Esse período é marcado pelo avanço da industrialização e pelo deslocamento do centro dinâmico da economia para a área urbana, que provocou, entre outros, um grande problema econômico-social: o crescente descompasso entre a declinante disponibilidade de espaço habitável e a sua elevada demanda. O Estado deu os primeiros passos, intervindo na oferta de moradia com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs, dentro do sistema de Previdência Social instituído no país neste período.

Já na década de 40, aumenta a pressão dos trabalhadores sobre os Estados, exigindo, dentre outras coisas, o acesso à habitação. Em 1946, no governo de Vargas, criou-se a

Fundação da Casa Popular - FCP, que visava a atender a população que não participava do mercado formal de trabalho e, por isso, não tinha acesso aos IAPs. Constituiu-se a imagem de um “Estado Bem-Feitor”, responsável pelo bem estar social. Segundo alguns autores, a FCP teve sua atuação norteadada pelo clientelismo político, sendo utilizada pelas elites dirigentes como medida político-eleitoreira e como meio para se contrapor à penetração popular do Partido Comunista. As condições da FCP para obter o financiamento das moradias eram obstáculos para grande parte da população de baixa renda.

Verifica-se, na década de 50, o declínio destes programas de habitação, devido, em parte, à lei do inquilinato, que congelava os aluguéis e tornava os conjuntos cada vez mais onerosos aos Institutos e em especial à FCP, mas também devido à inflação do período e à aplicação indevida de recursos em outras atividades. Em 1961, surgiu o Plano de Assistência Habitacional, cuja principal inovação consistia na proporção entre a prestação do financiamento e o salário mínimo (a prestação não poderia comprometer mais de 20% do salário mínimo). Para a seleção dos requerentes de moradia, exigia-se estabilidade no emprego e tempo de residência na localidade. Esses requisitos funcionaram como um mecanismo excludente de grandes segmentos da população de baixa renda sem moradia.

O período pós-64 corresponde ao novo Estado autoritário, em que houve mudanças mais intensas do Estado em relação à política habitacional. O regime militar procura, através do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, e do Banco Nacional de Habitação - BNH, produzir habitação em massa para garantir a expansão do capitalismo. O surgimento do BNH caracterizou-se pela preocupação de incentivar a indústria de construção civil, na crença de que seus efeitos refletissem positivamente nos demais setores da economia, que se encontravam bastante estagnados. Além disso, o surgimento do BNH visava à conquista da simpatia dos setores populares, financiando-lhes a moradia e absorvendo-lhes a força de trabalho.

O BNH passou a nortear a política habitacional do país, centralizando toda a ação do setor, agrupando, em um sistema único, todas as instituições públicas e privadas. O BNH concentrou uma grande soma de capital vinda, principalmente, da arrecadação do FGTS, criado em 1966. O FGTS destina-se a substituir o antigo sistema de indenização, paga aos trabalhadores demitidos sem justa causa e garante o confisco regular de 8% do salário mensal dos trabalhadores, o qual o governo transforma, administrativamente, em capital imobiliário, mediante repasses do BNH aos agentes financeiros e aos promotores do setor imobiliário e urbanístico. Depois, criou-se o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, para aumentar a captação de recursos originários da poupança privada. Coube ainda ao BNB, a responsabilidade de financiar habitação popular e implantar infraestrutura urbana. No discurso oficial, dava-se atendimento prioritário à população de baixa renda.

A partir de 1969, os indícios de que a política de habitação popular fracassara eram evidenciados através de altos índices de inadimplência. O BNH transformou-se em um banco de 2ª linha, transferindo para seus agentes os recursos financeiros e as cobranças das dívidas dos financiamentos. O BNH retomou programas voltados para a habitação popular, como as Companhias Habitacionais - COHABs, o Plano de Habitação Popular (PLANHAP) e o Sistema Financeiro de Habitação Popular - SIFHAP, que não obtiveram o êxito desejado. O BNH foi extinto em 1986. Pode-se verificar, progressivamente, o agravamento da situação habitacional, concomitante com a maximização das precárias condições de vida das classes populares brasileiras.

Na gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso, a questão habitacional está explicitada nos documentos Política Nacional de Habitação (1996) e Política de habitação: Ações do Governo Federal de janeiro de 1995 a junho de 1998, da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil que, desde 1995, é o órgão federal responsável pelo tratamento da questão urbana. A política do governo de FHC na

área da habitação tem quatro premissas básicas: a) focalização das políticas habitacionais voltadas para a população de baixa renda; b) descentralização e aumento do controle social sobre a gestão dos programas federais; c) reconhecimento, por parte do governo, de sua incapacidade de resolver sozinho o problema habitacional, e da necessidade de tentar melhorar o funcionamento do mercado de moradias no país; d) reconhecimento de que as políticas públicas não devem negligenciar a grande parcela da população de baixa renda que trabalha no setor informal da economia e/ou habita moradias informais.

Com a eleição de Lula à presidência da república, a política habitacional passa a ser de responsabilidade de um novo ministério, o Ministério das Cidades, tendo como primeira tarefa deflagrada pelo presidente em abril de 2003, iniciar o processo de realização das conferências e de formação dos conselhos das cidades, nos três níveis da Federação, tem com intuito ampliar a oportunidade de participação da sociedade, ao lado do Poder Público, na formulação de políticas para o desenvolvimento urbano. Os governos de todos os 26 estados e do Distrito Federal aderiram ao processo de realização das Conferências Estaduais das Cidades e de formação dos Conselhos Estaduais das Cidades. Essa adesão significa que os governadores assumiram o compromisso de debater os problemas e as políticas públicas para Habitação, Saneamento Ambiental, Transporte e Mobilidade Urbana, Trânsito e organização dos espaços urbanos, junto com a participação de todos os segmentos da sociedade.

O objetivo da realização das Conferências das Cidades e da formação dos Conselhos das Cidades, nos três níveis da Federação, registra uma nova etapa do movimento social pela Reforma Urbana, que foi silenciado durante o regime militar, mas retomou suas lutas a partir da democratização do país. A luta por cidades mais justas, democráticas e sustentáveis, fizeram com que fosse incluído no programa de governo do Lula à presidência da república, nas eleições de 1994, a proposta de uma ampla Reforma Urbana e a criação de

uma estrutura institucional que articulasse as temáticas urbanas. Seria o Ministério da Reforma Urbana e também a criação do Conselho Nacional de Política Urbana e Regional e a formulação do Plano Nacional de Política Urbana e Regional.

No ano de 1999 a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, em parceria com o Movimento Nacional de Reforma Urbana, já iniciava uma série de quatro Conferências das Cidades, para discutir diferentes temas, a cada ano, sobre a questão urbana. Em 2000 o Instituto Cidadania, presidido por Lula, elaborou junto com alguns especialistas e líderes sociais, um projeto que buscasse soluções para o problema habitacional. Começou a nascer o Projeto Moradia, que adotou o conceito de que a habitação não se restringe a casa e exige especialmente, mas não apenas, em meio urbano, serviços e obras complementares indispensáveis à vida coletiva: água, esgoto, drenagem, coleta de lixo, transporte, trânsito seguro e lazer. Adotando três eixos principais: a questão fundiária, a do financiamento e a institucional, o Projeto Moradia propôs a criação do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades. Integrando diferentes áreas como: habitação, saneamento ambiental, trânsito e transporte, todas fazendo parte do desenvolvimento urbano.

A Conferência Estadual das Cidades, foi realizada nos dias 28, 29 e 30 de setembro de 2003, no Clube Paula Ramos, localizado na Avenida Madre Bevenuta nº340, bairro da Trindade em Florianópolis, com o lema “Construindo uma Política Democrática e Integrada para as Cidades”. A sua programação no primeiro dia incluiu a fala dos participantes da mesa de abertura, explanação de painéis Nacional e Estadual, e apresentações de atividades culturais. No segundo dia iniciou-se os debates dos temas por grupos de trabalhos, a plenária de deliberação, onde se discutiu os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Estadual das Cidades e por último a plenária de definição das linhas de ação de uma Política Nacional de Estadual das Cidades. No terceiro e último dia iniciou-se

com a mesa – Diretrizes e Propostas para a implementação dos Conselhos Estadual e Nacional das Cidades e a eleição dos delegados que participarão da 1ª Conferência Nacional das Cidades.

A Conferência Nacional da Cidade, coordenado pelo Ministério das Cidades e pela Coordenação Executiva da 1ª Conferência Nacional das Cidades, integrada por representantes do Poder Público, dos movimentos sociais, do setor empresarial e de entidades de trabalhadores, foi realizado nos dias 23, 24, 25 e 26 de outubro de 2003, tendo a participação de todos os setores da sociedade. A mesa de abertura foi iniciada com o pronunciamento do Presidente da República, Sr. Luis Inácio Lula da Silva e do Ministro das Cidades Olívio Dutra, no qual realizou a palestra sobre os desafios para a construção de uma política para as cidades brasileiras. Logo após a palestra foi feito a leitura e aprovação do regulamento da primeira Conferência Nacional das Cidades. Nos dois próximos dias foram discutidos em grupos os temas centrais da Conferência, tendo a primeira plenária de deliberação, realizada no final da tarde do dia 25, discutindo a gestão democrática e o Conselho Nacional das cidades. O último dia iniciou-se com a segunda plenária de deliberações, onde foi elaborado o documento sistematizado, no final da tarde foi então realizada a eleição do Conselho Nacional das Cidades e logo depois realizou-se o encerramento da Conferência novamente com a participação do Ministro das Cidades, Sr. Olívio Dutra.

Atualmente o Ministério das Cidades desenvolve diversos programas e ações em execução. Entre eles o programa Carta de Crédito: Crédito Individual financia, para pessoas físicas, a aquisição de imóvel novo ou usado, a construção em terreno próprio e a reforma de moradias, beneficiando famílias com renda mensal de até 12 salários mínimos. Crédito Associativo disponibiliza a pessoas jurídicas, com renda mensal de até 20 salários mínimos, financiamento para construção de moradia, os recursos emprestados são do

FGTS. E o programa prevê, em todas as modalidades, contrapartida dos mutuários. O programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH): Beneficia pessoas físicas com renda de até R\$ 580,00, complementando o valor de compra da moradia. Subsidiar também a aquisição de moradia para quem ganha até R\$ 1.000,00 por mês. O programa de Arrendamento Residencial (PAR): Beneficia famílias com renda mensal de até seis (06) salários mínimos, disponibilizando crédito para arrendamento com opção futura de compra e para a construção de moradias destinados a arrendamento em regiões metropolitanas, capitais e centros urbanos com população igual ou superior a 100.000 habitantes. Empresas e entidades podem ter acesso aos financiamentos, cujos recursos provêm de vários programas e fundos federais. O programa Habitar Brasil/BID (HBB): Atende preferencialmente famílias com renda de até três (03) salários mínimos, moradoras em assentamentos subnormais, financiando ações integradas de habitação, saneamento, infraestrutura, trabalho social, cursos profissionalizantes e geração de trabalho e renda.

O HBB também apoia a modernização institucional dos municípios para que atuem na melhoria das condições de moradia das famílias de baixa renda. O programa é financiado com recursos do Orçamento Geral da União e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com contrapartida dos Estados, Distrito Federal, municípios de regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e capitais. O programa Pró-Moradia: Beneficia especialmente famílias com renda mensal de até três (03) salários mínimos, financiando obras e serviços de melhoria das condições de moradia, infraestrutura e saneamento básico. Os recursos do FGTS são emprestados a Estados, Municípios, Distrito Federal ou órgãos das respectivas administrações.

Por último o programa Morar Melhor que beneficia grupos de famílias com renda mensal de até três (03) salários mínimos, residentes em localidades urbanas e rurais, mediante a produção de moradias e a urbanização de áreas. Em caráter complementar, o

programa financia a compra de cesta básica de materiais para a construção de moradias. O financiamento pode ser contratado pelos governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal. Os recursos são do Orçamento Geral da União, com contrapartida dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

1.8 LEGISLAÇÃO REFERENTE AO DIREITO À HABITAÇÃO.

Para que possamos melhor compreender os direitos que todos possuímos referente à habitação, farei um breve levantamento de algumas Leis que fundamentam a busca concreta pela cidadania, o direito que cada indivíduo têm de se desenvolver-se com dignidade e respeito, onde possam suprir as suas necessidades básicas, e serem sujeitos incluídos na sociedade. Começarei fazendo uma abordagem sobre a Declaração dos Direitos Humanos, depois sobre a Constituição Federativa do Brasil e por último sobre a Constituição do Estado de Santa Catarina.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada em 1948 pela Assembléia Geral da ONU, considera o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Também Considera a reafirmação da sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direito dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em liberdade mais ampla. A Declaração Universal dos direitos Humanos mostra em alguns dos seus artigos a efetiva garantia de proteção como direito a todas as famílias.

Em seu artigo XIII afirma que toda pessoa tem o direito à liberdade de locomoção e *residência* dentro das fronteiras de cada Estado. No artigo XVII, afirma que toda pessoa

tem *direito à propriedade*, só ou em sociedade com outros e ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade. Já no artigo XXV a Declaração coloca que toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. Todos esses artigos ratificam a responsabilidade dos Estados a obedecer os seus dispositivos.

A Constituição da República Federativa do Brasil, aprovada em 1988, surgiu para “instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”. Além de Constituir um Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. E também tem como objetivo construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. É dever do Estado, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (art. 23, IX). Esse dever de construir moradias certamente decorre de ter o Estado brasileiro, como fundamentos, “a dignidade da pessoa humana” (art. 2º, III), e como objetivo “construir uma sociedade justa e solidária”, erradicar a pobreza”, e “promover o bem de todos” (art. 3º, I e III).

No Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, em seu artigo V afirma que todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).

Além disso, no artigo 5º (inciso XI) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial. No Capítulo II, artigo 6º, afirma que são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição. No artigo 7º, inciso IV, a Constituição enuncia que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. O artigo 21, inciso XX afirma que compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

Os artigos 182 e 183 tratam da política urbana, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em Lei, tem por objetivo ordenar o “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. No artigo 182, a constituição coloca como instrumento básico, o plano diretor, que deve ser aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes. Afirma que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor e as

desapropriações de imóveis urbanos só poderão ser feitas com aviso prévio e justa indenização em dinheiro. Exigir do proprietário do solo urbano não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. O artigo 183, a Constituição enuncia que aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Em 10 de julho de 2001, foi aprovada a Lei Federal Nº 10.257, que regulamenta esses dois artigos 182 e 183, a Lei do Estatuto da Cidade, vem propor novos instrumentos e direitos na gestão da cidade, estabelecendo diretrizes básicas da política urbana, ratificando ainda mais a importância de estar garantindo o direito à habitação a todos os cidadãos. Como podemos ver, a Constituição Federativa do Brasil, nos coloca em vários artigos a palavra habitação e moradia, devido à sua importância fundamental para a vida da sociedade, que ainda hoje lutam por dignidade, qualidade de vida e acesso aos serviços públicos, como: saúde, educação, lazer, etc.

A Constituição do Estado de Santa Catarina, no Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira, Capítulo II - Do Desenvolvimento Regional e Urbano, Seção II - Da Política de Desenvolvimento Urbano, coloca em seu artigo 140, que a política municipal de desenvolvimento urbano atenderá ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e ao bem-estar de seus habitantes, na forma da Lei. Enuncia em parágrafo único que o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal obrigatório para cidades com mais de vinte

mil habitantes, será o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbanos. No artigo 141, ela estabelece normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e o Município assegurando: I - política de uso e ocupação do solo que garanta: controle da expansão urbana; controle de vazios urbanos; proteção e recuperação do ambiente cultural; manutenção de características do ambiente natural. II - *criação de áreas de especial interesse social*, ambiental, turístico ou de utilização pública. III - participação de entidades comunitárias na elaboração e implementação de planos, programas e projetos e no encaminhamento de soluções para os problemas urbanos. IV - eliminação de obstáculos arquitetônicos às pessoas portadoras de deficiência física. E V - atendimento aos problemas decorrentes de áreas ocupadas por população de baixa renda.

A Seção III - Da Política Habitacional, em seu artigo 142, afirma que a política habitacional atenderá às diretrizes dos planos de desenvolvimento para garantir, gradativamente, habitação a todas as famílias. E no parágrafo único, coloca que terão tratamento prioritário às famílias de baixa renda e os problemas de subabitação, dando-se ênfase a programas de loteamentos urbanizados. No artigo 143, a Constituição de Santa Catarina enuncia que na elaboração de seus planos plurianuais e orçamentos anuais, o Estado e os Municípios estabelecerão as metas e prioridades e fixarão as dotações necessárias à efetividade e eficácia da política habitacional. E acrescenta em seu parágrafo único que o Estado e os Municípios apoiarão e estimularão a pesquisa que vise à melhoria das condições habitacionais.

Mesmo com todos esses direitos garantidos em Leis, o Estado não tem suporte para efetivá-las com sucesso. Muitas foram e ainda são políticas emergências e assistencialistas. Na visão de Faleiros (1982) " a análise da Política Social não pode ser colocada em termos de um esquemático rígido, de Leis imutáveis, como se a realidade se desenvolvesse segundo um modelo teórico ideal". Mas contudo é neste idealismo construído pelo Estado

que os movimentos vem ganhando força, principalmente os movimentos urbanos, e lutam cada vez mais pela garantia de um bem estar social, que garanta as necessidades básicas, uma moradia digna, para cada cidadão, como também para a sua família.

1.9 A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Podemos citar como a primeira política na área de habitação popular, a Vila Operária localizada no bairro Saco dos Limões, em Florianópolis, inaugurada no dia 1º de maio de 1945, pelo Presidente Getúlio Vargas. A construção desse empreendimento foi um fato que impulsionou a ocupação do bairro na região do decorrer dos anos. Esse empreendimento totalizava cem casas geminadas duas a duas, tinha o intuito de atender os funcionários do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI, funcionários da gráfica e funcionários da Base Aérea. Segundo Souza (1999, p. 12), a criação desse empreendimento teve um conotação política muito forte, “pois não havia demanda habitacional na época”. Ainda segundo o autor, a Vila Operária teve grande importância para o desenvolvimento urbano no local, atraindo novos moradores e, conseqüentemente, uma maior demanda por serviços de infra-estrutura. Também na década de 40, outra vila é construída em Florianópolis, localizada na rua Lauro Linhares, no bairro da Trindade. Esse empreendimento totalizando catorze casas geminadas, destinava-se para atender funcionários da Penitenciária Pública de Florianópolis.

A partir da década de 60, houve a implantação da COHAB/SC – Sociedade de Economia Mista, criada pela Lei Estadual nº 3.698, de 12 de julho de 1965, e constituída na forma de Decreto Lei nº 4.032, 15 de abril de 1966, desenvolvendo com a parceria do Governo Estadual de Santa Catarina programas voltados para o atendimento das populações de baixa renda. Ao longo de sua existência a COHAB/SC, tem produzido mais de 50.000

moradias, por todo o Estado. A primeira construção chamada de Conjunto Habitacional Bela Vista, localizada no bairro de Barreiros, na cidade de São José, iniciou-se na década de 60, e atendia famílias que possuíam renda familiar de até três salários mínimos. Outras quatro etapas desse programa foram realizadas no mesmo local totalizando a construção de 2.108 novas moradias populares.

O Estado de Santa Catarina vem sendo divulgado a nível nacional e internacional como um dos Estados modelos do Brasil, sem conflitos, com perfeita distribuição de terras, produção, população e sem problemas sociais, traduz um equívoco, quando comparado a outros Estados com expressivos problemas econômicos e sociais, mesmo assim apresentasse com sérios problemas sociais, pois a realidade nos mostra que com o crescimento urbano e a desigualdade social, inúmeras famílias atualmente vivem de forma sub-humana e encontram-se nas áreas mais periféricas do Estado.

Situada no extremo sul do país, Santa Catarina ocupa um território de 95.442,9 Km², correspondente a 1,12% do território Nacional, é dividida politicamente em 293 municípios e a sua população aproxima-se de 5 milhões de habitantes.

Segunda a pesquisa “Diagnóstico Habitacional, Infra-Estrutura e Perfil Sócio-Econômico das populações de baixa renda do Estado de Santa Catarina”, desenvolvida pela perfil Pesquisa Ltda, em 1994, o Estado possuía um déficit habitacional urbano de 126.410 moradias.

O litoral do Estado, composto por municípios vizinhos ligados pela malha viária, sem mais zonas rurais, entre eles, os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, é a região que atualmente tem recebido um número expressivo de migrantes. Em busca de oportunidade de trabalho, infra-estrutura, serviços públicos e qualidade de vida, essas famílias acabam fazendo com que esse déficit habitacional aumente ainda mais. Sem projetos sociais para atender toda a essa demanda, o resultado desse crescimento

possibilitou o aumento de loteamentos clandestinos, periferias e ocupações irregulares e de risco social, como também o aumento do índice de desemprego, mortalidade infantil, desnutrição, tráfico de drogas, violência, etc.

Segundo Zuliam (2002, p.33),

Assim, a problemática habitacional deve ser tratada necessariamente de forma integrada a toda uma sorte de aspectos que lhe são associadas, quais sejam: geração de trabalho e renda, capacitação profissional, desenvolvimento institucional, capacitação legal, assistência pública, infra-estrutura, saúde, educação, etc. além disso, é importante que os municípios trabalhem de forma integrada, discutindo e formulando política habitacional inserida não apenas no seu planejamento e desenvolvimento urbano, mas também no da região a qual ele faz parte, para que as ações complementem-se entre si, ao invés de cada município aplicar de forma dispersa, esforços e recursos em vários segmentos diferentes.

Atualmente o Governo Luiz Henrique , através da COHAB/SC, propõe a retomada dos investimentos na área de construção de moradias para fazer frente ao déficit habitacional catarinense, que segundo estudos da estatal é de aproximadamente 162 mil unidades. Os projetos do Programa de Habitação Popular *Nova Casa*, que serão implantados durante os próximos quatro anos, tem como objetivo atender 40 mil famílias, beneficiando diretamente 140 mil catarinenses, podendo gerar até 120 mil empregos diretos e indiretos durante o processo construtivo. Segundo depoimento dado pela presidente da COHAB, Maria Darci Mota Beck, durante a realização do Seminário Estadual de Habitação, “ o objetivo principal do trabalho é a inclusão social das famílias de renda mais baixa”. “O foco principal do Governo Luiz Henrique é a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida, por isso a estratégia de ação é a parceria com a comunidade e instituições governamentais e não governamentais”, explica Maria Darci. Os contratos de convênios serão assinados com a Caixa Econômica Federal, prefeituras e outras instituições no lançamento do programa habitacional do atual governo.

1.10 A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.

De acordo com dados obtidos no site do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) a Ilha de Santa Catarina, foi uma das principais portas de entrada para o Brasil Meridional, pelo fato de possuir duas excelentes baías que formavam um ancoradouro ideal em qualquer situação de vento e um porto de abastecimento e importante ponto de apoio no caminho para a região do Prata e na rota do Oriente através do Estreito de Magalhães. Os primeiros habitantes da Ilha de Santa Catarina foram os índios Carijós, pertencentes à nação Tupi-Guarani. Viviam em pequenas aldeias e sua base alimentar era a caça, pesca e o cultivo de milho e mandioca. Seu artesanato era muito diversificado, como: redes, esteiras, cestos, cerâmica, armas trabalhadas em pedra polida e madeira, canoa escavada em tronco do guarapuvu e a fabricação de bebidas e farinha. A ocupação das áreas litorâneas pelos primeiros europeus (séc. XVI), força a população nativa a fugir para o interior do continente. Seu legado cultural permanece vivo na identidade catarinense. (Site IPUF, 2003)

“A fundação efetiva da Povoação de Nossa Senhora do Desterro e posterior Desterro, ocorreu por volta de 1651, por iniciativa do bandeirante paulista Francisco Dias Velho” (IPUF, 2003). Com o processo de fortificação da Ilha de Santa Catarina, pela Coroa Portuguesa, contemplou-se o objetivo de povoamento da região a ser defendida, para a qual ocorreu um grande afluxo de imigrantes, proveniente das Ilhas dos Açores. Foi o maior movimento organizado de transferência de colonizadores, e totalizava 6.000 (seis mil) açorianos, entre o período de 1748 – 1756. Para cada família foi destinada uma pequena faixa de terra, que resultou numa planificação territorial típica de minifúndios, com testas exíguas e caracterizado pela cultura de subsistência.

Segundo ainda as informações obtidas pelo IPUF (2003),

As características da cidade que até então eram políticas militares, alteraram-se para um contexto econômico mais apto a expandir-se com o florescimento comercial e marítimo, pelo incremento de algumas fortunas que emprestaram à localidade um ritmo intenso de progresso, acrescentando uma preocupação a mais aos políticos em investir na cidade que viria a ser a capital da província. A prosperidade é notória entre 1830 a 1880, coincidindo com a elevação à categoria de cidade e também com a visita de D. Pedro II (1845), propiciando algumas medidas de saneamento básico, urbanização e calçamento das principais ruas.

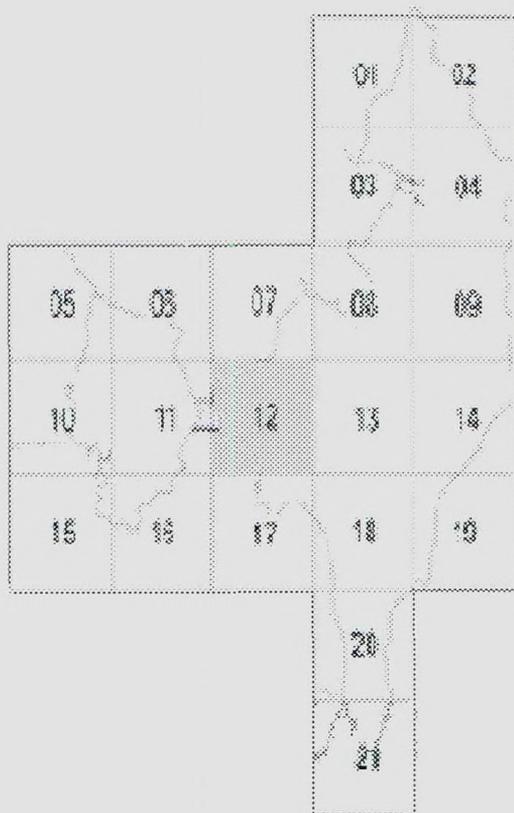
Daí para frente foram ocorrendo momentos de profundas transformações e de mudanças sociais. Foram impulsos decorrentes de investimentos públicos e privados, visando principalmente a construção civil. Evidenciou-se bem este fato no século XX (IPUF, 2003). Convém citar que a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina acrescentou às funções urbanas de Florianópolis a condição de centro de ensino superior. Houve uma expressiva atração de contingentes de estudantes do interior e de outros Estados e Países, proporcionando novos empregos diretos e indiretos.

A modernização de Florianópolis no final deste século altera substancialmente sua paisagem urbana (edificações em diversos estilos, surgimento de modernos edifícios no lugar das construções seculares). As exigências do trânsito obrigaram à construção de duas novas pontes (Colombo Salles e Pedro Ivo Campos). Sem falar nos 6 Km² (seis quilômetros quadrados) do aterro da Baía Sul, vindo separar a área central, que mantinha secular intimidade com o mar. A expansão urbana saltou do centro histórico para os balneários a partir da década de 70, evoluindo rapidamente na década de 80 e hoje é um dos pólos turístico do Mercosul.

Florianópolis, é o 2º município em população do Estado de Santa Catarina, com cerca de 270.000 habitantes, a sua região metropolitana é o pólo de um aglomerado urbano de aproximadamente 600.000 habitantes segundo o Censo do IBGE de 1996. Florianópolis apresenta densidade demográfica de 618 hab/km². Sua população está localizada em sua maior parte na Ilha de Santa Catarina.

O crescimento desordenado na cidade foi inevitável, a especulação imobiliária fez com terrenos aumentassem expressivamente de valor dependendo da área onde se localizava. Os terrenos mais valorizados foram nos bairros do centro, os bairros próximos à Universidade e nas praias mais frequentadas pelos turistas. Esse fato resultou com que muitos moradores, principalmente os mais antigos, que não possuíam um poder aquisitivo muito bom, se viram obrigados a vender o seu imóvel, para até mesmo poder suprir suas necessidades, e o resultado dessas famílias foi construir suas residências em lugares afastados dos centros urbanos ou para não ficar longe do Centro (o que possibilita a essas famílias um acesso mais fácil aos serviços públicos como hospitais, escolas, e até mesmo ao emprego), para essas pessoas a saída foi morar em áreas irregulares como nas encostas dos morros, como é o caso da comunidade onde se realizou a pesquisa, o Morro do Alto da Caeira do Saco dos Limões, localizado no Complexo do Maciço do Morro da Cruz. De acordo com informações do CECCA (2001, p. 105),

Segundo um levantamento do IPUF, de 1992, Florianópolis tinha cerca de 46 comunidades carentes, das quais 28 estavam localizadas na ilha e 18 no continente, abrangendo 32.000 pessoas aproximadamente. Esses dados foram atualizados em 1997 [...] que estimou uma população de 40.238 pessoas, correspondendo então a 15% do total da população. Ou seja, em 5 anos houve um crescimento de 2% dos moradores das áreas carentes do município em relação ao número total de Habitantes.



Segundo informações obtidas pelo site do IPUF (2003),

A cidade precisa planejar seu crescimento para o curto, o médio e o longo prazo. O planejamento busca antecipar e projetar a ocupação organizada do solo antevendo os próximos 10, 20 e 50 anos. Desta forma, são definidas regras e padrões para sua ocupação, com definição de áreas específicas para residências e para atividades que atendam as vocações do município - comércio, serviços, turismo, lazer e indústrias de tecnologia não poluentes. Florianópolis tem o seu território planejado através de Planos Diretores, que são permanentemente atualizados com a expansão urbana, buscando o conforto, o desenvolvimento econômico e social, a tranquilidade e qualidade de vida dos moradores, criando as condições para o poder público e a iniciativa privada implantarem a estrutura de apoio apropriada.

O Plano diretor do distrito sede divide em 21 áreas o planejamento da cidade, como mostra a figura acima. A comunidade do Alto da Caieira do Saco dos Limões está localizada na área 12 do mapa (acima do Bairro Caieira do Saco dos Limões, e dos Morros Monte Serrat e Morro da Mariquinha) e é uma das mais recentes comunidades integrantes do complexo do Maciço do Morro da Cruz do município de Florianópolis. As famílias mais

antigas do local já moram no bairro à aproximadamente dez anos, e nesses últimos anos percebe-se o crescimento significativo da população na região.

O Maciço do Morro da Cruz é formado por todas as comunidades que ocupam as encostas do Morro da Cruz, entre elas, o Morro da Penitenciária, o Morro do Horácio, o Morro do Vinte e Cinco, o Morro do Céu, o Morro da Caixa, Alto da Caeira do Saco dos Limões, Monte Serrat, Mariquinha e Morro do Mocotó, existe também outros Morros que estão sendo inseridos no Maciço do Morro da Cruz, como é o caso do Morro da Serrinha.

Essas ocupações na região vêm acontecendo progressivamente nos últimos vinte anos, constituindo as zonas mais periféricas da cidade de Florianópolis, desprovidos de toda a infra-estrutura que uma cidade poderia lhes oferecer e na falta de políticas públicas que reconheça esses moradores como munícipes de Florianópolis e que busque trazer qualidade de vida, oportunidades de trabalho e urbanização nestes locais, o crescimento da pobreza, violência e do tráfico de drogas, torna-se inevitável para muitos que já excluídos de uma cidade que diz ser a número um em qualidade de vida, só encontram essa forma de se sustentarem e sustentarem suas famílias.

CAPÍTULO 2. A QUESTÃO HABITACIONAL E O SURGIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA POPULAR NO BAIRRO DO ALTO DA CAEIRA: SUAS LUTAS E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.

2.1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES.

O grande número de estudos realizado sobre os movimentos sociais começou a ter um campo teórico forte, principalmente nas décadas de 60 e 70, através de cientistas sociais que buscavam através de pesquisa e análise dos movimentos entender como funcionava a organização das sociedades na busca de transformações sociais, trazendo a discussão onde a história se alterava com a força da sociedade, deixando de passar pelas épocas de forma passiva, mas sim ativamente nesta busca pelas transformações. Pereira afirma (2001, p. 80) que o tema dos movimentos sociais passou a ocupar um lugar privilegiado nestes últimos trinta anos, tanto nos círculos políticos e sociais como em todas as instituições da sociedade.

Os movimentos sociais são destacados por Gohn (2003, p.13)

... como ações coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios a ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.

Não poderemos deixar de resgatar grandes teóricos como Marx, Gramsci, Weber, Touraine e outros estudiosos desse tema, para explicar os novos fenômenos, discutindo acerca do Estado, dos partidos políticos, dos movimentos sociais, da família, da comunidade, dos diferentes modos de culturas existentes. Segundo Gramsci (1978, p. 269), o Estado não é só a instância de violência e coerção da classe dominante (sociedade política), mas também a instância em que a classe dominante busca persuadir e obter o consenso dos governados quanto a sua dominação (sociedade civil).

Concordo com Pereira quando diz que “vinculado a essa dominação, está os chamados organismos privados: igrejas, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais, organização material da cultura”. Ainda segundo Pereira (2001, p. 81)

Nesses organismos privados, situam-se, então, os movimentos sociais. No interior deles, estariam lotados os intelectuais orgânicos da classe dominante produzindo, elaborando, sistematizando, veiculando a ideologia justificadora da dominação e da hegemonia da classe dominante. Mas, de forma concomitante, haveria também a possibilidade de emergir, no interior desses movimentos, uma contra-ideologia igualmente produzida, sistematizada e veiculada por intelectuais orgânicos, só que comprometidos com a classe dominada. A ação conjunta desses intelectuais com a classe dominada, [...] poderia contribuir para a reversão da situação de hegemonia da classe então dominante.

Touraine (1976, p. 69) afirma que “os movimentos sociais são os mais importantes comportamentos coletivos, pois são maneiras permanentes no coração da vida social [...] são a trama da sociedade, isto é, são forças centrais que lutam umas contra as outras para dirigir a produção da sociedade por ela mesma, a ação de classe pela direção da historicidade”. De acordo com Scherer-Warren (1984, p. 93-94),

Touraine vai ainda mais, A consciência de classe tem uma história. Uma história que não é, porém, uma história natural. E sim, a história dos próprios movimentos na produção do social. Se no século XIX a consciência e as lutas sociais expressavam as contradições de uma sociedade dilacerada pelos conflitos no campo das relações de produção, onde o socialismo se apresentava como projeto para a superação da opressão. Hoje é no campo da cultura que se formam as principais contestações, onde os novos projetos são de uma sociedade que se responsabiliza por si mesma. [...] Para Touraine, os movimentos sociais são agentes históricos que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade, etc., mas expressam também muito mais de que isto, pois expressam o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas, para o comando de uma nova historicidade.

Podemos citar como exemplo dos Movimentos Sociais no Brasil, desde os Quilombos dos Palmares à Inconfidência Mineira e mais próximo, as Vilas Campesinas organizada por Francisco Julião dentre outras, que buscaram a mudança, através da mobilização, articulação e força popular.

No começo dos estudos, de acordo com Gohn, “o Movimento Social era tido apenas como o operário, pois no âmbito do Marxismo, eles correspondiam à luta de classes entre proletariado e burguesia”. Mas outros cientistas sociais e estudiosos do assunto, reivindicaram a inclusão de outros movimentos no conceito de Movimentos Sociais, como o movimento das mulheres, movimento estudantil, movimentos pontuais como o

movimento contra a carestia, movimento de favelados, e na época da ditadura, movimentos contra o Regime Militar, que aliás foi um dos momentos de maior criação dos Movimentos Sociais. De acordo com Gohn (2003, p. 19-18),

No Brasil e em vários outros países da América Latina, no final da década de 70 e parte dos anos 80, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição ao então regime militar, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob a inspiração da Teologia da Libertação.

E é nessa conjuntura que as comunidades começaram a se organizar em associações e centro comunitários, muitos guiados através da igreja pelas CEB'S e permeado pela Teologia da Libertação. De acordo com Scherer-Warren (1984, p. 123-124),

Alguns autores atribuem os antecedentes de uma teologia da libertação ao trabalho de alguns sacerdotes latino-americanos que, a partir do século XVI, tem se dedicado a elaboração de princípios teológicos ou pastorais de reconhecimento aos direitos humanos dos índios. [...] Do meu ponto de vista, a teologia da libertação é essencialmente:

a- Opção ideológica a favor dos pobres e oprimidos. O que, todavia, também é verdadeiro para outras correntes de pensamento examinadas até aqui. O que se acrescenta à teologia da libertação é a extensão de sua ideologia a uma dimensão meta social: a crença na escatologia segundo o ponto de vista da religião.

b- Reflexão sociológica e aplicação de conhecimentos oriundos das Ciências Sociais para autoconhecimento dos oprimidos e respectivo encaminhamento de uma práxis libertadora. Não contém, pois, um projeto de construção de novos conhecimentos desde o ponto de vista sociológica, isto é, não se autodefine como Ciência.

c- Em suma, criação de uma práxis inovadora que parte diretamente da cultura popular latino-americana: a religiosidade popular. Neste aspecto, parece-me que é onde reside a principal contribuição da teologia da libertação para o campo dos movimentos sociais. Se o modelo marxista clássico, que atribui à força do proletariado a missão de libertação social global, tem sido indicado como insuficiente para a apreensão das novas forças sociais de contestação, sob o capitalismo contemporâneo, [...] Neste submundo da miséria o que predomina, ainda, são as forças de opressão econômica e legal, onde o povo não tem alcançado as condições mínimas de sobrevivência humanamente digna, e os direitos de cidadania e de justiça social. É para esta realidade que a teologia da libertação se tem voltado, muito mais da prática do que da teoria.

O cenário dos Movimentos Sociais muda no final dos anos 80 e ao longo dos anos 90, há um declínio das manifestações de rua, no qual dava visibilidade aos movimentos populares nas cidades. Não tinham mais o seu inimigo principal, a ditadura, mas segundo os estudiosos as causas da desmobilização são várias, porém o papel desses movimentos nos

anos 70 e 80 contribuíram decisivamente na conquistas de vários direitos sociais que foram aprovados na Constituição Brasileira de 1988. Segundo Gohn (2003, p. 20),

A partir de 1990 ocorreu o surgimento de outras formas de organizações popular, mais institucionalizada, como a constituição de Fórum Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os Fórum estabelecem a prática de encontros nacionais em larga escala gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los.

O movimento social também tem contado com o auxílio do Serviço Social no desenvolvimento de comunidade, e assistentes sociais que atuaram na perspectiva da transformação social, com a aproximação com a teoria marxista e a luta de classe. Aqui, especificamente, se destaca as lutas inseridas na reivindicação pela moradia e pela Reforma Urbana, que também fazem parte da expressiva onda de movimentos políticos, culturais étnicos, etários, ecológicos e de gênero.

É essa luta da sociedade civil, diretamente ligado as organizações comunitárias e Movimentos populares pelo direito à moradia que estaremos compreendendo ainda mais os movimentos sociais no Brasil e a contribuição do trabalho realizado pelo profissional de Serviço Social na área da Habitação.

2.2 A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM BUSCA PELO DIREITO À MORADIA.

A década de 70 é marcada por uma série de fatores que contribuíram para o aumento das favelas nas grandes cidades brasileiras, causada pelo desemprego, falta de projetos de habitações populares. Junto a este contexto, também temos o processo de redemocratização do país, trazendo consigo grandes mobilizações populares, rearticulação de diversos sindicatos, formação de novos partidos e a influência da igreja com a Teoria da Libertação. Segundo Giovannetti (1997, p. 93),

O movimento de moradia teve como ponto fundante o Movimento de favelas, que através de um processo de mobilização popular passa a reivindicar a fixação das famílias nas áreas ocupadas, como direito adquirido. Luta por um mínimo de infra estrutura urbana, como água e luz e, na maturação das discussões, a urbanização da área e a posse da terra. A urbanização caracterizada pela incorporação das áreas ocupadas à malha urbana da cidade, de forma a melhorar suas condições de vida e de habitabilidade, em busca à cidadania.

Esses movimentos alteram a concepção de moradia desvinculando da mera noção da casa para um conjunto de condições de sobrevivência cotidianas. A pressão contínua pautava-se em uma necessidade muito presente na vida das pessoas: a casa. A luta pela moradia é a luta pela vida, a moradia e a terra em nosso país é privilégio de poucos. Assim acontecem em 1981 as grandes ocupações de terra nas zonas urbanas das cidades brasileiras e, principalmente em São Paulo. E para compreendermos melhor essa luta dos movimentos sociais em busca pelo direito à moradia nos buscamos resgatar a história da ocupação na Fazenda de Itupu, localizada no estado de São Paulo.

Em 1981 aconteceu a ocupação da Fazenda de Itupu. Inicia-se a organização de uma grande luta para resolver os problemas habitacionais. Segundo o relato dos moradores esse é um projeto para quem não tem onde morar, é um fato político de pressão para que os órgãos públicos cedam as terras para a população construir suas casas, além disso, conscientizar e politizar as pessoas que estavam no movimento.

É uma luta de uma população que enfrenta os mais sérios obstáculos nas suas condições básicas de vida, ou seja, além da dura miséria em que são submetidos, nas condição de favelados, vale ressaltar ainda a violência policial junto com o evidente descaso governamental para a questão da moradia. Os moradores reclamam que a COHAB, também só faz promessas. Durante o mandato do Prefeito Mário Covas, houve a Unificação dos Movimentos das favelas, que passaram a se encontrar nas áreas da região de Campo Limpo, ou seja, os terrenos desocupados escolhidos pelos movimentos para realizarem as ocupações. A Prefeitura realizou alguns cadastros, e foi a partir daí que o Movimento

começou a pensar na moradia, pois já existiam as Associações de favelas, e em 1983 esses movimentos Pró-Moradia se concentram em frente à COHAB, para pressionar as autoridades, pois a lentidão para a liberação dos recursos para o início dos mutirões eram angustiantes. De acordo com Giovannetti (1997, p. 94),

Em agosto de 1981, o movimento de Moradia da Região de Campo Limpo, promoveu a primeira ocupação organizada de terra na cidade, nas glebas do Parque Europa, de propriedade da TV Record, e Fazenda ITUPU, pertencente ao IAPAS. Nesta mobilização estavam envolvidas cerca de três mil famílias, numa articulação, envolvendo lideranças expressivas de bairro e a parcela progressiva da Igreja Católica. A desocupação da área aconteceu de forma violenta, com repressão policial. A imprensa, no momento deu grande destaque a organização popular – fatores que contribuíram para o fortalecimento da organização.

Entre uma concentração e outra, essas populações realizam também várias Assembléias, dividem-se em grupos, tiram seus representantes e formam-se as lideranças que em ação catalisam forças para unificarem os movimentos na luta pela terra, pois nesta época vários mutirões iriam se iniciar.

Do ano de 1984 até 1985 evidenciam-se vários pontos de luta e manifestações. Acontecem inúmeras reuniões com a COHAB, os movimentos da Zona Sul realizam o primeiro encontro de Movimentos de Moradia, Ajuda Mútua e Auto-Gestão, sendo o mutirão o principal objetivo dessa coordenação.

Unificam-se os grupos Jardim Comercial, Vila Remo, Parque Regina e Parque Santo Antônio, depois disso veio o processo de organização, não só do movimento de Moradia de Igrajaú, mas em outras lutas também de mutirões ligadas a habitação na grande São Paulo, como os movimentos dos bairros Adventista, São Bernardo do Campo, Vila Remo, Parque Fernando, etc.

Os projetos arquitetônicos e assessoria técnica eram da COHAB. Para alguns lideranças os movimentos de Luta pela Moradia não acreditam que o BNH possa estar transformando essa política para que possa favorecer a população, os trabalhadores, os assalariados. Segundo o Sr. Pedrinho (1988),

E nisso fizemos uma grande assembléia que juntou e foi tirado uma comissão onde não ter deu para ir todo mundo, para ir na COHAB, junto eu, a Lucii éia, que é a Assistente Social nossa, um sobrinho que mora nos conjuntos do Itaquera e o Pe. Emílio. Veio mais de três mil pessoas onde foi feito um cadastramento, tipo de uma ficha, nessa época o Modesto Azevedo já trabalhava com nós, ele sabe muito bem, [...] partimos para não ficar só em luta de favela, mas também procurar aquelas pessoas que eram interessadas na luta pela moradia. E se formou essa comissão e fomos para a COHAB, foi um dia muito difícil, chegamos lá às dez horas da manhã e fomos sair às dez horas da noite, aí se unificou, aumentou mais o movimento. Em vez de ser três, aumentou mais um que foi o Jardim Comercial e daí a gente partiu para a luta e as comissões começaram a ir juntas falar com o prefeito. E um dia a gente marcou, porque o prefeito não veio desapropriar, proposta e muito difícil e tal. Se marcou uma ida para acampar e fazer uma assembléia geral com todos os movimentos dentro do terreno, do Adventista, daí para cá foi onde se unificou esta luta. A gente cadastrou 600 pessoas, mas na discussão do loteamento quando o prefeito desapropriou esta área era para entrar duas mil pessoas em mutirão.

A prefeitura desapropria as terras do Adventista e inicia-se então uma árdua luta pela posse da terra. O mutirão do terreno do Adventista, situado na região do Campo Limpo onde está concentrado o maior número de favelados da cidade de São Paulo, em média oitocentos mil habitantes, sendo que aproximadamente duzentos mil são favelados. É o início da construção de 620 casas de mutirão, são as obras da primeira etapa. Funda-se a Associação pró-moradia da Zona Sul, detectando futuros problemas quanto a transformação do mutirão em bairro. De acordo com Modesto Azevedo (1988),

A gente tem uma filosofia de trabalho onde nós tentamos aplicar uma democracia, aplicar a participação das pessoas no processo do trabalho, no processo de construção da casa. A gente vêm para o mutirão sem o mínimo de infra-estrutura, porque o Estado não dá essas condições e a própria população tem que estar se virando de qualquer jeito para que possa dar condições para que a gente realize a questão dos mutirões. Para nós dos movimentos populares, os movimentos que lutam pela moradia diz o seguinte: que na Constituição agora aprovada pouco se avançou, teve as conquistas que a gente acha importante, ou seja, a questão do usucapião por cinco anos, uma pessoa que ocupa uma área de 250 metros quadrados por cinco anos e ninguém procurou por aquela terra, tanto faz o homem ou a mulher, passa a ser dono dessa terra, que antigamente eram de dez a quinze anos, e a gente considera um avanço em relação a isso ao usucapião.

Nasce a segunda etapa da luta onde reivindicam-se os 370 lotes, mobilizados já a três anos, eles continuarão atrás das negociações, para que a próxima administração de continuidade no processo da construção das casas. Agravam-se os embates contra as

empreiteiras. No início de 1986, Jânio Quadros assume a prefeitura de São Paulo, com isso cresce o problema dos mutirantes e é árdua a luta pela liberação dos recursos financeiros para as 370 famílias.

Em abril de 1987, o prefeito Jânio Quadros decreta a proibição dos mutirões, ameaçando entregar as obras às empreiteiras. A população não concorda com o projeto da prefeitura, o Pró-Morar, com suas casas de 18 m², e reage com manifestações na Câmara e em frente ao Ibirapuera. Discutia-se na época a proposta de no mínimo uma área de 125 m², por vontade dos mutirantes e 75 m² pela prefeitura e COHAB com o projeto pró-morar. Mediante muitas reuniões e manifestações, consegue-se a vitória na aprovação de casas com 100 m².

Os movimentos apontam e empõem suas reivindicações, que seriam: - sua maior autonomia nas decisões dando seqüência aos mutirões; - com a escolha dos técnicos e com a implementação do novo modelo de construção desenvolvido pela assessoria técnica do próprio movimento. Ainda em 1987, são construídas duas casas protótipos com a assessoria da UNICAMP, essa foi a condição imposta para aprovar o projeto e a assessoria do movimento.

Realizam novas eleições na Associação pró-moradia da Zona Sul, onde Modesto Azevedo se elege presidente. No final de 1987, essa Associação já se mobilizava dando início aos trabalhos da terceira etapa. No início de 1988, começam as obras da segunda etapa. Segundo Wando (1988):

Gostaríamos que ficasse documentado todo o trabalho nosso, do povo, e a maneira de que o povo está sempre acusado de não saber, não conseguir fazer as coisas. O povo está provando aí que faz, está fazendo, né? E nós gostaríamos que este trabalho continuasse e fosse para sempre, enquanto existisse uma pessoa com necessidade de uma casa, necessidade de morar, a gente tá aí disposto e tá trabalhando para que essas pessoas venham conseguir uma casa própria, o seu canto, o seu lugar para conseguir uma tranquilidade para seus filhos.

A Associação Pró-Moradia da Zona Sul prossegue suas lutas de mobilizações onde aproximadamente 3.000 famílias fazem suas reivindicações para a solução no que se refere aos problemas de moradia. Reivindicam e iniciam o processo de negociação junto ao CDH – Companhia de Desenvolvimento e Habitação – órgão ligado ao governo estadual. Através desta organização solidifica-se a terceira etapa.

Em agosto de 1988, é realizado o terceiro encontro dos movimentos de moradia. Desde 1985 até hoje acontecem as ocupações das casas com a população da primeira etapa. Essa ocupação dá origem a formação de um bairro e os movimentos continuam nas mobilizações para suprir as carências detectadas pelos moradores, como por exemplo: asfalto, iluminação pública, coleta de lixo, transporte e ainda creche, escola, lazer e etc. A luta por reivindicações junto aos órgãos públicos é constante, onde algumas conquistas são concretas, como asfalto nas ruas, iluminação pública e construção de uma escola.

Para Campos Filho (1999, p. 47),

...atender ao direito mínimo do cidadão urbano, que é o de habitar com dignidade, está se tornando importante reivindicação política dos movimentos sociais urbanos. Isso significa ter o cidadão uma casa ou apartamento, ainda que singelo, com transporte para o trabalho e algum lazer, os serviços essenciais à saúde, como água potável, (...) e os serviços essenciais à sua segurança como ruas iluminadas e transitáveis o ano todo.

Outro fato marcante do Movimento social em busca pelo direito à moradia, em seu plano organizacional, foi a criação de uma Central de Movimentos Populares em 1990. Ela estruturou vários movimentos populares em nível nacional, tais como a luta pela moradia, assim como buscou fazer uma articulação e criou colaboradores entre diferentes tipos de movimentos sociais, populares e não populares. Segundo Gohn (2003, p. 25-26),

Dentre os movimentos populares urbanos, a luta pela moradia continuou a ter centralidade como a luta popular mais organizada. Uma parte dela tornou-se bastante institucionalizada, atuando no plano jurídico, via suas assessorias, obtendo conquistas importantes, como o estatuto da cidade. Outra parte migrou com suas assessorias para as ONG's, participando de projetos institucionais, tais como as cooperativas de ajuda mútua e autogestão, assim como várias alas do

movimento das favelas, que passaram a ter projetos de reurbanização, remoção ou transferência para projetos do poder público. [...] Uma Terceira parte inovou suas práticas seguindo o modelo do movimento popular rural: realizando ocupações, não mais de áreas vazias, cada vez mais escassas e distantes dos grandes centros urbanos, mas ocupando prédios públicos e privados, ociosos ou abandonados, nas áreas centrais das grandes cidades. [...] Uma quarta categoria da luta pela moradia foi protagonizada pelos moradores de rua.

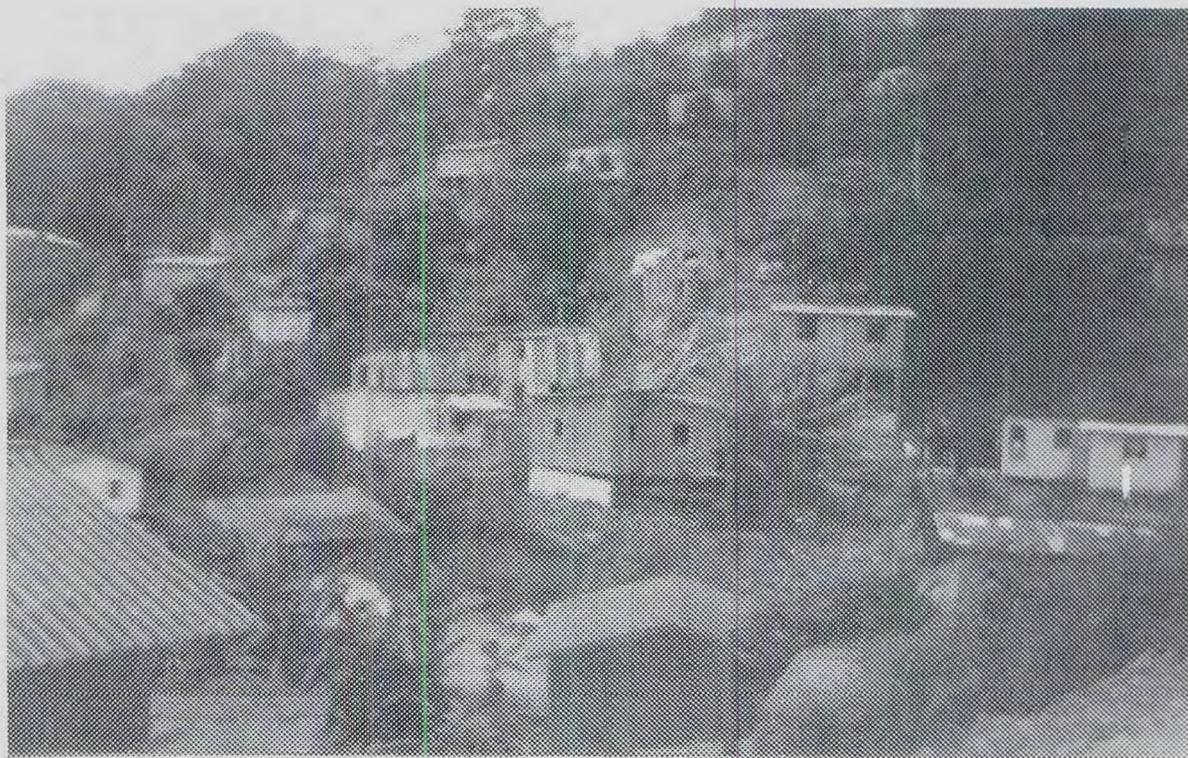
Segundo Canella (1992) os movimentos populares urbanos mobilizaram-se em torno de dois conjuntos de reivindicações: os que envolvem lutas por melhores condições de moradia (infra-estrutura e equipamentos urbanos) e os que envolvem lutas pela própria moradia (ocupações de terras urbanas).

Em Florianópolis, estes dois grupos que reivindicam direitos sociais, vem atuando de formas diferenciadas e em lugares específicos. Em torno da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO, organizam as Associações de moradores e Conselhos Comunitários que buscam a melhoria da qualidade de vida dos moradores, reivindicando infra-estrutura e equipamentos públicos e em torno do Centro de Apoio e Promoção ao Migrante – CAPROM, o Movimento dos Sem Teto – MST, lutam para garantir o direito à moradia de inúmeras famílias brasileiras.

Criado no final do ano de 1987 o CAPROM foi resultado da luta pelo solo urbano, com objetivo específico de assessorar os migrantes. Registrada como uma entidade civil, sem fins lucrativos, teve apoio da igreja, para torna-se uma referência nos trabalhos com migrantes e nas lutas pelo direito à terra na cidade. Com o surgimento do CAPROM os trabalhos começam a ficar mais organizados e coletivos, substituindo o atendimento de casos isolados, para uma organização de maior de força, desenvolvendo um grande trabalho de defesa comunitária. Para Souza (2002, p.26),

É importante acrescentar que as lutas desencadeadas pelo CAPROM e pelo MST não se resume à satisfação de algumas necessidades básicas da população mais carente, ela é percebida enquanto parte de um conjunto maior de lutas em direção a nova sociedade preocupados na construção e constituição de um sujeito coletivo e popular que permanentemente se mantenha ativo na luta por seus direitos.

2.3 A COMUNIDADE DO ALTO DA CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES.



(Vista da área frontal do Alto da Caeira do Saco dos Limões no Maciço do Morro da Cruz)

A comunidade está localizada, segundo o Plano Diretor do município de Florianópolis, em Área de Preservação Permanente (APP). Conforme Estatuto da Associação dos Moradores do Alto da Caeira a comunidade fica localizada, acima do número 457 as rua Custódio Fermínio Vieira limitado pelo chamado “Pastinho”, pela Servidão da Felicidade, pelo riacho ou grota onde divide o bairro da Serrinha e pelo cano da rede de água. Vivem no Alto da Caeira 533 famílias, com o total de 1.696 pessoas. (Conforme a pesquisa do perfil sócio-econômico realizada pela Associação de Moradores do Alto da Caeira – AMAC em 2003.)¹

¹ Utilizaremos nesta seção os dados quantitativos da pesquisa do Perfil Sócio Econômico e Cultural dos Moradores da Comunidade do auto da Caeira do Saco dos Limões, que foram cedidos pela Assistente Social Simone Matos Machado e pela AMAC, a qual devo meus agradecimentos (ver seção 3.3).

Não há posto de saúde no Alto da Caeira do Saco dos Limões, a população utiliza o posto de saúde localizado da comunidade do Monte Serrat, pois é o mais próximo para os moradores. Segundo informações obtidas pela estudante de Serviço Social, Fátima Pressi, junto ao posto de saúde do Saco dos Limões, o atendimento deste posto abrange a comunidade, do Alto da Caeira do Saco dos Limões, área de ação dos agentes de saúde que trabalham neste posto, mas na realidade, a maioria dos moradores do Alto da Caeira utilizam o posto de saúde do Monte Serrat, pois fica mais perto para os moradores.

Também não há uma escola na comunidade, nem uma creche. As crianças e os adolescentes freqüentam escolas das comunidades vizinhas, como o colégio Getúlio Vargas, no Saco dos Limões, o Instituto Estadual de Educação, no Centro, o colégio do bairro da Serrinha, Trindade e também o do Monte Serrat, entre outros. Praticamente quase todas as crianças e adolescentes estão matriculados na creche e no colégio do Monte Serrat, mas por falta de vagas, e também por causa da violência na região, as famílias estão sendo forçadas a procurarem outros estabelecimentos, muitas vezes com uma distância maior de suas casas. Segundo os moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões, há muito tempo a Associação de moradores vem discutindo uma forma para utilizar o espaço existente em baixo da igreja católica. Atualmente existe um projeto para fechar esse espaço e formar um centro de convivência, onde além de uma creche, e um local alternativo que possa tirar as crianças das ruas, realizando atividades esportivas e de lazer, poderão funcionar outros trabalhos como cursos profissionalizantes para os moradores.

Como já mencionado as famílias buscam morar na cidade devido à facilidade de acesso aos serviços públicos, muitos saem do meio rural em busca de uma melhor qualidade de vida, e se deparam com a especulação imobiliária e os altos preços das passagens de ônibus, acabam por ocuparem áreas irregulares sem utilidade, e também sem infra-estrutura para construírem suas moradias.

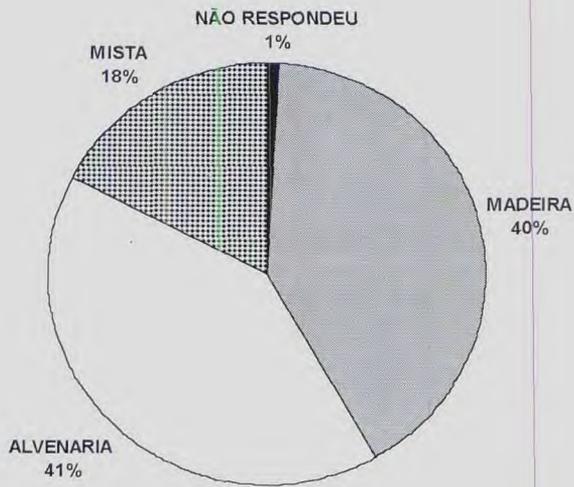


GRÁFICO 01:
TIPO DE HABITAÇÃO

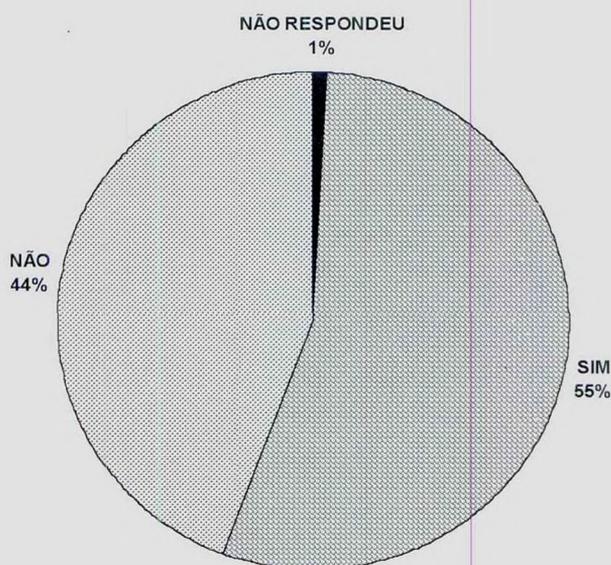
A maioria das casas encontram-se em área de risco, e em condições insalubres, de acordo com o resultado da pesquisa realizada pela AMAC (ver gráfico acima), 41% das residências são de alvenaria, 40% são de madeira, 18% das casas são mistas e 1% dos entrevistados não responderam essa questão.

(Poço onde os moradores retiram água)



Segundo ainda os dados coletados na pesquisa, como mostra o gráfico abaixo, apenas 55% da comunidade possuem abastecimento de água pela rede da CASAN, 44% das famílias realizam o seu abastecimento através de “gatos”, ligações clandestinas feitas com canos que pegam água da rede da CASAN fornecida às estações de televisão, localizada no ponto mais elevada do Morro. As famílias que não tem acesso a essas ligações são obrigados a retirarem água de poços, com qualidade inadequada ao consumo, como mostra a foto anterior.

**GRÁFICO 02:
ÁGUA PELA CASAN**



Ainda de acordo com a pesquisa, como mostra o gráfico da página seguinte, 73% das famílias possuem energia elétrica pela CELESC, 26% das famílias não tem direito à

ligação de luz elétrica, devido a resolução da Prefeitura de Florianópolis que moveu uma ação civil impedindo a CELESC de realizar qualquer trabalho nas áreas de preservação permanente (APP) ou preservação Ambiental (APA). Em seguida foi feito um acordo entre a Prefeitura e a CASAN, e o resultado foi a anulação de qualquer prestação de serviço nessas áreas, salvo casos em que a prefeitura autorize.

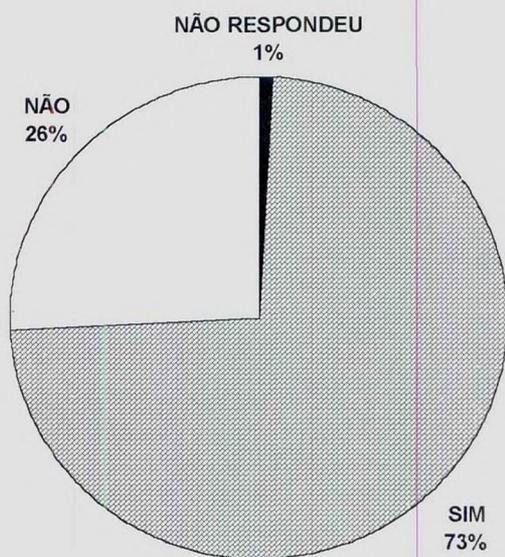


GRÁFICO 03:
LUZ PELA CELESC

As ruas que dão acesso à comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões não possuem estrutura e manutenção adequada, e a maioria delas são esburacadas; mesmo com o esforço da AMAC em tomar iniciativa para tentar arrumar as ruas, elas se encontram em más condições. Como não há saneamento básico no local, o esgoto corre a céu aberto, como a maioria dos acessos às casas é constituídas por vielas e trilhas, o problema piora pois o esgoto e o mato impedem literalmente a passagem dos moradores.

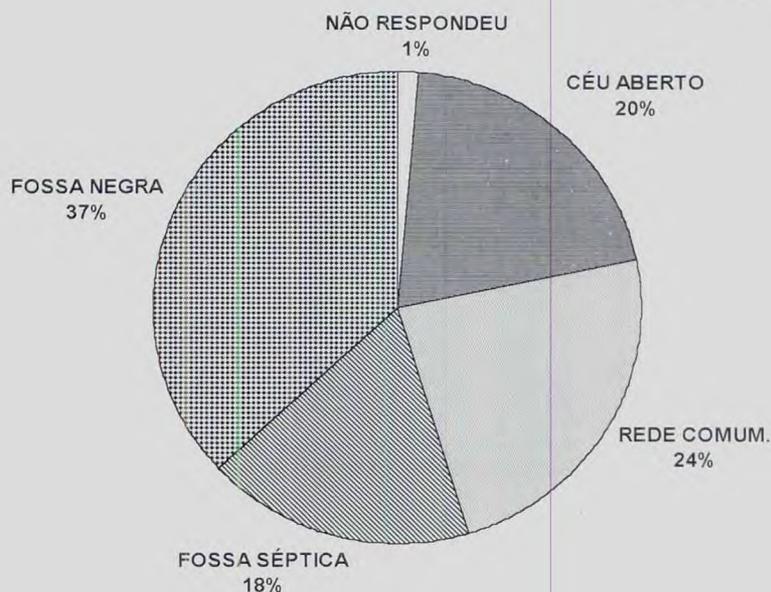


(Rua que dá acesso as residências)

A pesquisa do levantamento do perfil dos moradores mostra o tratamento dado ao esgoto. Como apresenta o gráfico abaixo, 37% das famílias possuem fossa negra, 24% utilizam a rede comum do bairro, 20% das famílias jogam seu esgoto á céu aberto, 18% das famílias utilizam fossa séptica.

GRÁFICO 04:

FORMA DE ESGOTO



Nem mesmo a Servidão da Felicidade, principal rua da comunidade, existindo formalmente de acordo com a Lei da Câmara Municipal de Florianópolis N 514/2001, é assistida pela Prefeitura. Em muitos locais da comunidade existem ainda escadas que servem como o único acesso à muitas casas, mais a falta delas é maior que a presença, tendo em vista o descaso da Prefeitura.

Se tratando ainda da questão habitacional deve-se ressaltar os dados coletados na pesquisa sobre a existência ou não da propriedade da habitação por parte das famílias. Segundo a pesquisa do perfil dos moradores, como mostra o gráfico abaixo, 84% das famílias possuem sua casa própria na comunidade, 10% são inquilinos, alugam casas de outros proprietários, 5% dos entrevistados não responderam essa questão e 1% disse:am que estabelecem outro tipo de vínculo com a moradia.

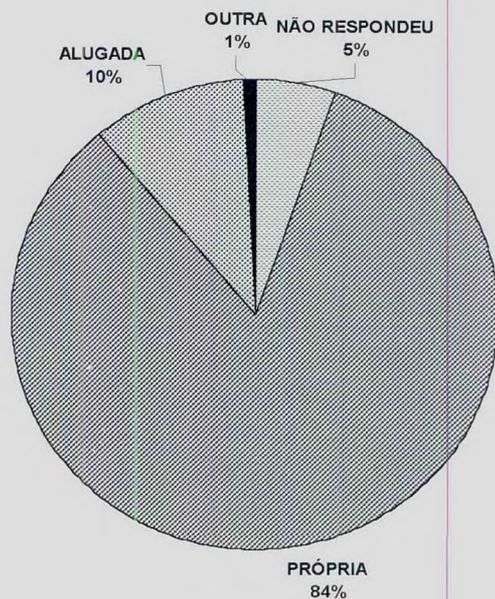
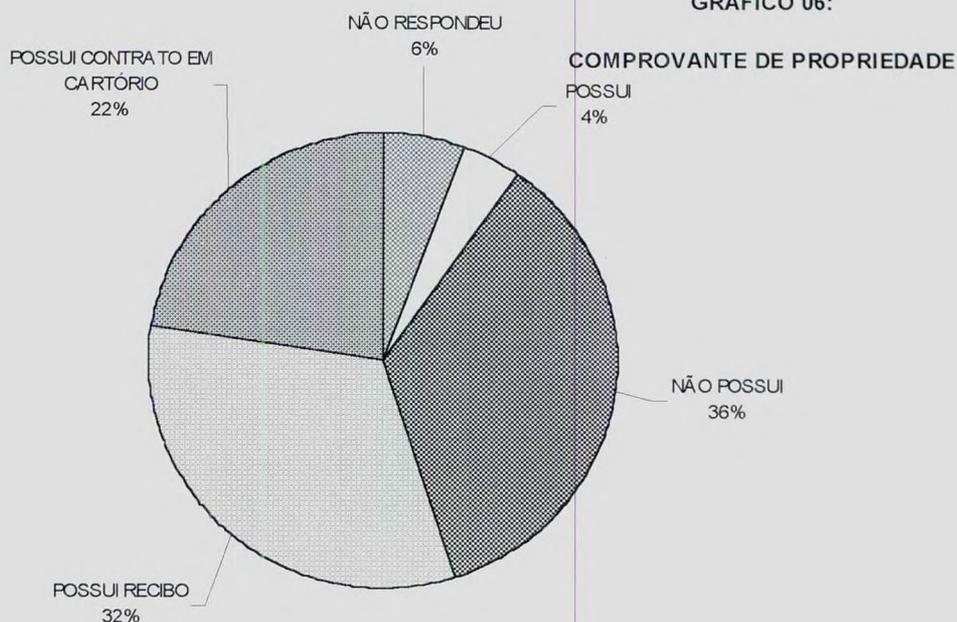


GRÁFICO 05:
CASA PRÓPRIA/ALUGADA

GRÁFICO 06:



Outro dado de fundamental importância é sobre o tipo de comprovação da propriedade de seus imóveis (ver gráfico acima). De acordo com a pesquisa realizada com os moradores da comunidade do Alto da Caeira em sua maioria 36% não possuem nenhum tipo de comprovante, 32% possui recibo, 22% das famílias possuem contrato em cartório, 6% não responderam essa questão e 4% dos entrevistados responderam possuir comprovante de propriedade, sem especificar qual o tipo.

O transporte no Alto da Caeira do Saco dos Limões se dá através de carro e do ônibus do Monte Serrat ou da Caeira do Saco dos Limões, mas como estes não entram na comunidade, boa parte da comunidade anda a pé, pois na maioria das ruas, vielas ou trilhas, não há possibilidade de acesso de carros e ônibus.

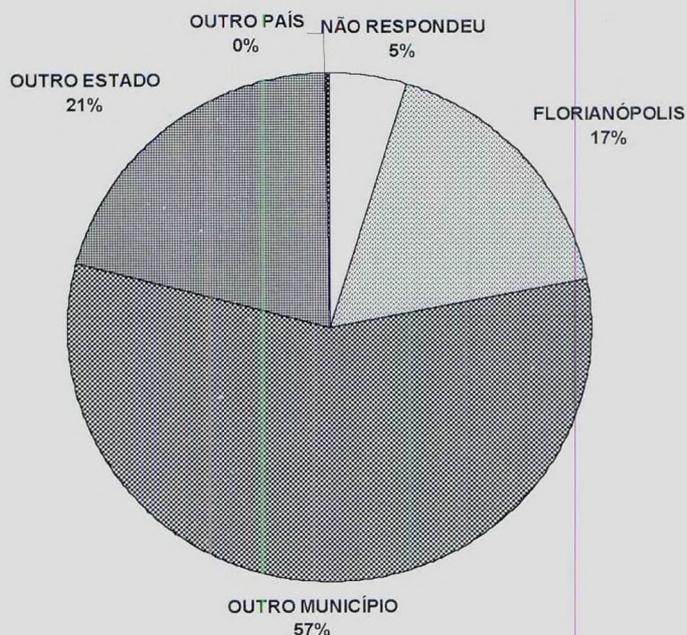
Em relação à segurança, se faz necessário à presença de órgãos competentes na comunidade, policiais que respeitem e conheçam os moradores, que façam também um trabalho preventivo e não repressivo. Atualmente não há segurança qualificada na região.

Há, portanto, uma grande falta de assessoria e vontade política dos órgãos públicos às comunidades carentes, o fato piora quando as lideranças comunitárias assumem ser de

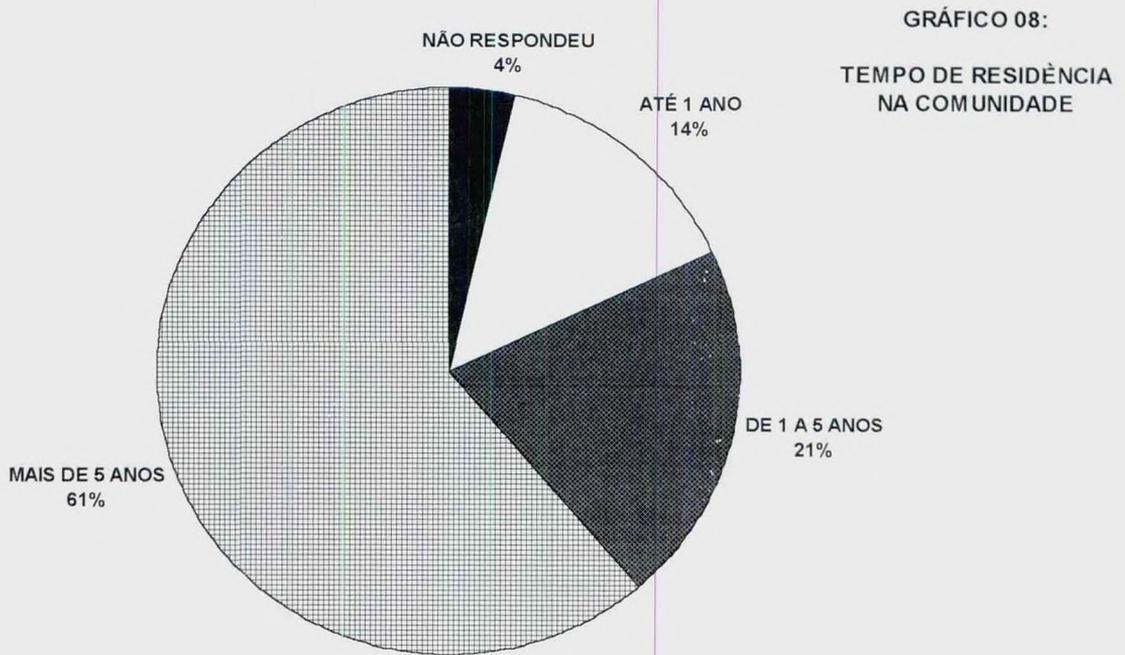
oposição ao governo ou até mesmo por participar de um partido político diferente da atual administração do Município.

Outro dado que é considerado importante para compreensão da dinâmica da comunidade é a procedência das famílias, o tempo que elas encontram-se na comunidade. Segundo os dados, como mostra o gráfico abaixo, 57% das famílias vieram de outro município, 21% vieram de outro estado, 17% dos entrevistados são de Florianópolis, 5% não responderam essa questão e uma pessoa veio de outro país, representado no gráfico como 0%.

GRÁFICO 07:
PROCEDÊNCIA DAS FAMÍLIAS



O próximo gráfico abaixo corresponde ao tempo de residência de cada família na comunidade, onde a maioria das famílias, 61% moram na região a mais de 5 anos, 21% moram na comunidade entre 1 a 5 anos, 14% responderam morar no Alto da Caeira até 1 ano e o restante dos entrevistados, totalizando 4%, não responderam essa questão.



O último gráfico mostra como está distribuída a renda das famílias que moram na comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões (ver gráfico da página seguinte). Segundo os dados coletados na pesquisa do perfil sócio-econômico dos moradores, 25% possuem a sua renda mensal entre R\$ 91,00 à R\$ 150,00 reais, 18% das famílias possuem a sua renda entre R\$ 151,00 e R\$ 200,00 reais mensais, 17% possuem renda em até R\$ 90,00 reais mensais, 10% das famílias possuem renda entre R\$ 201,00 e R\$ 250,00 reais mensais, 7% possuem renda entre R\$ 251,00 e R\$ 300,00 reais mensais, 6% dos entrevistados não

responderam essa questão, 5% possuem renda entre R\$ 301,00 e R\$ 350,00 reais mensais, também 5% possuem renda entre R\$ 401,00 e R\$ 450,00 reais mensais, 3% das famílias possuem renda mensal entre R\$ 350,00 e R\$ 400,00 reais, também 3% possuem renda acima de R\$ 500,00 reais mensais e 1% responderam estar desempregado no momento, não possuindo renda no momento.

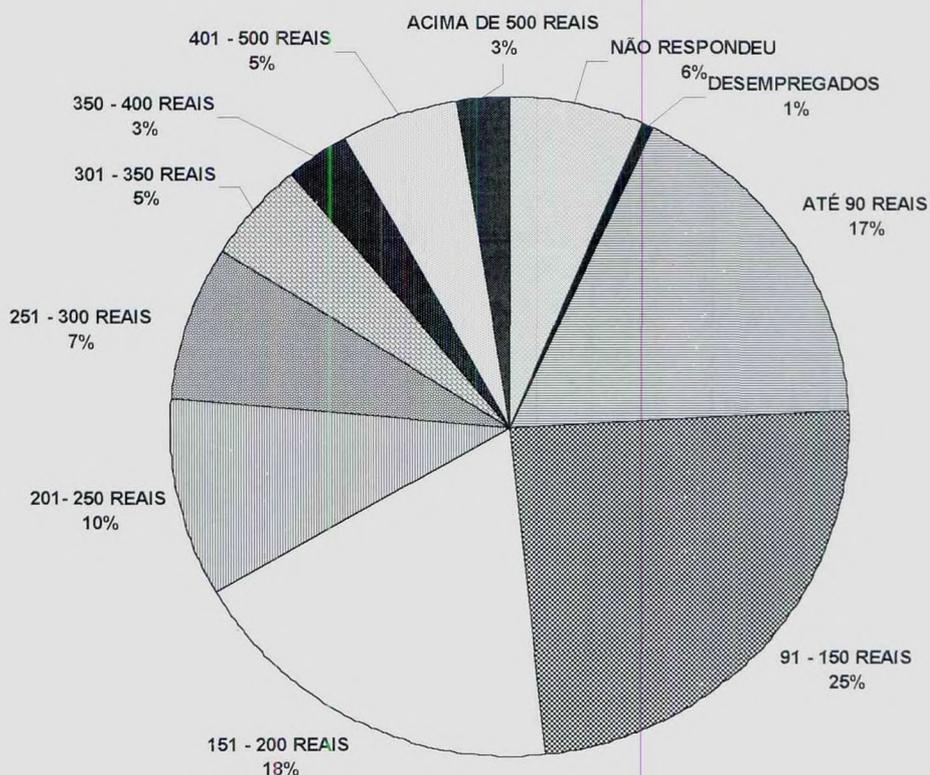


GRÁFICO 09:
RENDA POR PESSOA

Os dados relatados até o momento revelam uma realidade onde as condições de moradia estão longe de oferecer qualidade de vida aos moradores. Neste sentido, as conquistas trazidas pela Lei Federal do Estatuto da Cidade ficam evidentes e tornam-se necessárias em comunidades com este perfil de exclusão social.

2.4 A REESTRUTURAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE DO ALTO DA CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES: 2002 À 2003.

2.4.1 O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE DO ALTO DA CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES.

A comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões, protagonizou no segundo semestre de 2002, um interessante processo de organização sócio-comunitária. No Local, existiam duas Associações de Bairro (ver anexo 8) que não aglutinavam os moradores e traziam poucos benefícios continuados e efetivos à comunidade. A mobilização partiu de moradores (ver anexo 9) que com apoio, da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO, da Federação de Associação de Moradores de Estado de Santa Catarina – FAMESC, do Fórum do Maciço e do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP (ver anexo 10), realizaram um plebiscito com objetivo de consultar os moradores sobre a unificação das duas associações existentes, a aprovação do Estatuto da Associação e a Eleição da nova diretoria. Acontecimentos se tornam relevante para obtermos uma análise mais profunda sobre a formação dos sujeitos políticos na luta pela qualidade de vida e moradia na comunidade.

Neste movimento está inserida a Associação de Moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões (AMAC), que busca através do Fórum da Cidade e do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, informação e capacitação de suas lideranças comunitárias para que os mesmos possam reivindicar os seus direitos perante os órgãos públicos responsáveis e juntos pensarem um futuro melhor para cidade.

A AMAC existe desde o dia dezesseis de fevereiro de dois mil e três. Até então existiam outras duas Associações que de forma disperça tentavam fazer a representação e a organização da comunidade. Segundo o relato da estudante Fátima Pressi (2003, p.9)

... em relação ao antigo presidente, percebi que ele tem uma visão mais conservadora, autoritária, pois em certa ocasião a comunidade precisava interagir e elaborar o Estatuto da Associação que se estava criando, e o sr. José Cavalheiro de certa forma acreditava que com a participação de todos isso não seria possível, ele acreditava que seria melhor elaborado se somente algumas pessoas participassem desse processo. [...] presenciei a contra-democracia por parte da Dona Terezinha, ex-presidente de uma das Associações, pelos relatos e atas existente, pude concluir que ela no início estava a favor da unificação das duas Associações, assim dando mais força ao movimento, mas ao decorrer do processo, a mesma esteve sempre ausente e por muitas vezes promovendo desunião.

Com o auxílio e apoio da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (FAMESC), através do Secretário Geral Paulo Ruver e da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, através da Presidente Albertina da Silva de Souza, do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organizações populares, através da Assistente Social Simone Mattos Machado, da Professora Iliane Kohler e das Estagiárias de Serviço Social Fabiani Erli Witt, Dideanne Cynara Alves Nunes, da Disciplina de Processo de Trabalho em Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direito, através da Professora Kátia Terezinha Muller e da estudante Fátima Pressi, e outros participantes como João Ferreira de Souza (Teco) da Associação de Moradores do Monte Serrat e membro também da UFECO e da FAMESC, a Assistente Social do Fórum do Maciç do Morro da Cruz, Kelly Cabral, Padre Wilson Groh, a comunidade após várias reuniões decidiu realizar um Plebiscito (ver anexo 11 e 12) para que se tirasse a vontade dos moradores em relação a unificação das Associações de Moradores.

Para que houvesse adesão da maioria dos moradores foi realizada uma etapa de mobilização junto com a comunidade, segundo ainda o relato da estudante Fátima Pressi (2003, p. 21),

A divulgação para os moradores foi constante, com cartas e cartazes, para que todos participassem de forma democrática da votação, e decidindo se era bom à comunidade a unificação das associações, expressando suas vontades e usufruindo seu direito como morador do Bairro.

O Plebiscito aconteceu no dia primeiro de dezembro de dois mil e dois, em frente a igreja católica da comunidade, das oito horas da manhã até às doze horas, ocorrendo logo após a apuração dos votos com uma significativa participação dos moradores, com o seguinte resultado: cento e trinta pessoas participaram da votação, sendo que destas, cento e dezoito votaram a favor da unificação, oito votaram pela manutenção das duas Associações de Moradores existentes, uma pessoa votou em branco, uma votou nulo, e de acordo com a lista de assinaturas duas pessoas não depositaram a cédula na urna de votação.

Logo após a realização do Plebiscito (ver anexo 13), foram realizadas algumas Assembléias de moradores para passar os informes sobre o resultado do Plebiscito, fazer a avaliação de todo o processo, e também discutir sobre a elaboração do Estatuto da nova Associação de Moradores da Caeira do Saco dos Limões. Durante as reuniões (ver anexo 14) realizadas foram repassadas aos moradores cartas explicativas dos acontecimentos, para que eles ficassem informados sobre o que estava acontecendo, e também foi entregue um modelo de Estatuto sugerido pela FAMESC, para dar início ao debate e até mesmo fundamentar modificações e/ou adequação do mesmo pela comunidade. O nome da Associação – AMAC – também foi escolhido com a participação direta dos moradores e posteriormente, nas Assembléias, foram discutidos a fundação da associação, a aprovação do Estatuto da AMAC e o procedimento referente ao processo eleitoral. Conforme Pressi (2003, p. 24),

O processo eleitoral transcorreu tranqüilamente, as duas chapas puderam conversar com os moradores, divulgar suas propostas através de panfletos e indo de casa em casa. Os candidatos muitas vezes se encontravam nos caminhos de uma casa e outra. Conforme o regulamenta o Estatuto eles tiveram um mês (30 dias) para fazer sua campanha eleitoral. [...] Toda a comunidade pode participar, basta ser morador da área delimitada do Alto da Caeira e apresentar documento de identificação antes da votação.

A eleição ocorreu no dia dezesseis de fevereiro de dois mil e três (ver anexo 15), durante todo o dia, das oito horas da manhã até às cinco horas da tarde, com duas urnas colocadas à disposição dos moradores, uma localizada em frente à igreja católica e a outra no ponto final do ônibus Caeira do Saco dos Limões, na antiga barbearia do Lauro. Após o encerramento da eleição e fechamento das urnas a comissão eleitoral, mesários e um representante de cada chapa realizaram a apuração dos votos, obtendo os seguintes resultados: trezentas e noventa e três pessoas votaram, sendo que duzentos e noventa votos foram para a Chapa um, cento e noventa e seis votos foram para a Chapa dois e seis votos foram nulos. Segundo ainda relato da estudante Fátima Pressi (2003, p.26), houve muita comemoração, e o atual presidente Sr. Julcemar Guilardi da AMAC fez um discurso convocando a todos da comunidade a participarem do mandato, dizendo que não existe mais duas chapas, mas sim uma comunidade precisando da união de todos.

Para iniciar os trabalhos a chapa eleita tinha no seu programa para o mandato as seguintes propostas de ação na comunidade:

- Fechar o porão da Igreja Católica para servir de espaço a comunidade;
- Lutar pela água e energia elétrica na comunidade;
- Reivindicar a regulação de nossos terrenos;
- Reivindicar manutenção das ruas;
- Melhorar a coleta de lixo, e construir lixeiras coletivas em nosso bairro;
- Construir escadarias, para facilitar o acesso às casas.

A chapa também tinha propostas na área social, de segurança e de lazer, entre elas podemos citar:

- Implantar o projeto de um centro de convivência para nossas crianças e a comunidade em geral;

- Trazer diversos cursos profissionalizantes aos moradores como tricô, crochê, culinária, computação, etc.;
- Adquirir equipamentos afins para a realização de cursos;
- Proporcionar lazer, esporte e cultura para nossa comunidade;
- Lutar para que tenhamos nossos direitos respeitados como cidadãos que somos;
- Reivindicar segurança junto ao Estado, solicitando que os órgãos competentes, se façam presentes na comunidade regularmente;
- Viabilizar a construção de um parque infantil;
- Viabilizar um campo de futebol para atividades esportivas;
- Trazer para nosso bairro peças de teatro, e cinema que ajudem na educação e cultura.

No segundo dia do mandato da nova diretoria, a comunidade recebeu o Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Sr. Luiz Eduardo Soares, para discutir ações preventivas de segurança para a região (ver anexo 16). No decorrer do ano de 2003 a comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões desenvolveu diversos trabalhos sociais na comunidade, com intuito de melhorar as condições de vida dos moradores, que ressaltamos a seguir:

- Construção de lixeiras comunitárias;
- Levantamento do perfil sócio-econômico e cultural dos moradores (ver anexo 17);
- Realização de duas Assembléias Gerais;
- Construção de 10 metros de escadarias com parceria entre a AMAC e dois moradores da comunidade;
- Três apresentações do projeto Hip Hop;
- Regularização da coleta de lixo;
- Coleta e doações de 2.500 peças de roupas usadas;

- Realização do projeto OAB cidadão (ver anexo 18);
- Doação de 88 cestas básicas do programa Fome Zero;
- Criação do Jornal da AMAC (ver anexo 19);
- Participação no II Fórum da Cidade;
- Participação nas Conferências das Cidades (ver anexo 20);
- Distribuição de 300 cestas de alimentos do projeto Natal Sem Fome – Ação da cidadania contra a miséria e a fome;
- Melhoramento das ruas;
- Aquisição da sede, que atualmente está sendo reformada;
- Participação de Audiências no Ministério Público Estadual junto com a CASAN, para tratar do problema da falta de água da comunidade (ver anexos 22, 23 e 24).

2.4.2 O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO DO ALTO DA CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES NA FALA DOS MORADORES ATRAVÉS DE ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS DA COMUNIDADE.

Para obter mais informações sobre a dinâmica da comunidade realizamos uma pesquisa junto aos sujeitos políticos que participaram diretamente e indiretamente do movimento comunitário na região, também abordando os diretores da atual Associação de moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões e os membros que participaram da organização do plebiscito e da eleição da nova Associação de Moradores.

O estudo realizado é caracterizado como pesquisa descritiva e qualitativa. Descritiva porque o resultado descreve os acontecimentos de uma comunidade que passa por uma mudança na sua forma de organização local, e qualitativa. Minayo (1994, p. 21) afirma que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

As técnicas de coleta de dados que foram utilizados são: Análise documental, observação participante e entrevista estruturadas, ou seja, com perguntas previamente formuladas, em forma de roteiro, onde o informante aborda livremente o tema proposto, sendo que para essas perguntas será usada a técnica de história oral, tendo como principal função retratar as experiências vivenciadas pelos moradores da comunidade. Segundo ainda Minayo (1994, p. 57),

A entrevista é procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo enfocada [...] serve como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico.

As informações serão descritas de forma fidedigna e dialética, no sentido que as diferentes opiniões sejam refletidas para uma dimensão coletiva a partir da visão individual.

A observação participante também será usada na captação das informações descritas.

A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. [...] A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que mais imponderável e evasivo na vida (Minayo, 1994 p. 59).

O registro dos dados coletados foi feito através de anotações em diário de campo, formulário das perguntas estruturadas, gravações das perguntas não estruturadas e registro visual (fotografia) que ilustram o cotidiano vivenciado antes e durante a pesquisa.

Através do roteiro de perguntas, foram realizadas seis entrevistas com moradores do bairro. A primeira entrevista foi realizada no dia 29 de janeiro de 2004, às 12:30 h., no

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Urbanos - SINTRATURB, com o Julcemar Guilard, atual Presidente da AMAC.

1) Descreva sua história na comunidade (Alto da Caeira) como você veio morar aqui.

R- Na verdade eu me separei do meu primeiro casamento, o pequeno patrimônio que eu tinha eu deixei para os meus filhos e como nosso poder aquisitivo é baixo eu tive que partir para a favela, comprei um terreno a prestação, paguei e construí meu lugarzinho que eu chamo de minha casa.

2) Você lembra da pessoa com que você comprou a casa, ela já era moradora do Alto da Caeira?

R- Já era, o nome do cara era Nei, o nome completo não lembro. E eu cheguei até o Alto da Caeira através do Vilson Cirino que é meu amigo, desde a infância ele que me disse, que tinha um terreno para vender. O Vilson, que já não mora mais na comunidade, acabou me levando para lá.

Foi no dia 10 de março de 2001 que me mudei para a comunidade, vai fazer 3 anos agora que eu moro lá.

3) Você nota muitas diferenças na comunidade desde sua vinda até os dias de hoje?

R- Bem eu sou suspeito de falar, mas eu vou falar, do ponto de vista social quando eu cheguei na comunidade nos tínhamos duas Associações de Moradores por exemplo, havia muita desunião entre a população, tinha violência, embora tendo duas Associações de Moradores ninguém fazia nada assim em prol da comunidade, exceto algumas pessoas abnegadas que se preocupavam mas não tinham o poder de aglutinar digamos assim, ou não tinham ou não sabiam pensar direito, vamos dizer assim, as coisas. Então a nossa ida, quando nos chegamos na comunidade inclusive, como eu falei tinha duas diretorias, aí uma inclusive o Vilson fazia parte, esse meu amigo, e não é do nosso campo essa diretoria inclusive o Vilson estava lá meio engabelado aí ele me convidou para entrar para essa diretoria, na semana seguinte a outra diretoria me convidou, daí ligou um sinalzinho vermelho, tem coisa errada aí. Aí a gente ficou um certo tempo em cima do muro observando, aí entendi que não podia continuar daquele jeito, então através de algumas pessoas que colaboraram, a professora Simone Machado, o Nildão, o Afrânio, o pessoal da UFECO na pessoa do Teco, também da FAMESC na pessoa do Paulo Ruver, então nós organizamos um plebiscito, após, na terceira reunião, quando nos fizemos a primeira reunião foi dezenove pessoas, só que começamos a discutir essa reordenação do bairro, na segunda já tinha quarenta e seis e na terceira reunião a gente contava com aproximadamente cem pessoas na reunião onde decidiu-se, então, fazer o plebiscito, consultando a comunidade, perguntando se queria que ficasse daquele jeito ou se queria esse reordenamento que acabou acontecendo. Conseguimos, nós o grupo, encurtir um espírito de mais solidariedade, vamos dizer assim, na comunidade, contando com eles como colaboradores, orientadores, na verdade foram nossos orientadores e hoje a gente já conseguiu-se ver nas pessoas mais solidariedade, mais entendimento, político inclusive das

coisas, da vida e com isso a gente conseguiu efetivamente fazer algumas obras, vou assim colocar, que foram citados nos jornais da AMAC. A própria violência a gente conseguiu baixar muito, inclusive através da conscientização das pessoas, mostrando para elas, as pessoas, que violência só gera violência e é claro na comunidade hoje nós temos um grupo bastante grande de moradores que cuida um do outro, vamos dizer assim, se eu saio de casa você cuida da minha casa e vice-versa. Então depois que nos assumimos a Associação de Moradores tivemos alguns assassinatos mas se não me falha a memória não passa de dois, coisa que ocorria praticamente semanalmente antes, não porque a segurança pública tenha feito o seu papel, porque nós estamos à mercê da sorte mesmo, através da conscientização o próprio jornal que a gente tem. Nós sempre procuramos estar educando, vamos dizer assim, e pessoas da universidade Federal que nos auxilia no jornal, colocam artigos que fazem as pessoas meditar um pouquinho, mudar a filosofia de vida.

4) Como se deu o início de sua participação na Associação de Moradores e ou Movimento Sócio Comunitário no Alto da Caeira?

R- Primeiro a gente quando fomos morar na comunidade, a gente por natureza pode se comunicar com as pessoas, então a gente tem essa facilidade de estar comunicando, de estar cativando o coração das pessoas, vamos dizer assim, e nós iniciamos efetivamente a nossa participação no movimento popular na comunidade através da igreja, sempre auxiliamos até na celebração das missas, enfim, através da igreja, também apesar que eu estava a pouco tempo no sindicato também, fui meio que concomitante as coisas assim, mas eu já estava um tempinho aqui e como eu sou secretário de comunicação e imprensa aqui no sindicato, a gente sempre está na mídia, possibilitou que ficássemos conhecidos no bairro, mas ainda assim muitas pessoas ainda não nos conhecia, até gente que entrou na diretoria com a gente não nos conhecia, nem eu os conhecia é a recíproca verdadeira também. Ontem inclusive conversava com seu Ivo sobre isso (...). Na verdade quando nós começamos a conversar com as pessoas não era intenção minha ser presidente do bairro, o nosso interesse era efetivamente criar algum tipo de organização ali, só que assim naturalmente quando eu percebi eu estava assim colocado, referendado: - Não você vai ser cabeça de chapa e tal, do nosso campo. Aí nos abraçamos a causa, as forças contrárias se juntaram todas, compuseram uma chapa e nós fomos para a disputa eu tive que visitar pessoalmente trezentas e vinte e três casas no moro, em 80% dessas casas tinha que chegar e dizer meu nome e quem eu era, com aquela proposta nossa de campanha, aqueles jornais que foram feitos, dois jornais dirigidos à comunidade, explicando, conquistando as pessoas, nos apresentando e apresentando um plano de trabalho, que graças à Deus até então a gente tem cumprido à risca. A gente prometia lá na nossa campanha, investir no social, investir na educação, em sede própria, em melhoramento de rua, correr atrás da água, a questão fundiária, nós não tivemos êxito, ainda, boa parte do que prometemos estávamos conseguindo cumprir e, com certeza estando com onde meses de mandato e ainda tem mais treze meses e esperamos poder atingir todos os objetivos que nós propusemos à alcançar.

5) Quais as melhorias concretas que esta iniciativa proporcionou aos moradores do Alto da Caeira, na sua opinião?

R- Aquilo que te falei de concreto, primeiro a pesquisa, aquelas coisas do ponto de vista do assistencialismo que foram feitos, as lixeiras comunitárias, o recolhimento do lixo que nós temos hoje regular, essa água que está vindo hoje, começou a vir ontem de forma precária ainda, mas já com um sentimento do senhor presidente da CASAN e já com ele, assim,

compromissado com a gente de estar estudando um projeto que existe desde 1997, que estava engavetado, de construir infra-estrutura na questão do saneamento básico, que é água e esgoto, esse processo foi desengavetado, foi desarquivado e tem uma banca de advogados que está nos apoiando voluntariamente nesta briga também junto com as igrejas, estamos irmanados nesta luta, todas as forças do bairro estão irmanados nesta luta, todas as igrejas, todas as pessoas, enfim, a comunidade irmanada na luta pela água neste momento e então graças a essa pressão é que conseguimos fazer com que o senhor presidente da CASAN, muda-se de idéia em algumas coisas, nesta questão específica da água, alguns pensamentos que ele tinha ele acabou trocando de idéia, como por exemplo o que levou ele a admitir e desarquivar esse projeto. Da época quando foi concebido tinha um custo estimado na casa de uns R\$ 200.000,00 reais e agora com certeza, eu diria, deve custar o dobro e ainda assim essa banca de advogados que está nos auxiliando voluntariamente, junto com os advogados da CASAN, estão estudando as possibilidades e as viabilidades de estar concretizado, mas existe a promessa concreta do presidente da CASAN desse projeto ser levado à cabo este ano de 2004.

6) Na sua opinião, quais foram às pessoas que mais contribuíram e ou apoiaram a comunidade na busca pelas suas reivindicações?

R- Fundamentalmente a professora Simone Machado, que eu costumo dizer que ela é a nossa fada madrinha, porque ela sempre nos orientou e continua nos orientando até hoje, é uma pessoa excepcional, uma profissional acima de qualquer suspeita, tem coração imenso e uma cabeça privilegiada, então graças a ela, especialmente a ela, a gente tem conseguido mudar essa dinâmica do bairro, aos ensinamentos dela, aos conselhos e os exemplos dela também. Outras pessoas foram fundamentais que seria o Vereador Nildão, que como ele mesmo fala: - Eu gosto de colocar o pé na lama. E é de verdade ele sempre bota o pé na lama com a gente e o Deputado Afrânio Boppré, essas três pessoas no nosso entendimento são os pilares da nossa história recente, nesta escala como está colocado. Aí inclusive tivemos também colaborações outras do NESSOP, da UFECO, da FAMESC, mas que daí não foi assim tão freqüente, até porque assim quando foi por ocasião do nosso levantamento sócio-econômico a gente teve resistência por parte do NESSOP, algumas pessoas não conceberam a nossa idéia aí depois, até curioso esse fato, que depois a gente participou de um curso de gestores comunitários que foi feito pelo NESSOP. Fomos convidados para fazer parte do comitê executivo é na época eu era vice-coordenador regional da UFECO aqui para a região do Maciço e nos fizemos uma Assembléia de líderes comunitários, inclusive aqui no Sindicato, e algumas pessoas lá do NESSOP vieram observar o nosso poder de aglutinação aqui e aí quando chegaram aqui ficaram surpresos e nos convidaram a fazer parte desse comitê organizador desse curso, que foi um curso de seis meses de gestores comunitários, que acontecia sempre no último final de semana de cada mês e de tanto questionar durante as aulas essa questão do NESSOP ter nos negado a certificação do curso, por questionamento dos próprios alunos do curso, dos líderes comunitários que não estavam entendendo direito essa história, acabou que nós fomos convidados a mostrar como que se tinha feito nosso levantamento sócio-econômico, o que pela contra-mão, por outro viés, acabou no final do nosso curso, nossa grata surpresa, fazendo com que o NESSOP, aquele comitê organizador acabasse certificando a nossa pesquisa, inclusive parte de um módulo no curso foi a nossa comunidade junto a nossa assistente Social sob a coordenação dela, inclusive fomos lá mostrar para as outras comunidades como tínhamos feito, aí no dia da formatura nos recebemos três certificados, um como aluno, um como comissão e o da pesquisa, que eu quero ter o prazer, quando a sede estiver pronta, pendurar esse certificado

da pesquisa (do levantamento sócio-econômico) na entrada da sede. Esse vai com certeza ser o cartão de visita na entrada da sede da Associação quando estiver ela prontinha, com certeza.

7) O que você achou do processo de unificação das duas Associações de Moradores existentes na comunidade: a realização do Plebiscito e a eleição da AMAC.

R- Para ser bem sucinto eu achei muito positivo, foi uma iniciativa que realmente valeu a pena.

A segunda entrevista foi realizada com o Alfredo Alves Pereira, mais conhecido como Tio Fredo, no dia 31 de Janeiro de 2004, às 16:00 h., no Bar do Tio Fredo, onde também localiza-se a sua residência.



(Entrevista realizada com o morador Sr. Alfredo Alves Pereira)

1) Descreva sua história na comunidade (Alto da Caeira) como você veio morar aqui.

R- Tenho 60 anos, sou solteiro, moro aqui há 10 anos, vim em 94, dia 12 de fevereiro de 94, eu vim pra experimentar de trabalhar, saí do oeste, São Miguel, pra ficar uns 30 a 40 dias, me adaptei no lugar pra voltar lá onde eu tava levei 6 anos, ainda voltei porque meu irmão tava mal e faleceu, aí eu fui e depois não fui mas, não tenho vontade, saio por aí. Quando eu entrei aqui, tinha ali da Dona Terezinha um rancho velho, tinha a casa do José e depois a do Zé Amaral, três casas tinha daqui logo para cima do ponto do ônibus até aqui,

eu caminhava em carreirinha, aqui não tinha nada, a turma tirava o terreno e eu não tirei porque não quis, hoje tenho porque comprei, na época que eu entrei aqui, isso aqui foi tudo invadido, quem tem quer vender e é caro, eles estão pedindo bastante. Mas agora está muito bom, tá bom mesmo, depois que foi aberto as ruas, arrumado um pouquinho daqui e dali, hoje tá assim, não faz melhor porque o lugar é impróprio, arruma ali dá uma chubarada, começa a lavar e dá buraco, mas no mais tá bom, pra mim principalmente tá bom.

(Entrevista realizada com o morador Sr. Alfredo Alves Pereira)

2) Você nota muitas diferenças na comunidade desde sua vinda até os dias de hoje?

R- Mudou, que aumentou os moradores, construímos a Igrejinha, eu comecei desde o chão a ajudar a cravar os buracos, os pause a areia, já estou com as ferragem quase pronta para fazer de material, então quer dizer cada vez está ficando melhor, então eu acho que aqui tá bom e vai ficar melhor, agora botaram o jagunço aí de presidente, parece que ele tá querendo fazer as coisas, não sei se não fizer apanha, mas uma andorinha só não faz verão, porque ele pode ir pra junto, quem quer ajudar não tem condições, mas alguma coisa a turma sempre ajuda, mas não é tudo aquilo como precisa, tem que a união faz a força. Agora tá saindo a sede que é pra comunidade, cada um ajuda um pouquinho e o pessoal tá se esforçando, mas é o presidente que tá dirigindo e os que são fazendo, porque eu não ajudei ainda, mas a hora que dá eu vou lá ajudar também. E pra nós é bom, nós temos a nossa igreja, se um dia uma pessoa morre e não tem como ir ali na igreja, vai lá na associação e lá não tem branco, não tem preto, não tem católico, não tem crente, não tem religião, morreu precisou vai lá. Se é preciso fazer uma festinha pra comunidade, tudo dá um jeito de ajudar pra cada vez melhorar a nossa vida, e nós necessitamos muito também de um posto de polícia. Mas no mais aqui é muito bom, eu me adaptei muito bem aqui, eu não tenho nem vontade de voltar pro Rio Grande, na minha terra lá pra passear.

3) Como se deu o início de sua participação na Associação de Moradores e ou Movimento Sócio Comunitário no Alto da Caeira?

R- Onde eu me criei já foi começado um lugar assim, o meu pai ajudou e eu segui o ritmo dele, por causa que sou católico, então quero seguir aquele ritmo então o que eu poder ajudar na Igreja para vê pra movimentar eu tô contente, estou pronto pra ajudar no que poder e vier.

4) Quais as melhorias concretas que esta iniciativa proporcionou aos moradores do Alto da Caeira, na sua opinião?

R- De melhorias a única coisa que falta é a água, não para mim, porque eu tenho mas os outros não tem, aí eles se servem do meu, como é agora na época de natal ninguém tinha água, eles serviam do meu poço, eu fiquei sem banho aqui secou a minha caixa e não tinha água pra por, mas é que o banho dá pra ficar até uns três dias meio ruim pra chegar perto das pessoas mas dá pra ficar, o pior é a comida, o café das crianças, uma água pra to mar então pode levar depois eu ia colocando um pouco na caixa, eu consegui tomar um banho, aqui o que necessita é a água luz tem não tem relógio mas tem gato. A vinda da luz e das ruas trouxe felicidade, porque do jeito que eu entrei aqui pra vê hoje é uma grande coisa, e quando eu entrei aqui tinha gente que morava de baixo de uma pedra coberto com um

pedaço de teto, a pedra era a parede, hoje ele tem a casinha dele não é aquilo tudo mas já tem, mais ou menos o que dá pra viver. Com as lixeiras o lixo ficou bom melhorou, tinha dias que não dava para caminhar nestas ruas, onde quer largavam o lixo, agora melhorou, tem os relaxados que invés de levar ali em cima eles atiram onde querem aí, para os cachorros rasgar eu principalmente aqui cuido muito, meu trajeto aqui eu cuido e brigo, reino: - Olha os papel na vala. Porque tem uma vala que desce aqui, quando chove desce bastante água, então eu conservo ela limpa, e ajudo o vizinho do lado.

5) Na sua opinião, quais foram às pessoas que mais contribuíram e ou apoiaram a comunidade na busca pelas suas reivindicações?

R- Olha aqui teve a Dona Terezinha aquela lá em baixo se meteu um pouco, o Cristiano foi outro e depois entrou outro mas não fez nada, então a comunidade foi se reunindo, depois entrou esse aí então agora melhorou bastante, melhorou 100%, não vou dizer mais.

6) O que você achou do processo de unificação das duas Associações de Moradores existentes na comunidade: a realização do Plebiscito e a eleição da AMAC.

R – Aquele ali é o seguinte, é que a mulher queria fazer uma separação, eu fui uns que não aceitei, porque uma separação, porque tu sabes ela queria puxar para ela e ela não tem condições pra isso, não é habilitada. Algumas coisas pegou sumiço, coisa que foi doado não apareceu, computador, isso aí não apareceu nada disso, umas caixa d'água que o Cezar Souza doou aqui. A pessoa que queria separar eu já digo, é a Terezinha Moraes lá de cima, não é outra pessoa, não sou branco mas sou bem franco. Digo pra ela, digo pra ele, digo para qualquer um. Para ele eu disse um dia, ele queria ser candidato a vereador, não sei qual é o partido do seu Moraes, nós somos muito amigos, mas eu não voto pro senhor, eu sou do PMDB e não voto pro senhor, ele pediu pra dar uma força mas eu não voto contra minha opinião. Se é pra dizer alguma coisa pra uma pessoa eu não mando dizer, eu chego e falo, olha o negócio é o seguinte, e quero que cada vez melhore mais. Foi melhor pra nós aqui, da nossa igreja, foi muito melhor separar isso, porque era uma puxação, uma rasgação de saia, puxava pra lá, puxava pra cá, ela e o seu Dedé, seu Zé. Faziam as reuniões mas não combinavam, não fechava nunca, e ali eu não fui mais, não adiantava. Se agora sai alguma reunião, às vezes eu não vou porque eu moro sozinho, às vezes tem gente aqui e eu não posso sair, mas não que eu não goste de participar das coisas, gosto, freqüento a igreja, se eu não vou no domingo porque chega gente cedo e eu não posso sair e mandar visita embora eu não gosto, quero agradecer tomar um chimaRrão com ela, a minha obrigação é isso aí, gaúcho tu já sabe.

A terceira entrevista foi realizada com a Cladis Sirino Disney, no dia 31 de Janeiro de 2004, às 17:00 h., na sua residência.

1) Descreva sua história na comunidade (Alto da Caeira) como você veio morar aqui.

R- Tenho 45 anos e moro aqui há dois anos, viemos no mês de agosto de 2002. A gente veio pra cá pra tentar melhorar de vida. A gente trabalhava na roça há tantos anos, tudo era mais difícil, aí a gente tentou uma vida melhor. Os meus irmãos já moravam aqui há cinco,

seis anos atrás eles vieram, e a gente veio eles já estavam aqui. Meus irmãos que moram aqui são: O Anildo, o Cirino e o Vilson, atualmente eles não moram mais aqui, mas continuam morando em Florianópolis.



(Entrevista realizada com a moradora Dona Cladis Sirino Disnei)

2) Você nota muitas diferenças na comunidade desde sua vinda até os dias de hoje?

R- Mudar, mudou pouca coisa, mas nós temos esperança que se a gente ir se organizando cada vez tem que melhorar. Melhorou as ruas que estavam em péssimas condições, melhorou bastante. Agora parece que ta vindo a água, também foi feito as lixeiras, foi feito já bastante coisa, o recolhimento do lixo, a sede agora que todo mundo ta junto se organizando.

3) Como se deu o início de sua participação na Associação de Moradores e ou Movimento Sócio Comunitário no Alto da Caeira?

R- Desde quando a gente chegou aqui, sempre participando, ajudando na igreja e o que for preciso pro melhoramento do bairro.

4) Quais as melhorias concretas que esta iniciativa proporcionou aos moradores do Alto da Caeira, na sua opinião?

R- Trouxe bastante benefício como a organização agora que vai sair a associação de moradores, a sede que já tem, já foi melhorado a rua, agora a construção da igreja vai ser de material, tem projeto pra sair a creche também, trabalho com as crianças.

5) Na sua opinião, quais foram às pessoas que mais contribuíram e ou apoiaram a comunidade na busca pelas suas reivindicações?

R- Nós temos vários membros, temos o padre Wilson, temos o Julcemar, tem várias pessoas, tem a dona Terezinha nossa ministra, não lembro o nome de todos agora, mas tem várias pessoas que estão juntos sempre buscando melhorias.

6) O que você achou do processo de unificação das duas Associações de Moradores existentes na comunidade: a realização do Plebiscito e a eleição da AMAC.

R- Pra tentar melhorar, como está acontecendo que está melhorando. Antes estava tudo meio parado o povo tava um pouco desanimado, mas agora depois dessa associação, a gente se uniu e a gente percebe que está melhorando e vai melhorar cada vez mais. A associação ta se mobilizando, está assim se organizando para conseguir água, só que a CASAN também ta um pouco demorado, mas eles têm que colocar água pra nós, o que a gente ta sofrendo por causa da água e uma hora não é possível que eles não vão enxergar.

O quarto entrevistado faz parte da diretoria da AMAC, o Valdeci Sirino, de 24 anos, no dia 31 de Janeiro de 2004, às 17:40 h., na sua residência.



(Entrevista realizada com o morador Valdeci Sirino)

1) Descreva sua história na comunidade (Alto da Caeira) como você veio morar aqui.

R- O pai, Antônio Sirilo, veio passear pra cá, veio eu e o meu tio que mora aqui em baixo no morro do Horácio, vieram ali e se acertaram, o pai voltou pra lá no morro do Horácio, resolvemos vir pra cá, abandonamos tudo lá e viemos embora e estamos aqui há nove anos.

2) Você nota muitas diferenças na comunidade desde sua vinda até os dias de hoje?

R- Modificou a população que era pouca, agora aumentou, aqui tinha poucas casas, agora já aumentou 50% da população. Melhorou nos últimos anos agora, esse ano bem dizer que foi dado uma arrumada nas ruas, foi comprado sede pra associação de bairro, foi feito lixeira, agora estão correndo atrás da água, vê se instalam a água aqui.

3) Como se deu o início de sua participação na Associação de Moradores e ou Movimento Sócio Comunitário no Alto da Caeira?

R- Eu fui convidado pelo nosso amigo aí a participar, porque ele tava precisando de gente que tem interesse de ajudar, porque tem muita gente que entra pra ajudar e se esconde, aí entramos pra ajudar e estamos na luta. Ajudei também a levantar a igreja e no mais não tinha o que ajudar.

4) Quais as melhorias concretas que esta iniciativa proporcionou aos moradores do Alto da Caeira, na sua opinião?

R- Foi corrido atrás desse natal sem fome que foi doado cestas pra comunidade, toda comunidade recebeu, as ruas, as lixeiras, a sede como eu falei, e estamos batalhando por causa da água, que o principal agora é a água, o objetivo final. Precisamos urgentemente agora é a água e o esgoto e pretendemos erguer nossa sede, esses são nossos objetivos. O pessoal tem que se unir mais e ir a luta, ajudar a se reunir com o pessoal da associação e ir a luta para conseguir alguma coisa, precisa de união.

5) Na sua opinião, quais foram às pessoas que mais contribuíram e ou apoiaram a comunidade na busca pelas suas reivindicações?

R- Na verdade quem ta batalhando mesmo, correndo atrás é o nosso presidente que mais corre atrás das coisas, e nós da associação, o que nós puder ajudar nós ajuda, tem a Vânia, a Nadir, tem o seu Emílio, tem o Lírio.

6) O que você achou do processo de unificação das duas Associações de Moradores existentes na comunidade: a realização do Plebiscito e a eleição da AMAC.

R- Eu achei que foi uma boa, porque antes que tava tinha três, quatro associações e ninguém fazia nada. Um ia lá pedir alguma coisa e quando chegava em casa já tinha outro tipo de associação lá pedindo e ninguém conseguia nada, não faziam nada, e com essa associação agora que foi eleito só uma associação, estão conseguindo alguma coisa. Foi bom porque com essa eleição o pessoal escolheu o que eles achavam que era melhor para a comunidade, foi eleito quem eles achavam que ia conseguir fazer alguma coisa para a comunidade.

A quinta entrevistada foi a Dona Darcila Rosa, de 46 anos, no dia 31 de Janeiro de 2004, às 18:20 h., na sua residência.



(Entrevista realizada com a Dona Darcila Rosa)

1) Descreva sua história na comunidade (Alto da Caeira) como você veio morar aqui.

R- Moro aqui há quatro anos, e o meu marido o João Dias já morava, faz muitos anos que ele mora aqui, mais ou menos uns 9 anos ele mora aqui, mas quando eu conheci ele eu tinha a minha casa na Costeira, aí ele não quis ir para lá, ele achava que o trânsito de lá é muito ruim, péssimo mesmo tem dias que tu fica 50 minutos, horas numa fila lá, cansa ficar, ele falava: - Há não eu não vou vim morar num trânsito desse, Deus o livre, há não onde eu moro eu volto de a pé pro centro, eu vou andando, tal. Aí ele me convenceu a vir pra cá, então eu vim morar aqui por causa dele, ele tinha casa aqui. Ele tinha a família dele na Palhoça, ele se separou da família, da primeira esposa dele, quando ele separou foi aonde ele comprou aqui de um ex-cunhado dele, esse cunhado dele tinha esse lugarzinho, até inclusive essa casa do lado erra todo do terreno, e ele comprou, aí ele deu o preço pra essa pessoa morar aí do lado e estavam com uma situação difícil, ele deu esse pedacinho para eles fazerem a casa ali, pra eles construir aqui, esse terreno todo que ele tinha comprado de um ex-cunhado dele, ele comprou e começou a fazer isso aqui.

2) Você nota muitas diferenças na comunidade desde sua vinda até os dias de hoje?

R- Melhorou as ruas ali em cima, agora com o nosso novo presidente, a água era terrivelmente a gente não tinha água aqui mesmo, a gente tinha que pegar a água lá em

cima no matão, tem uma fonte lá no meio do mato e depois o João vez um poço aqui em baixo, até inclusive tem o nome da rua por causa desse poço, servidão explosão, aí muitas pessoas pegavam água desse poço com o motor, só que as próprias pessoas que pegavam água, só pra prejudicar colocaram gasolina e botaram fogo e explodiram o poço, aí acabou essa água. Fizeram outro pocinho mais pra cá que era onde a gente pegava a água, agora é que faz mais de dois anos que vem essa água aqui que é da CASAN, descobriram um cano lá e foram lá acharam que era injusto a comunidade não ter água, foram lá pegaram a água. Agora o pessoal tá se unindo, já tá reivindicando, tá buscando essa água. Aumentou um pouco as casas que não tinha tanta casa assim, agora com essa presidência vai começar ser construído uma sede que vai uma associação de moradores, já foi comprado, só falta agora construir, já tem acho até que o início dos materiais. O que falta ainda aqui é bastante assim união, acho que fosse assim uma pessoa mais unido mais junto, pegar junto já teria assim melhorado muita coisa, mas esse pessoal é um pouco egoísta sabe, pra mim e o teu não, aí tu vai lá consegue uma coisa e o outro vai lá e corta, sabe assim tipo eu tenho e você não tasca no que eu tenho, agora se eu não tenho eu vou lá e tasco no que é teu.

3) Como se deu o início de sua participação na Associação de Moradores e ou Movimento Sócio Comunitário no Alto da Caeira?

R- Olha eu tinha muita vontade de fazer alguma coisa voluntariamente, fazer alguma coisa, mas eu não via como, não encontrava como fazer alguma coisa, aí depois que o nosso presidente aqui o Julcemar começou a gente começou a ter mais entrosamento, ele vem ele busca o fulano preciso de ti, preciso que tu ajude então, a gente vai participa ajuda, ele bota o pessoal mesmo pra trabalhar, quem tem vontade então vamos trabalhar. Veio a pastoral da criança aqui, eu tive na reunião entrei no grupo da pastoral, agora nos vamos ter reunião de novo agora em março, agora vai começar de novo o trabalho voluntário e a gente vai começar a fazer algumas coisas aqui pelo bairro, não foi feito muito ainda, está iniciando, está o início de um trabalho que juntamente com o presidente do bairro, pastoral, tal, todo mundo, ele está colocando o espírito nas pessoas de se unirem, isso é muito bom nele, eu gosto disso nele, é difícil as pessoas conseguirem isso, é difícil um líder como ele conseguir botar as pessoas se unirem e trabalhar e buscar pra si, e se conscientizar que pode buscar pra si o povo em si ele tem uma força enorme mais juntos.

4) Quais as melhorias concretas que esta iniciativa proporcionou aos moradores do Alto da Caeira, na sua opinião?

R- Olha a outra presidência, a outra equipe que estava na presidência eu acho que não fez nada pelo bairro, nada mesmo, eu não vi nada, não vi nada de concreto assim, agora com essa nova equipe que tá no trabalho já tem coisa concreta, como aquela estrada lá em cima já foi melhorado, já tá visível aos olhos de todos, já pode ver e comprovar já tá melhorado bastante. Esse ano esse a equipe trabalhou, também buscou ajudar bastante no Natal Sem Fome, que foi conseguido cesta básica pro pessoal mais carentes daqui de cima, eu acho que foi até incluído a maioria das pessoas que ganharam, conseguiram assim, um trabalho muito bom agora, até o João ajudou participou, ajudou, eu não participei, não fui ajudar porque a gente trabalha, aí não tem muito tempo disponível, e eu ando meio com problema de coluna. O João como ele não tava trabalhando em firma, com mais responsabilidade, tá trabalhando de autônomo, ele participou mais, ajudou mais, neste trabalho do Natal Sem Fome, que foi uma coisa bem concreta, também. Foi feito lixeiras, foi feito recolhimento dos lixos, agora tanto que a gente tem as lixeiras aqui, tanto foi feito no canto do terreno ali,

do quintal, uma coisa que a gente não tinha antes eram as lixeiras próximas aqui, recolhimento do lixo eram uma vez por semana só, era colocado lá em cima do depósito, lá ficava aquilo nojento sabe, lixarada, tudo o que imundice o pessoal jogava tudo ali, foi feita uma limpeza mesmo, foi levado aqueles entulhos de móvel, de fogão, essas tranqueiras assim, foi limpadado tudo, foi tirado tudo, ali em cima era uma imundice, agora tá limpinho, parece que tem um contêiner ali ainda, deixaram um contêiner pro pessoal colocar dentro ali, fica mais fechadinho, não fica aquela lixarada toda exposta, ficou mais limpinho, mais higiênico. E agora tem o carrinho desce faz a rua toda, pega cata todos os lixos das lixeiras, acho que isso também foi muito bom, agora o pessoal só deixa a coisa jogada se quiser, porque já foi feito. O que a comunidade tem agora de direito prioritário mesmo é conseguir essa busca, que eles estão buscando insistentemente, eles estão buscando para que a gente consiga essa água legalmente aqui, porque a prefeitura diz que isso aqui é uma área invadida, mas não é uma área invadida, pode até ser uma área de preservação, como eles dizem, como eles alegam, porque eles podem e nós que moramos aqui não podemos moro da cruz também é uma área de preservação então só tem casa chique, com água tudo direitinho, porque nós aqui não podemos, contando em época de política aí o bairro existe, fora de política o bairro não existe, aí todo mundo: - Há um votinho vamos trabalhar e não sei o que. Independente disso o bairro não existe, então o que tá sendo assim, eu acho assim uma coisa muito importante, muito importante mesmo, é essa água, porque sem luz até você passa, mas a água gente é uma coisa assim fundamental importantíssimo.

5) Na sua opinião, quais foram às pessoas que mais contribuíram e ou apoiaram a comunidade na busca pelas suas reivindicações?

R- Que eu sei tem o Vereador Nildão que eu sei ele é uma pessoa que tem se colocado ao lado do presidente aqui o Julcemar, que tá indo buscar, tá indo há luta também, o Padre Wilson, que eu sei que também tá se colocando, se ajudando. O Julcemar, o João, o vizinho aqui de baixo, não sei o nome dele, tem vizinho aqui, a maioria das pessoas que estão de braço a braço trabalhando eu acho que é mais pessoas voluntárias, que estão ajudando o presidente no caso nem é tanto, que nem o vice-presidente também eu acho que não tem ajudado muito, ou quase nada, eu tô meia desinformada em relação a isso. Quem eu vejo assim trabalhando o João aqui ajudou bastante agora no Natal Sem Fome, ajudou o Julcemar aqui na rua, quando a máquina teve foram abrindo vala tirando pedra, deixa eu ver que mais, é o Julcemar tá com poucas pessoas mesmos eu acho que ele tá dando tudo de si e os outros estão dando muito pouco de si, deixa eu ver que mais, a Vânia, eu conheço algumas outras pessoas mas só sei o nome por apelido, o Julcemar sabe das pessoas que estão mais ao redor dele, que participam mais, eu estou meio desinformada em relação a isso.

6) O que você achou do processo de unificação das duas Associações de Moradores existentes na comunidade: a realização do Plebiscito e a eleição da AMAC.

R- Nenhuma funcionava então é melhor extinguir todos que não funcionam e colocar uma que funcione uma que realmente trabalhe e faça alguma coisa, busquem alguma coisa, porque não adianta ter um monte de associação, um monte de presidente, um monte de pessoas ali no papel dito que faz parte de uma presidência, que é vice, que é tesoureiro, que é isso, que é aquilo, e não faz nada, ou se faz, faz pra si mesmo, busca ganha e o que precisa não vê. Como antigamente logo quando eu vim morar aqui que eu sei que a RBS

doava pra certas pessoas e a comunidade que precisava não ganhava e para aonde ia essa doações. Então eu acho que se tem um monte de coisa e nenhuma faz nada tem que extinguir mesmo e deixar uma que faça alguma coisa que mostre, pra que as pessoas que precise e tem necessidade, vejam: Não o fulano ta trabalhando, vamos ajudar ele, vamos fazer, vamos buscar com ele, ele realmente ta mostrando tem interesse, vamos lá. Claro que não adianta ter três e nenhuma fazer nada, que tenha uma e que essa uma faça alguma coisa. A realização do plebiscito eu achei que foi bom, pelo menos as pessoas viram, se interaram, e conseguiram colocar, como se diz a mudança, as pessoas tinham vontade, mas. Como ele, ele é uma que chega, vamos fazer e vai atrás, vamos lá pessoal, se acordem, porque muitas vezes um líder tem que sacudir as pessoas mesmo, são pacatos cidadãos, se acomodam, não ta nem aí: Há mas fulano ta fazendo, fulano não faz nada. Foi bem democrático, se nós temos e vivemos num país de democracia, acho que o povo tem que ta usando, tem que ta interado e ter o direito de escolher e de colocar o melhor. O que não adianta digamos assim, se as pessoas podiam votar e eleger, vê uma pessoa e colocar mais que justo, o que não é legal que a pessoa chega lá e dizer: Oh, eu sou o novo presidente. Vocês aceitam: Ah não, nós nem votamos em você. Aí não é legal, eu acho que é o mais justo que as pessoas vêm de vontade própria elegem e colocam, que é uma forma de expressar que ta com vontade de que aquela pessoas faça alguma coisa, deposita confiança nela.

O ultimo entrevistado foi o Luis Carlos Alves, de 33 anos, atualmente ele está responsável pela reforma na sede da AMAC. A entrevista foi realizada no dia 31 de Janeiro de 2004, às 19:10 h, no local onde está sendo construída a nova sede.



(Entrevista realizado com o morador Luis Carlos Alves)

1) Descreva sua história na comunidade (Alto da Caeira) como você veio morar aqui.

R- Moro aqui no bairro 4 anos, eu vim morar aqui porque a minha mulher era muito doente tinha problema de estômago, aqui resolvia melhor, nessas vindas com ela aqui e acabei ficando, primeiro veio minha mãe, minha mãe já morava aqui, já faleceu, fazia 9 anos, isso aqui era só mato, depois ela comprou uma casa na Tapera e foi embora pra lá, daí eu fiquei aqui, conheci umas pessoas, fui ficando, ficando e estou aqui até hoje.

2) Você nota muitas diferenças na comunidade desde sua vinda até os dias de hoje?

R- O que eu posso dizer, mudou o ônibus que não subia até ali em cima, ia até o colégio, a rua que não tinha aqui, não entrava carro, chegou mais gente pra morar, a população, aí melhorou mais.

3) Como se deu o início de sua participação na Associação de Moradores e ou Movimento Sócio Comunitário no Alto da Caeira?

R- Nós começamos a partir dessa rede de luz, isso aí foi nós que colocamos a braço, rua aqui eu cansei de arrumar na picareta a braço, tem morador aqui perto que sabe disso.

4) Quais as melhorias concretas que esta iniciativa proporcionou aos moradores do Alto da Caeira, na sua opinião?

R- Eu sou sincero pra ti é de agora de pouco tempo, que ele que ta aí e que arrumou essa máquina fazer essa estrada aqui, passou a máquina. Isso aqui também que futuramente vai ser bom, a construção da sede, que é novo aqui também. Tem a água que eles estão atrás, o lixo, as lixeiras.

5) Na sua opinião, quais foram às pessoas que mais contribuíram e ou apoiaram a comunidade na busca pelas suas reivindicações?

R- Eu estou vendo alguma coisa é agora, como eu estou te falando a única vez que vi uma máquina foi com a participação dele, pelo pouco que eu estou vendo é ele, não tenho nem que reclamar de mal, nem de bem.

6) O que você achou do processo de unificação das duas Associações de Moradores existentes na comunidade: a realização do Plebiscito e a eleição da AMAC.

R- Foi boa porque como eu te falei aí, está progredindo, está saindo, antes eu não via quase nada, isso aí tava precisando entendeu, tava precisando fazer isso aí mesmo, entrar uma pessoa, tirar, o povo se reunir. Foi tudo justo, feito com sinceridade, a maioria queria isso.

2.5 A PESQUISA DE PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA COMUNIDADE DO ALTO DA CAEIRA E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.

As ações de assessoria do Serviço Social junto à Associação de Moradores do Bairro Alto da Caeira – AMAC tiveram início em fevereiro de 2003, em decorrência da participação das acadêmicas do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Fátima Pressi, Dideanne Cynara Alves Nunes e Fabiani Witt, no processo de reestruturação da organização comunitária local, especialmente na organização da eleição da nova diretoria da Associação de Moradores – AMAC, que unificou as entidades representativas dos moradores da Comunidade Alto da Caeira.

A partir eleição da nova diretoria, a acadêmica Fabiani Witt manifesta seu interesse em assessorar a AMAC na realização da pesquisa do perfil sócio econômico das famílias residentes na comunidade, um dos objetivos propostos pela nova diretoria em seu programa, durante a campanha eleitoral, sendo que para tal necessitava de uma supervisão profissional para orientar a condução metodológica da pesquisa. Neste sentido, a AMAC acolhendo o interesse da acadêmica, entra em contato com a assistente social Simone Matos Machado, membro do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP da Universidade Federal de Santa Catarina para viabilizar a assessoria necessária ao andamento dos trabalhos da pesquisa.

A referida profissional compromete-se com o apoio necessário de forma voluntária, pois no âmbito institucional houveram divergências de posições entre os membros do NESSOP/UFSC quanto ao atendimento à solicitação da Entidade, tendo em vista a relação deste Núcleo com o Fórum do Maciço, organização articuladora das entidades comunitária da região do Maciço Central do Morro da Cruz (na qual se inseria a AMAC), que não concordava com a iniciativa da diretoria da AMAC em realizar a pesquisa autonomamente,

independente do Fórum do Maciço Central. Vale ressaltar as palavras da assistente social Simone Matos Machado sobre esta questão:

“ O compromisso ético da nossa profissão (Serviço Social) com o setor popular, com as populações excluídas, com as organizações de base comunitária, transcende os limites institucionais e burocráticos. Boa parte dos moradores do Alto da Caieira não tem acesso ao fornecimento de água e luz. Isso é concreto. São questões suficientes para justificar a urgência e a importância do nosso trabalho profissional nesta comunidade. A pesquisa realizada é o principal instrumento de argumentação da AMAC na sua luta pelos direitos humanos e sociais de seus moradores. Me sinto muito gratificada por estar fazendo parte deste processo e agradeço à acadêmica Fabiani Witt pelo seu comprometimento e disposição e à AMAC pela lucidez e convicção da importância do conhecimento da realidade enquanto instrumento de luta “. (Entrevista realizada no dia 15 de janeiro de 2004)

Segundo a orientação da assistente social Simone Matos Machado, o Serviço Social construiu uma ação profissional baseada numa metodologia a seguir detalhada.

1º Momento: Construção coletiva, através de reuniões entre o Serviço Social e os membros da AMAC, dos objetivos da pesquisa e dos assuntos a serem explorados para configurar o instrumento de coleta de dados (formulário de pesquisa). O objetivo principal da investigação é levantar dados sensitivos, não amostrais, para subsidiar projetos e ações da Associação de Moradores, devendo ser atingidas todas as famílias da comunidade. Os aspectos a serem investigados são os seguintes:

- Dados da situação familiar: procedência, tempo de residência na comunidade, tipo de habitação, relação de propriedade com a residência, fornecimento de água, luz, rede de esgoto, destino do lixo, doenças crônicas, acesso ao transporte público, incidência de gravidez e realização do pré-natal, diagnóstico da saúde da mulher, existência de vícios na família, sugestões para a organização comunitária do bairro.
- Dados da situação individual: idade, grau de escolaridade, situação ocupacional, existência de vínculo empregatício, formação profissional existente e desejada, empreendimentos produtivos almejados.

Após o levantamento dos dados a acadêmica Fabiani Witt formatou o instrumento de coleta (formulário) de forma a contemplar as informações e os objetivos construídos nas reuniões anteriores. O modelo do formulário segue em anexo neste trabalho.

2º Momento: Formação da equipe de pesquisadores de campo e treinamento para aplicação do formulário de pesquisa: A equipe de pesquisadores voluntários da comunidade foi composta por Fernanda Martins, Domingos Ailton Pereira, Gileard de Souza Paixão, Raquel Araújo Ferraz, Eleimir Deoclécio Pereira, Jair Antônio Caminski, Ivo Gonçalves, Josué Soares de Moraes, Julcemar Guilardi, Ronabio Alves Pinheiro, Leonice Terezinha de Moraes, Tereza Ribeiro e a equipe de pesquisadores voluntários acadêmicos da UFSC foi composta por Elayne Cristinha Sarmiento, Vanessa Flores, Taise Gabriel Salvaro, Betina Ahlert, Helbert Diego Soares, Yuri Daniel Katayama, Dideane Cynara Alves Nunes, Fátima Pressi, Fabiani Witt, Sabrina Reis Carrasco, Priscilla Gomes Reis, Andréa Vieira. O treinamento dos pesquisadores de campo correu em três reuniões, onde foram realizados pré-testes para verificar a aplicabilidade do formulário de pesquisa.

3º Momento: Formação da equipe de apoio e infra-estrutura para suporte no dia da aplicação do formulário, que dispôs um local para encontro e mobilizou recursos para fornecimento da alimentação aos pesquisadores de campo. Fizeram parte desta equipe Adair Merlini, Dorival Lopes, Ivani Gobbi, Sônia Terezinha Araújo, Conrado Werner Becker, Asenate Ferreira de Moraes, Tatiane dos Santos, além do presidente da Associação de Moradores Julcemar Guilard.

4º Momento: Aplicação dos formulários de pesquisa nos dias 16 e 17 de agosto de 2003. A coordenação dos trabalhos ficou sob a responsabilidade do presidente da AMAC, Julcemar Guilard (coordenador executivo) e da assistente social Simone Matos Machado juntamente com a acadêmica Fabiani Witt (coordenação técnico-pedagógica da pesquisa). A equipe de pesquisadores dividiu-se em quatro grupos que foram atuar em áreas diferentes, orientados e acompanhados por representantes moradores da comunidade. Cerca de 80% das famílias foram entrevistadas nestes dois dias. O restante das casas foram visitadas durante os dias de semana, por membros da diretoria da AMAC.

5º Momento: Tabulação e processamento dos dados dos formulários de pesquisa, trabalho realizado pela acadêmica Fabiani Witt. Num primeiro momento foram sistematizados os dados da situação familiar, num total de 533 formulários, sendo elaborado um relatório em forma de gráficos para melhor compreensão e visibilidade da realidade da comunidade. A elaboração do relatório ficou ao encargo da assistente social Simone Matos Machado.

6º Momento: Apresentação dos dados aos moradores em assembleia geral da comunidade chamada especialmente para este fim.

A partir do momento em que a AMAC, através da pesquisa do perfil dos moradores, conquistou o conhecimento da sua realidade, ampliaram-se as possibilidades de conquistas sociais e políticas para o Bairro. Os argumentos, subsidiados pelos dados da pesquisa, não deixam dúvidas quanto às necessidades existentes para a conquista da qualidade de vida das 533 famílias mapeadas. Podemos sentir o valor desta conquista comunitária nas palavras do representante, presidente da AMAC, Julcemar Guilard (2004):

Eu entendo como fundamental a orientação dada por uma Assistente Social e principalmente para uma comunidade do porte e da configuração e também, como eu diria, da realidade da comunidade, onde as pessoas não tem conhecimento cultural e por consequência é para própria vida. Se nós pudéssemos esperamos até o final do nosso mandato poder termos uma Assistente Social trabalhando com regularidade, com justiça e seriedade, também remunerada na nossa comunidade. É fundamental porque se nós queremos mudar o mundo temos que começar pela nossa comunidade, e se queremos mudar temos que começar pela educação, não tem outro jeito, pela educação, pela cultura e pela capacitação das pessoas, que aliás são coisas que desde o princípio temos em mente e queremos pelo menos iniciar isso também na nossa comunidade, a capacitação profissional das pessoas, que hoje nós temos um exemplo que tem apenas 5 pessoas que tem o segundo grau, e a média do nível escolar das pessoas é a terceira série, tem pessoas analfabetas, semi-analfabetas e assim por diante. Com certeza eu não vou entrar no mérito de que tipo de projeto o Assistente Social pode desenvolver, porque essa não é minha praia, mas por alto do que a gente sabe do que uma Assistente Social é preparada para fazer, nos entendemos, leigos que somos, sabendo por alto da formação específica que o Assistente Social tem, entendemos que seria muito importante e que com certeza poderia fazer vários projetos e estamos assim de braços abertos esperando todos que vierem.

De acordo com Abdel Monem Shaky, em sua explanação na plenária 4 dos Anais da XI Conferência Internacional de Serviço Social a contribuição do Serviço para o desenvolvimento comunitário pode ser organizada sob quatro itens inter-relacionados:

1. A contribuição do Serviço Social como instituição social necessária a um mundo em evolução.
2. A contribuição do Serviço Social como um conjunto de serviços.
3. A contribuição do Serviço Social como um método de lidar com o povo na qualidade de indivíduos, grupos e comunidades.
4. Contribuição do Serviço Social a outras profissões que partilham da responsabilidade de desenvolvimento comunitário.

Segundo ainda Shawky (1962, p. 167),

Embora o Serviço Social seja uma instituição extremamente dinâmica, conforme já tivemos ocasião de resaltar, desenvolveu, com o tempo, uma espécie de atitude protetora em relação a alguns campos de ação, e, dessa forma, algumas atividades se tornaram tradicionais para a profissão. Algumas dessas atividades são: orientação às famílias, serviços de bem-estar da criança e do adolescente, cuidados para com as pessoas idosas, problemas de delinquência, assistência material, cuidados para com os incapacitados físicos e materiais, etc. Tudo isso além dos serviços organizacionais, tais como: planejamento comunitário para serviços de bem-estar social, atividades junto a conselhos que lidam com serviços sociais, auxílio a comitês cívicos para a ação social, etc.

A assessoria prestada por uma Assistente Social na comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões, através do levantamento do perfil sócio-econômico e cultural dos moradores, configurou-se num serviço organizacional básico, ponto de partida para todos os projetos sociais a serem desenvolvidos posteriormente.

Esse trabalho realizado como pesquisa participante e pesquisa-ação, de forma democrática, buscando envolver todos os moradores a participarem do processo, mostrou a importância do profissional de Serviço Social em mediar e conscientizar a população carente de correr atrás dos seus direitos. Segundo Faria (1980, p. 57),

O papel do Serviço Social é refletir junto com a população no sentido de, paulatinamente, irem tomando consciência da realidade objetiva da qual fazem parte, descobrindo sua situação de classe explorada. Essa consciência se adquire a partir de contatos pessoais, discussões em pequenos grupos sobre a situação concreta: da pessoa, do grupo, da família, do bairro, situando pedagogicamente esta situação, a partir das colocações das próprias pessoas, dentro do contexto maior.

O trabalho de conscientização realizado pelo Assistente Social, vai se ampliando a partir das discussões e reivindicações decorrentes da situação na comunidade, e na busca de tentar solucionar os problemas essas discussões vão se aprofundando os modos de perceber a realidade agora de forma mais abrangente, com todos os moradores do bairro. Ainda de acordo com Farias (1980, p. 57),

Este processo de conscientização torna-se uma realidade a partir de lutas concretas que envolvem a participação da população. Esta vai descobrindo que os problemas são comuns e vai percebendo o quanto é mais produtivo “lutar juntos”. Expressões que freqüentemente se ouve em reuniões são: “temos que nos unir”, “a união faz a força”, “somos nós que vamos mudar a situação”.

A pesquisa do perfil dos moradores da comunidade Alto da Caeira pautou-se em princípios de participação e construção coletiva, constituindo o que chamamos de pesquisa-ação. De acordo com Thiollent (1984, p. 83), a Pesquisa-ação (PA) supõe:

“... além da participação dos investigadores, a PA supõe um participação dos interessados na própria pesquisa organizada em torno de uma determinada ação. Que tipo de ação? Em geral, trata-se de uma intervenção com mudanças dentro da situação investigada. O fato da pesquisa estar ligada à ação não corresponde apenas no simples objetivo de melhorar a a qualidade de observação. A PA supõe que haja apoio, pelo menos em termos relativos, do movimento, da organização social, cultural, educacional, sindical ou política na qual está concentrada. Esse apoio pode ser tanto institucional por parte da organização e/ou um apoio limitado oferecido por alguns grupos ou elementos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - REFLEXÃO SOBRE A CAPITAL NÚMERO UM EM QUALIDADE DE VIDA E A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL NO BAIRRO DO ALTO DA CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES

Ao final deste Trabalho de Conclusão de Curso percebi que sem a atuação dos Movimentos Sociais juntos na construção de políticas habitacionais, para famílias de renda baixa, os projetos e/ou programas são executados de forma ineficaz. Para que as famílias possam realmente conservar e ter aquela habitação como parte integrante de sua família e de sua história é preciso fazer com que eles participem de todo o processo de elaboração dessas políticas sociais.

O direito a moradia, já está posto, o que é colocado em nossa realidade são as condições mínimas necessárias para as famílias poderem se desenvolver. Se essas famílias se encontram localizadas em área de risco social, o poder público deve cumprir o seu papel de tentar solucionar esse tipo de problema, de forma democrática e participativa. Mas como solucionar esse problema quando as famílias já têm em lei o direito a terra, o direito de fazer usucapião da sua propriedade?

Nada mais justo que urbanizar essa área, mas essa tarefa é árdua e difícil, e para isso acontecer a comunidade deve estar organizada e nada mais adequado a esse trabalho do que um profissional de Serviço Social. A experiência mostrada neste trabalho comprovou mais uma vez a importância do trabalho do Assistente Social no desenvolvimento de comunidades, fazendo com que a dinâmica dessa comunidade mudasse para melhor.

A realização da pesquisa sobre o surgimento da organização comunitária da comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões, comprovou que a partir da inserção e da contribuição do Serviço Social, a comunidade passou a ter mais confiança e passou a acreditar que um futuro melhor pode existir, onde somente quando juntamos as forças de

todos poderemos trazer, cada vez mais melhorias para a comunidade. A conscientização e a politização dos moradores foi resultado de todo esse convívio entre Assistente Social, estudantes de Serviço Social, diretores da AMAC e dos próprios moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21. **Meio ambiente quem faz é gente**. Florianópolis, 2000.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Direito à Moradia**: Instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras. Rio de Janeiro : Observatório de políticas Urbanas – IPPUR : FASE, 1997.

AZEVEDO, Sérgio de e Luiz Aureliano Gama de Andrade. **Habitação e poder**: Da fundação da casa popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1982.

AZEVEDO, Modesto. **Modesto Azevedo** : depoimento. **Queremos Morar Como Gente** – Fita VHS - 30' - PAL – M. Produção: Equipe de Bairros Fase – São Paulo : 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo : Editora Brasiliense S.A., 1984.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF : Senado, 1988.

_____. **Cartilha: Conhecendo o Estatuto da Cidade**. Grazia de Grazia (Coord.). FASE, FNUR (Fórum de Reforma Urbana) e Caixa Econômica Federal.

_____. **Cartilha: O Fórum da Cidade apresenta o Estatuto da Cidade**. Lígia Helena H Luchman. Fórum da Cidade, 2002.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**: o que os cidadãos devem fazer para humanização das cidades no Brasil. 3ª Edição. São Paulo : Studio Nobel, 1999.

CANELLA, Francisco. **A UFECO e o movimento dos sem-teto**: práticas institucionais nos espaços políticos da cidade. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania (SC). **Qualidade de vida e cidadania**: a construção de indicadores sócio-ambientais da qualidade de vida em Florianópolis. Florianópolis : Cidade Futura, 2001.

CRESS; 12ª Região. **Coletânea de Leis** - 2ª. ed - Santa Catarina, gestão 1999-2002 : CRESS, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista: As funções da Previdência e da Assistência Social**. São Paulo : Editora Cortez, 1982.

FARIAS, Maria Neuza de; Anunciacion Soto Bayon e Djanira Maria Tenderini. **Serviço Social e Participação Popular**. São Paulo : Edições Loyola, 1980.

GIOVANNETTI, Valéria Alves Escudeiro. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade** - Uma história de luta: Mutirão como alternativa. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social 2 - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997.

_____. **I Fórum da Cidade: Documento Final. Florianópolis.** outubro de 2001 - mimeo.

_____. **Núcleo de estudos em Serviço Social e Organizações Popular: Estrutura e Funcionamento**, 2000 - mimeo.

MARHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1967.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes ; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 1994.

MULLER, Kátia T. **Organização de moradores numa perspectiva de necessidades radicais** in Revista Katálys / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico. Departamento de Serviço Social. – n. 1 (junho 1997) – Florianópolis : Editora da UFSC, 1997.

PEDRINHO: depoimento. **Queremos Morar Como Gente** – Fita VHS - 30` - PAL – M. Produção: Equipe de Bairros Fase – São Paulo : 1988.

PEREIRA, Wiliam César Castilho. **Nas trilhas do Trabalho Comunitário e Social: teoria, método e prática.** Belo Horizonte: Editora Vozes; Puc - Minas, 2001.

_____. **Projeto de Extensão: II Fórum da Cidade: o Serviço Social e a Construção da Participação Sócio-Popular-Comunitária** / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico. Departamento de Serviço Social. – (setembro 2002) – Florianópolis : 2003.

PRESSI, Fátima. **Relatório Final do Alto da Caeira.** Disciplina Processo de Trabalho em Serviço Social: movimentos sociais e conselhos de direito / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico - Departamento de Serviço Social (fevereiro 2003) Florianópolis : 2003.

_____. Santa Catarina (Estado) . **Leis, Decretos, etc. Coletânea de Legislação estadual** / Comp. E Org. [por] JURIS AMBIO Consultoria Acadêmica. – Florianópolis, SC : JURIS AMBIO, 2000.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998** . IPEA, Brasília, 1990. Disponível em: [www.epia.gov.Br]. Acesso em 20 maio 2002.

SHAWKY, Abdel Monem. **Contribuição do Serviço Social ao Desenvolvimento Comunitário.** Desenvolvimento de Comunidade Urbanas e Rurais - Anais da XI Conferência Internacional de Serviço Social. CBCISS – Brasil, 1962.

SILVA, Ana Amélia da . **Conflitos sociais e construção de espaços públicos no Brasil** – São Paulo, 1999 – mimeo.

SILVA, Carla Almeida. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil** – Os Fóruns Temáticos da Sociedade Civil: Um Estudo sobre a Fórum Nacional de Reforma Urbana. Evelina Dagnino (organizadora) – São Paulo : Paz e terra, 2002.

SHERER-WARREN, Ilse e Jean Rossiaud. **Democratização em Florianópolis: Resgatando a memória dos Movimentos Sociais**. – Itajaí: Editora da UNIVALI; Florianópolis : Diálogo, 1999.

SHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica** – Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

Site www.ipuf.sc.gov.br/principal.htm. Acesso em 13 agosto 2003.

SOUZA, Josiane Cristine de. **Parque residencial Madri: A conquista do direito à habitação e o processo de participação comunitária**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

SOUZA, Marina Éster Fialho de. **Apropriação do Espaço de Moradia: Uma Maneira de Marcar o Território Individual**. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Universidade Federal de Santa Catarina, 1999

TELLES, Vera da Silva. **Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70** in SHERER-WARREN, Ilse KRISCHKE, P.(orgs.): Uma revolução no cotidiano? São Paulo, Brasiliense.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo e Bonduki, Nabil Georges. Política habitacional e a luta pelo direito à habitação. In: COVRE, Maria de Lourdes Manzini (Org.). **A Cidadania que não temos**. São Paulo : Brasiliense, 1986.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização** , 4ª edição – Rio de Janeiro : Record, 2000.

WANDO : depoimento. **Queremos Morar Como Gente** – Fita VHS - 30' - PAL – M. Produção: Equipe de Bairros Fase – São Paulo : 1988.

WITT, Fabiani. **A identificação do sujeito morador – Perfil dos moradores da comunidade do Alto da Caieira do Saco dos Limões**. Disciplina Pesquisa em Serviço Social / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico – Departamento de Serviço Social (março 2003) Florianópolis, 2003.

ZULIAN, Marlene. **Políticas de Habitação (PAR)**, Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina – Centro Sócio-Econômico / Departamento de Serviço Social. Agosto, 2003

ENTREVISTAS

ALVES, Luis Carlos. **Luis Carlos Alves** : depoimento [jan. 2004]. Entrevistadora: Dideanne C. Alves Nunes. Florianópolis – SC, 2004. 1 cassete sonoro (60 min), estéreo. Entrevista concedida para a realização da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso.

DISNEI, Cladis Sirino. **Cladis Sirino Disney** : depoimento [jan. 2004]. Entrevistadora: Dideanne C. Alves Nunes. Florianópolis – SC, 2004. 1 cassete sonoro (60 min), estéreo. Entrevista concedida para a realização da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso.

GUILARD, Julcemar. **Julcemar Guilard** : depoimento [jan. 2004]. Entrevistadora: Dideanne C. Alves Nunes. Florianópolis – SC, 2004. 1 cassete sonoro (60 min), estéreo. Entrevista concedida para a realização da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso.

MACHADO, Simone Matos. **Simone Matos Machado** : depoimento [Fev. 2004]. Entrevistadora: Dideanne C. Alves Nunes. Florianópolis – SC, 2004. 1 cassete sonoro (30 min), estéreo. Entrevista concedida para a realização da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso.

PEREIRA, Alfredo Alves. **Alfredo Alves Pereira** : depoimento [jan. 2004]. Entrevistadora: Dideanne C. Alves Nunes. Florianópolis – SC, 2004. 1 cassete sonoro (60 min), estéreo. Entrevista concedida para a realização da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso.

ROSA, Darcila. **Darcila Rosa** : depoimento [jan. 2004]. Entrevistadora: Dideanne C. Alves Nunes. Florianópolis – SC, 2004. 1 cassete sonoro (60 min), estéreo. Entrevista concedida para a realização da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso.

SIRINO, Valdeci. **Valdeci Sirino** : depoimento [jan. 2004]. Entrevistadora: Dideanne C. Alves Nunes. Florianópolis – SC, 2004. 1 cassete sonoro (60 min), estéreo. Entrevista concedida para a realização da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso.

ANEXOS

ANEXO 1.

Fórum, que acontece hoje e amanhã em Florianópolis, avalia principais modificações introduzidas pelo Estatuto da Cidade

Os princípios do Estatuto da Cidade vão ser discutidos hoje e amanhã no auditório da Escola Técnica Federal pelos movimentos comunitários e sociais da Grande Florianópolis, com o apoio de diversos departamentos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O objetivo do 1º Fórum da Cidade é fortalecer e unificar essas entidades com base na nova legislação que, entre outras coisas, amplia a participação popular na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

O Fórum abre hoje à noite com as palestras do deputado federal e arquiteto especialista em urbanismo, Clóvis Ilgenfritz (Rio Grande do Sul), e do vereador, arquiteto e professor Nabil Bonduki (São Paulo), com experiência de mutirões habitacionais, urbanização de favelas, para populações de baixa renda e planejamento participativo.

Amanhã de manhã acontece

uma mesa-redonda sobre os diversos aspectos do Estatuto da Cidade, com a participação prevista de representantes da Prefeitura de Florianópolis, Conselho Metropolitano da Grande Florianópolis, Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), Centro de Estudos, Cultura e Cidadania (Cecca) e Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/SC), além de representantes dos movimentos sócio-comunitários da região metropolitana.

Também serão organizados grupos de trabalho para elaboração das diretrizes de uma agenda de mobilização que possa fortalecer e unificar os movimentos comunitários e sociais da Grande Florianópolis. A lei sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) ainda depende da regulamentação pela Câmara de Vereadores de cada município num prazo de 90 dias, contados a partir de 11 de outubro deste ano.

ANEXO 2.



Fórum da Cidade é um espaço de articulação entre diferentes sujeitos (individuais e coletivos) que busca pensar e atuar no processo de elaboração das políticas urbanas do município de Florianópolis na direção da democracia, cidadania e promoção da justiça social; um espaço potencializador das reivindicações e das ações das organizações sócio-comunitárias; de debates das questões da cidade e encaminhamento dos anseios e necessidades da população, buscando uma alta qualidade urbana. O Fórum da Cidade reúne dirigentes do movimento sócio comunitário, profissionais e acadêmicos que elaboram políticas, assessoram movimentos sociais, disponibilizam espaços de atuação militante e realizam o compromisso social da academia. Trata-se de um movimento supra partidário de discussão de agenda e lutas, na direção da construção de uma política urbana participativa e democrática.

Modesto Azevedo, Zulamar Maria de Bitencourt Castro, Simone Matos Machado Jeffrey Hoff, Lígia Helena Hahn Lückmann, Raúl Burgos, Janice Tirelli Ponte de Sousa, Lino Peres, Ana Luiza Vaz, Leonardo Pessina, Iliane Kohler, Teresa Cristina Barbosa, Carla Meirelles Caldas, Andréa Panozzo, Andriu Nobre

Informações

NESSOP CSE (UFSC) Anexo II sala 07

Telefone
48-3319453

Site

www.portalsocial.ufsc.br/forumdacidade

E-mail

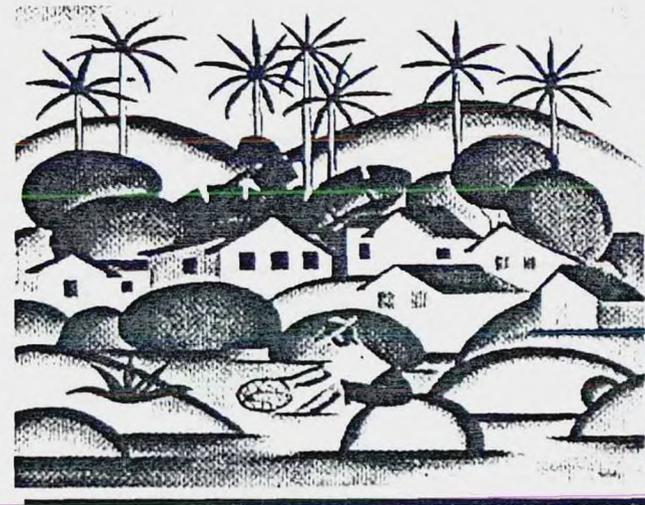
forumdacidade@yahoogrupos.com.br

Apoios:

Depto de Serviço Social/NESSOP/UFSC; Depto de Ciências Sociais/UFSC; Depto de Arquitetura/UFSC; APUFSC; UFEKO; FAMESC; Fórum Nacional da Reforma Urbana; Assembléia Legislativa; Ministério das Cidades

II FORUM da CIDADE

"Construindo movimentos visando uma gestão democrática e um Plano Diretor participativo e sustentável para Florianópolis"



Data: 4 e 5 de julho

Local: Assembléia Legislativa

Promoção
Fórum da Cidade de Florianópolis

ANEXO 3.

Boletim da Ufeco

União Florianopolitana de Entidades Comunitárias Florianópolis, maio de 2003

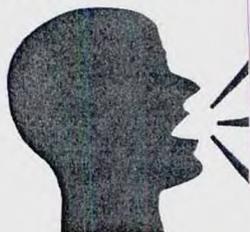
Democratizar a cidade

Algo de novo vem acontecendo em Florianópolis. Seja em uma associação de moradores ou na própria Ufeco. Tudo está em movimento, se re-articulando, re-democratizando, revivendo. Entidades que estavam fechadas voltam a funcionar, a criar estatutos, a mexer com as comunidades. Há um novo olhar para os conselhos municipais, para as instituições, com uma ênfase maior para a participação, fazendo com que as associações sejam efetivos instrumentos de luta dos moradores.

Começamos pela nossa casa, aprovando na última Assembleia Geral da Ufeco, o estudo para reformular o Estatuto, com emendas que serão submetido para aprovação.

Além disso, com o processo de democratização e transparência nas próprias associações, os moradores conseguem acompanhar melhor os trabalhos, tornando-se co-responsáveis. Uma entidade plural e participativa faz de cada morador um ser capaz de assumir e tocar as lutas de todos. Isso é trabalho que a Ufeco está realizando e junto com as associações e vai caminhando para a mudança real.

Movimento comunitário e seus desafios



As cidades por sua própria natureza estão sempre em constante crescimento. Alguns as chamam este processo de desenvolvimento sustentável, progresso, etc. Para a União Florianopolitana das Entidades Comunitárias – UFECO construir a cidade é o desafio que na prática propõe outra alternativa de convívio social, repensando a cidade que queremos. A gestão atual definiu como prioridade resgatar sua credibilidade perante a sociedade, juntamente com os movimentos comunitários e sociais, acreditando que essa é uma tarefa de todos nós. Assim que assumimos, tentamos regulamentar a participação popular com representação nos Conselhos Municipais. Ainda teremos uma grande tarefa pela frente, pois ao definir nossa política de compor a representação nestes Conselhos Municipais estamos fazendo um grande esforço de romper com a tradição para evitar que Conselheiros representem sua posição pessoal, chegando a ponto de deliberar sobre assuntos de interesse do Movimento Comunitário, sem passar por discussões junto a Diretoria da entidade.

Um exemplo concreto, foi o episódio do último aumento da tarifa do

transporte coletivo, onde a representação da Ufeco votou a favor do aumento da passagem no Conselho Municipal de Transporte, sem uma prévia discussão com o Movimento Comunitário. Isso porque, de forma autoritária, a prefeita não acatou a troca de conselheiros. Ou seja, a vaga é da UFECO, mas quem está lá não foi escolhido pela atual gestão da entidade

Infelizmente, a Prefeita de Florianópolis não houve e nem recebe os movimentos comunitários.

Porem temos expectativa de mudar isso e garantir nossa participação aprimorando o processo de escolha democrática em nossas instâncias deliberativas, no sentido de ter o direito de indicar os conselheiros, além de estabelecer discussões no interior do Movimento Comunitário.

Realizamos os Fóruns Regionais, em conjunto com a Coordenação do Fórum da Cidade e Universidade Federal de Santa Catarina, em 2002.

Os movimentos comunitários responderam às expectativas de participação efetiva. Estamos investindo na formação de lideranças, articulando e encaminhando estas lutas cumprindo assim seu verdadeiro papel junto ao movimento comunitário. Nossa participação no FÓRUM DA CIDADE está sendo constante além dos esforços de acompanhar a agenda de eleições comunitárias na cidade e nossa sintonia com as mudanças conjunturais estadual e nacional.

Ufeco

Na luta para construirmos uma cidade com democracia e participação popular!!!

8º Congresso da FAMESC discute estatuto

Os dias 17 e 18 de maio, em Criciúma, marcaram mais um Congresso Estadual da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina. Ativistas do movimento popular discutiram em profundidade a realidade urbana. O Estatuto da Cidade foi

o ponto de partida. Foram trabalhados temas como a regularização das terras urbanas, planos diretores e democracia nas entidades comunitárias elegendo a nova diretoria para o mandato de dois anos. O presidente reeleito foi o companheiro José Batista Couto da cidade de Lages e o próximo Congresso será realizado em Xanxere.

Fórum da Cidade

Está previsto para acontecer 4 de julho mais uma edição do Fórum da Cidade que pretende discutir este ano, como tema principal, a regulamentação fundiária da cidade. O primeiro fórum realizado no ano passado reuniu várias entidades comunitárias, movimentos sociais, na Escola Técnica, tendo o tema a lei federal 10.257 "Estatuto da Cidade". Mas o que a prefeitura fez foi enviar um projeto de lei que muda panos velhos, ou seja, adapta leis que já existem e não avança. A Ufeco irá mobilizar as entidades filiadas e o movimento social para que o processo de regulamentação do estatuto da Cidade seja real e participativo, participando do II Fórum da Cidade. Já está confirmado a presença da representante do Ministério das Cidades, arquiteta e Urbanística Raquel Ronik.

Ufeco faz curso de formação política

Aconteceu nos dias 26 e 27 de abril o primeiro módulo do curso de formação de gestores comunitários, numa parceria da Ufeco com o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (Nessop), da UFSC. Este trabalho faz parte do planejamento da entidade e tem como objetivo principal investir na formação de lideranças.

O curso infelizmente tem vagas limitadas, 35, e está sendo voltado a pessoas que já estão envolvidas nas lutas comunitárias e nas entidades do movimento popular. A proposta é trabalhar a formação de cidadãos capazes de intervir no processo de discussão da vida da cidade, e a construção de um compromisso de participação. O curso está sendo ministrado no Centro de Treinamento da Celesc - CEFA, na Tapera e os módulos seguintes irão acontecer ainda nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro. Assim, participantes programem-se!!!!

Informes gerais

A Associação de Moradores do Alto da Caieira, está promovendo atividades culturais, com exibição de filmes que discutem a questão da violência urbana e realizando pesquisa da situação real dos moradores.

A comunidade de Chico Mendes promoveu, dia 21/4, uma tarde de lazer e diversão na área da Cohab, em frente ao Big supermercado.

O Conselheiro do Conselho Estadual de Saúde, representando as entidades comunitárias de SC é Gilson Amaral, da comunidade da Barra do Sambaqui.

Dia 8 de maio, no bairro da Tapera, houve uma assembleia com os moradores que discutiu o Plano Diretor da Planície entremares.

Debate sobre Sistema de Transporte Integrado

É um vedadeiro absurdo numa cidade do tamanho de Florianópolis, o povo ainda ter que se submeter a pagar várias passagens, tendo que se deslocar de um terminal para outro e pegar vários ônibus para concluir uma viagem pagando passagens diferentes.

O problema é que estão fazendo tudo na surdina, sem a nossa participação, sendo que nós usuários pagaremos esta monstruosa conta. Ora, não houve uma única reunião com as comunidades para debater, ouvir sugestões, críticas, pois na verdade, ninguém sabe de nada. Tudo está sendo feito entre quatro paredes pelos tais "técnicos", alguns políticos e os empresários donos dos ônibus. O que se pode afirmar é que a prefeitura contratou um emprestimo **monstruoso junto ao BNDES** e a conta será paga pelos próximos a 30 anos, enchendo o bolso de grandes Empresários.

Segundo o Diretor Regional do Centro da Ufeco, Julcemar Guilardi a idéia é convidar os representantes do Núcleo de Transportes, sindicalistas, empresários, conselheiros do Conselho Municipal de Transportes e lideranças comunitárias. Um processo como este de mudança no sistema de transporte, tem que haver participação comunitária.

Entre em contato com a UFECO
Endereço: Servidão Barriga Verde, 101
CEP - 88040145 Florianópolis - SC
Tel. 9980 9075 - 234 3685
Textos: Modesto Azevedo, Elaine Tavares e Julcemar Guilardi.

ANEXO 4.

UFECO E FÓRUM DA CIDADE QUESTIONAM A LEGITIMIDADE DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Na implementação da Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis a Prefeitura novamente inviabiliza e manipula a participação popular tal como fez na organização da Agenda 21, na implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano, na regulamentação do Estatuto da Cidade, e tantas outras atividades desta administração atual, que dizem respeito à participação da sociedade civil organizada.

A par de todos os esforços envidados pelo movimento social representado pela FAMESC, UFECO e o Fórum da Cidade no sentido de garantir a maior participação na Conferência para a Sociedade Florianopolitana, a Comissão Preparatória ignorou o fundamento principal que representa a essência de uma Conferência Municipal, qual seja, a ampla e irrestrita participação da sociedade.

Esta Conferência é a primeira etapa no caminho que inclui à Conferência Estadual e a Nacional, onde a participação ampla de setores sociais estão garantidos no processo para elaborar políticas urbanas. Infelizmente em Florianópolis a Comissão Preparatória Municipal indicada pela Prefeitura em seus gabinetes somente incluiu pessoas e entidades ligadas e alinhadas politicamente com o poder público. Por isso, faltou o pluralismo tão essencial para um processo verdadeiramente democrático. Além de analisar políticas urbanas locais, a Conferência Municipal vai nomear delegados para a Conferência Estadual que por sua vez vai nomear delegados para a Conferência Nacional. Organizado pelo Ministério das Cidades e planejada para outubro deste ano, a Conferência Nacional vai eleger o Conselho Nacional das Cidades que será responsável pela elaboração e implementação das Políticas Urbanas Nacionais, baseado nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacional.

Nossa maior preocupação é que foi excluída da Conferência Municipal a maior parte da sociedade, incluindo Associações de Moradores, Centros Comunitários, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades de Classes, Universidades e a sociedade civil no geral não foram convidados, a participar na Comissão Preparatória e nem para a Conferência.

Outro agravante é que limitando a Conferência a um dia de trabalho, restringe a possibilidade de ampla participação e de maior aprofundamento da análise da Cidade.

Ora, todas as pessoas ligadas ao movimento popular e sindical ficam prejudicadas em sua possibilidade real de participação, pois a maioria é assalariada e trabalha neste horário.

Estas preocupações nos levaram recorrer através de documentos protocolados, à Comissão Preparatória Estadual, Câmara de Vereadores, Presidente da Comissão Preparatória Municipal, entre outros, tentando encontrar alternativas que pudessem garantir a participação ampla da sociedade. Com esse intuito foram realizadas duas reuniões com a Comissão Preparatória Municipal, que infelizmente mostrou-se insensível às demandas apresentadas.

Para o movimento social autônomo e independente fica clara a intenção de mais uma vez maquiagem a realidade social, de armar mais um espetáculo teatral, circense, no qual cumpridas as formalidades (nem mesmo a legalidade) sem o mínimo de legitimidade irá se produzir um documento, mais uma vez, parcial e escamoteador da realidade de Florianópolis.

Por essas razões estaremos solicitando, a Comissão Preparatória Estadual, guardião da legitimidade do Processo da Conferência no Estado, faça cumprir o Regimento Estadual e Nacional, com o qual o regimento Municipal está em desacordo.

Para maiores informações: Modesto Azevedo, Carlos Magno Nunes - 91141162

ANEXO 5.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES É INVÁLIDA

A 1ª Conferência Municipal de Florianópolis, convocada pela Prefeitura Municipal da Capital, não é legítima, pois não garantiu a participação ampla de todos os segmentos da sociedade, como garantido pela Lei Federal 10.257, o Estatuto da Cidade.

Apesar dos esforços da FAMESC, UFECO e do Fórum da Cidade, que questionaram a forma do convite seletivo de participação, a Comissão Preparatória organizou a conferência de maneira excludente. Infelizmente, indicadas pela Prefeitura, somente foram incluídas entidades ligadas e alinhadas politicamente com o poder público, excluindo-se, portanto, Associações de Moradores, Centros Comunitários, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades de Classes, Universidades e a sociedade civil em geral.

Além de analisar políticas urbanas locais, a Conferência Municipal vai nomear delegados para a Conferência Estadual que, por sua vez, nomeia delegados para a Conferência Nacional. Organizado pelo Ministério das Cidades e planejada para outubro deste ano, a Conferência Nacional vai eleger o Conselho Nacional das Cidades, que será responsável pela elaboração das Políticas Urbanas Nacionais, baseado nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacional.

A Conferência Municipal, em andamento, possui vários erros em seu processo, a saber:

Limitação do evento a somente um dia e, como agravante, um dia útil, inviabiliza a ampla participação dos cidadãos que trabalham e impossibilita o aprofundamento dos temas;

Ignorando orientação do Ministério das Cidades, que estabelece a importância da participação universal dos moradores das cidades, no regimento da conferência da prefeitura diz "Art. 20 – A 1ª Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis terá na sua composição delegados previamente convidados, credenciados e identificados por segmento de representação";

Algumas entidades, não previamente convidadas pela prefeitura, não puderam ser credenciadas;

Regimento Nacional determina que seja distribuído, previamente aos participantes das conferências municipais, um texto base para apreciação, que não foi feito.

Relatando esses fatos e na busca de reparar o processo, documentos foram protocolados à: Comissão Preparatória Estadual, Câmara de Vereadores, Presidente da Comissão Preparatória Municipal, entre outros, sem que conseguíssemos sensibilizar a coordenação municipal da Conferência. Ainda, essas atitudes só reafirmam a postura autoritária e excludente, já ocorrido tantas vezes, como, por exemplo, na Agenda 21, na implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano e na regulamentação do Estatuto da Cidade.

Solicitamos, portanto, que a Conferência Municipal de Florianópolis seja anulada, com vistas à convocação de uma nova conferência, na qual seja garantida a ampla participação de todos.

Florianópolis, 15 de Agosto de 2003.

Entidades que assinam:

UFECO – União Florianopolitana das Entidades Comunitárias

FÓRUM DA CIDADE

Entidades que apoiam:

FAMESC – Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina / Sindiprev – Sindicato dos Previdenciários / Sinergia – Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Energia Elétrica / Sinte – Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Santa Catarina / Sintae – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Água e Saneamento de Santa Catarina / Sintect – Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Correios e Telégrafos / Sintrasem – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Municipal / Sindpd – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados / Sintespe – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual / Sinds – Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais / Sintratel – Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing / Sintrajusc – Sindicato dos Trabalhadores na Justiça Federal de Santa Catarina / Sindjusc – Sindicato dos Trabalhadores na Justiça Estadual de Santa Catarina / Sindvesc – Sindicato dos Vigilantes de Santa Catarina / Seac – Sindicato dos Empregados em Aceio e Conservação / Sindifar – Sindicato dos Farmacêuticos de Santa Catarina / Sinasef – Sindicato Nacional dos Servidores na Educação Federal Básica e Tecnológica – seção sindical de Santa Catarina / Seeb – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santa Catarina

ANEXO 6.

Entidades anulam primeira conferência de Florianópolis

Decisão argumenta falta de participação popular

A 1ª Conferência Municipal de Florianópolis foi anulada em reunião extraordinária realizada na sexta-feira por membros de entidades que integram a comissão preparatória da 1ª Conferência Estadual das Cidades. A polêmica decisão deu 14 dos 21 votos dos presentes. Sete pessoas apoiaram a manutenção da conferência, realizada no dia 5 de agosto com o objetivo de apresentar propostas para a melhoria de questões como habitação, saneamento ambiental, regularização fundiária, transporte e mobilidade

urbana a partir de dois eixos "Cidade para todos" e "Construindo uma política democrática e integrada para as cidades". Participam da comissão 27 titulares.

O grupo estudou o recurso formulado por cerca de 20 entidades comunitárias e sindicais que se consideram prejudicadas pela falta de participação popular na organização da conferência. O Executivo tem a prerrogativa de convocar e preparar o evento, anterior às conferências estadual (22 e 23/9, na Capital) e nacional das cidades (23 a 26/10, em Brasília). Grande parte das entidades retirou-se do Centrosul, onde foi realizada parte dos debates.

"Houve um consenso em relação a vários pontos expressos no documento. Acreditamos que o texto final elaborado na conferência é muito bom. Entretanto, o grupo considera-se prejudicado pela ausência de discussão", explica Théo

Augusto Guardiano, coordenador da 1ª Conferência Estadual das Cidades e diretor de habitação da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, órgão que acompanha a realização das conferências municipais no Estado. Segundo Guardiano, outro fator "agravante" foi a falta de manifestação da Prefeitura sobre o descontentamento das entidades.

Ontem, Guardiano iria encaminhar ao organizador da Conferência de Florianópolis, Giovanni Amboni, diretor de estudos ambientais da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram), ofício com a posição das entidades e alertando para o fato de que ainda cabe recurso à coordenação executiva da conferência nacional. As entidades pedem também a realização de outra conferência. "Gostaríamos que fosse promovida pelo Executivo municipal e o texto produzido na

primeira conferência usado como base. Não queremos desprezar a participação de quem esteve lá, mas ampliar o debate", diz Guardiano.

Giovanni Amboni não havia recebido o ofício até às 17h30 de ontem e desconhecia a decisão das entidades. "Estou estupefato", falou. "Se isso realmente acontecer, é um autoritarismo, uma perseguição político-partidária", referindo-se ao fato de que os executivos municipal e estadual têm cores partidárias diferentes. Ele disse preferir receber o documento para poder se manifestar, mas garantiu que a comissão organizadora atendeu a todas as solicitações do movimento descontente. "Houve participação, mais de 350 pessoas. Só de ONGs, foram mais de 30", comentou. Guardiano negou. "A comissão é suprapartidária, a decisão foi absolutamente democrática e o processo, transparente", argumentou.

SAIBA MAIS *Entidades que integram a comissão preparatória da 1ª Conferência Estadual das Cidades*

- Assembléia Legislativa
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente
- Departamento de Transportes e Terminais (Deter)
- Prefeitura de Chapecó
- Federação de Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc)
- Fórum Nacional da Reforma Urbana
- Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/SC)
- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes/SC)
- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea/SC)
- Federação Catarinense de Associações de Municípios (Fecam)
- Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (Granfpolis)
- Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi)
- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (Feticom)
- Federação dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transporte de Carga e Passageiros no Estado de Santa Catarina (Fectroesc)
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Águas de Santa Catarina (Sitaesc)
- Sindicato das Empresas de Compra e Venda e Administração de Imóveis, Condomínios, Shopping Centers, Incorporadoras e Loteadoras (Secovi)
- Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab)
- Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan)

ANEXO 7.

Prefeitura não participa de nova Conferência da Cidade

Movimento popular define as prioridades na Capital

LUÍS FERNANDO ASSUNÇÃO

A nova Conferência da Cidade de Florianópolis foi realizada no sábado na Assembléia Legislativa. Depois de impugnar a primeira conferência, organizada pela Prefeitura, os movimentos sociais e populares locais comemoram a participação registrada no evento. A ausência de representantes da Prefeitura, empresários do setor de construção civil e concessionários de serviços públicos não foi o bastante para diminuir o entusiasmo de representantes

de moradores de rua, movimentos populares pró-habitação, organizações não-governamentais, universidades e do poder legislativo. "A ampla participação popular foi o ponto alto", admitiu o assessor do Fórum Nacional de Reforma Urbana, Leonardo Pessina.

A polêmica ficou por conta da não-participação da Prefeitura. Na primeira conferência, organizada pelo poder público, os movimentos populares reclamaram da falta de oportunidade de no evento e pediram a impugnação, aceita pelas comissões estadual e nacional. Florianópolis foi a única cidade brasileira que teve sua conferência impugnada. Em poucos dias, os movimentos populares organizaram outra conferência, que se realizou no sábado. "Foi lamentável a não-participação da Prefeitura", completou Pessina. "Mais uma vez o poder público

não se abre para dialogar com a sociedade civil. A soberba continua imperando", criticou o coordenador do Fórum da Cidade, Carlos Magno.

Na conferência foram debatidos habitação, transporte, saneamento e planejamento urbano e gestão urbana. Na habitação, entre as propostas definidas, está o apoio ao cooperativismo, auto-gestão habitacional, regularização fundiária, a partir de experiências já realizadas em outras cidades brasileiras. Na questão dos transportes, foram registradas fortes críticas aos sistema integrado implementado pela Prefeitura. Foi divulgada, inclusive, uma moção contra o sistema. "A idéia de integração, tecnicamente, é viável. Mas em Florianópolis o sistema acabou complicando ainda mais a vida das pessoas", argumentou Pessina.

Outro ponto debatido foi a necessidade de implantação de projetos de saneamento ambiental. Isso passa pela melhoria do sistema de esgotamento sanitário, mas o conceito de preservação ambiental, preservando praias e lençóis freáticos. Além disso, os mais de 300 participantes debateram o planejamento urbano, com a utilização de critérios urbanos que sempre levam à preservação do meio ambiente. A conferência escolheu também os delegados que deverão participar da Conferência Estadual das Cidades, que antecede a Conferência Nacional das Cidades, que se realiza em Brasília, entre os dias 23 e 26 de outubro. Os delegados representam os movimentos sociais, o poder público (Executivo e Legislativo), as ONGs e o meio acadêmico, empresários da construção civil, concessionários de serviços públicos e trabalhadores sindicalizados.



Representantes comunitários criticaram ausência da administração municipal na conferência, sábado, na Assembléia

ANEXO 8.

Nesta quinta-feira à noite reuniram-se moradores do Alto da Caeira. Após várias outras reuniões, desta vez com a presença dos presidente da ASCOMA, Sra. Terezinha, e da Associação de Moradores do Canto da Caeira, Sr. José Cavalheiro. Participaram bom número de moradores e representante da UFECO – União Florianopolitana de Entidades Comunitária, Sr. Teco e o Secretário Geral da FAMESC – Federação das Associações de Moradores de SC, Paulo Ruver.

Os objetivos foram a luta pelas reivindicações dos moradores, particularmente a água. Sobre esse tema deu-se continuidade às decisões já tomadas, solicitando a todos os moradores que se dirijam ao Gabinete da Prefeita na rua Conselheiro Mafra, munidos de documentos pessoais e qualquer prova de localização da sua casa, e solicitem a ligação de água através de requerimento fornecido ali na Prefeitura. Cada um deve tirar uma cópia do seu requerimento e entregar à Associação para conhecimento e continuidade dessa luta.

Outro tema fundamental foi a organização comunitária no Bairro. Diante do fato de existirem duas associações de moradores e uma dificuldade histórica relacionada a essa divisão, foram discutidas as principais causas a serem superadas:

- Superar o passado de não prestação de contas sobre patrimônio comunitário, como terreno e materiais, obtidos com o fim de melhorar a vida na comunidade, mas muito pouco aplicados para esse fim;
- Deixar em segundo plano os interesses particulares, políticos, religiosos e outros de cada pessoa para nos dedicarmos às reivindicações de toda a comunidade e à nossa organização;
- Superar as posturas pessoas de insistência e teimosia e aceitar as decisões democraticamente tomadas pelos moradores.

Assim, diante da opinião consensual de que o melhor caminho para fortalecer as lutas é a união, ficou decidido:

- Que cada diretoria se reúna e decida sua proposta para a comunidade a ser apresentada na próxima assembléia geral;
- Que os moradores por meio do voto, após debate das propostas e com a responsabilidade que o momento exige, decidam se querem reunir as duas associações numa só ou seguir com duas associações;
- **Convocar Assembléia Geral dos Moradores do Alto da Caeira para o dia 24/11 – domingo – às 9:30 horas (após a missa) – na igreja do bairro;**
- Fazer ampla convocação, incentivando todos os moradores a participarem da Assembléia;
- Que a nova associação seja presidida por pessoa isenta dos conflitos atuais;
- Convidar a todos os moradores para que indiquem lideranças para representar na nova diretoria a sua área do bairro ou setor de que participam, tal como: jovens, idosos, esporte, igreja, donas de casa, interessados em assumir a luta pela água, regularização dos terrenos, urbanização, lazer etc.
- Compor uma nova diretoria colegiada, elegendo um coordenador(a) ou presidente e um grupo de lideranças representativas das diferentes posições e interesses, com o compromisso de fortalecer a organização comunitária no Alto da Caeira;
- Que os representantes da UFECO e da FAMESC coordenem a Assembléia;
- Neste domingo, dia 10, após a missa reunir os presentes para noticiar o debate e decisões havidas e reforçar a convocação da Assembléia Geral.

Venha! Participe!

Assim faremos do Alto da Caeira um lugar melhor para viver!

ANEXO 9.

Aos Moradores do Alto da Caeira,

Queremos construir uma Associação de Moradores unindo toda comunidade, forte e capaz de obter vitórias na luta por um bairro melhor para se viver. Em diversas reuniões, por decisão unânime, deixamos isso claro.

O plebiscito do dia 1º/12/2002 formalizou a nossa decisão de reunir numa só as associações de moradores.

No dia 12 de dezembro, em nova reunião com grande participação, conversamos bastante e demos passos no sentido de superar erros do passado e construir uma equipe dirigente para a nova associação unida e disposta a trabalhar. Também lemos e discutimos os artigos da proposta de estatuto que havia sido distribuída. Chegamos a um texto comum que queremos aprovar na próxima assembleia.

Para tanto decidimos convocar a todos os moradores do Alto da Caeira para dois momentos importantes:

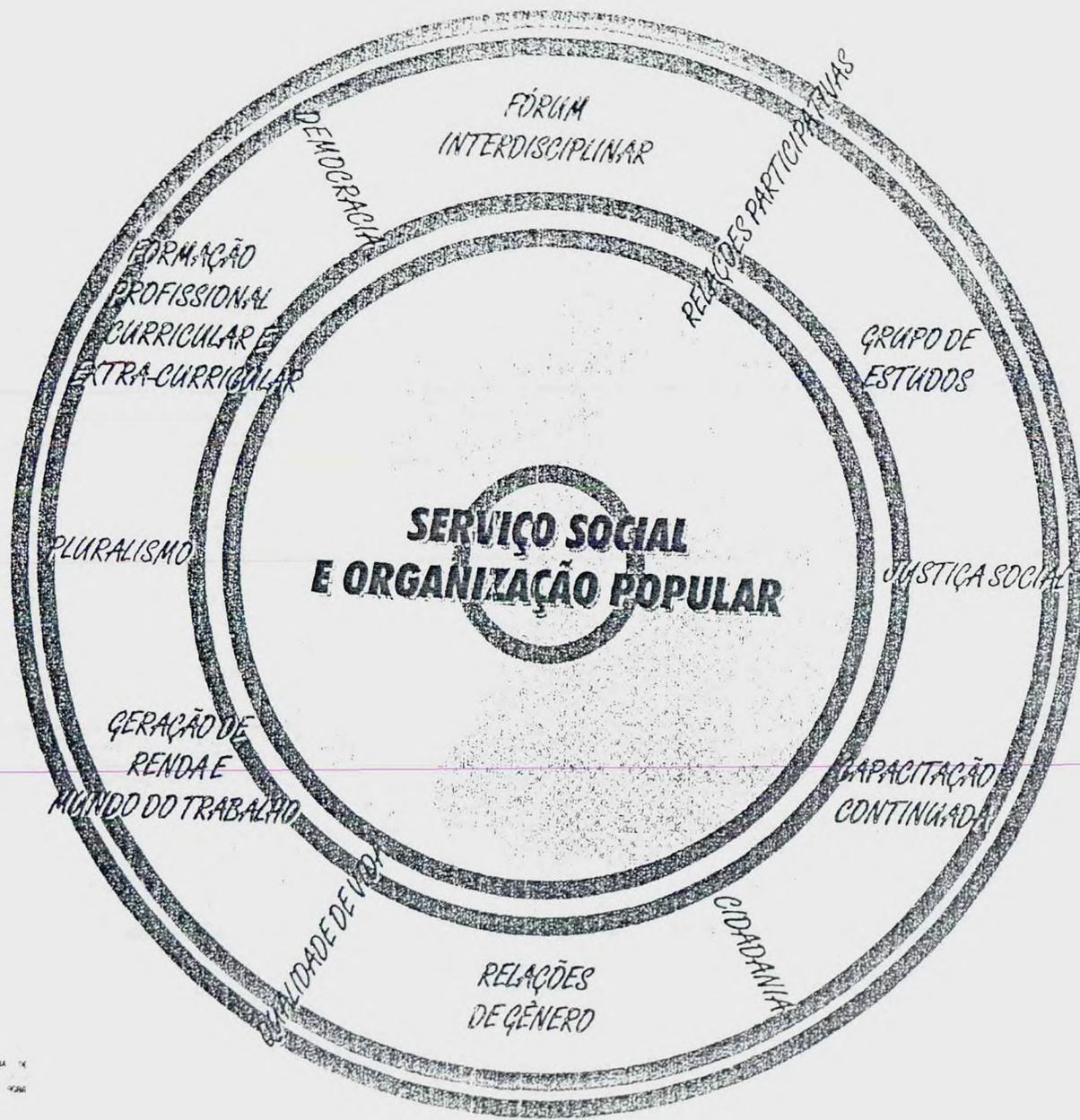
Dia 14/01/2003 – Assembleia Geral para fundação da Associação e aprovação do Estatuto – o local será a igreja, na servidão da Felicidade;

Dia 16/02/2003 – Eleição da Diretoria.

Será um momento histórico para o nosso bairro. Participe!

Observação: O bairro Alto da Caeira compreende todos que moram acima do n. 457 da rua Custório Ferrnino Vieira, limitado pelo Pastinho, pela Servidão da Felicidade, continuando no riacho ou grotta que divide com a Serrinha e pelo cano da rede da Casan.

ANEXO 10.



NÚCLEO

NÚCLEO

NÚCLEO

DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL
E ORGANIZAÇÃO POPULAR



ANEXO 11.

Plebiscito da comunidade do Alto da Caeira

Você é favorável a:

- 1. Unificar as atuais Associações de moradores
- 2. Manter as Associações como estão

DOMINGO (01/12)

8 às 12 horas, na Igreja

ANEXO 12.

Plebiscito da comunidade do Alto da Caeira

Aconteceu no dia primeiro de dezembro de 2002, das oito às doze horas, em frente à Igreja católica, localizada na Servidão da Felicidade, Alto da Caeira, Florianópolis, o plebiscito aprovado na Assembléia Geral do dia dezessete do mês de novembro de 2002, com a finalidade de decidir a unificação ou não das Associações de Moradores. Participaram da votação moradores e moradoras maiores de dezesseis anos do Alto da Caeira, conforme a convocação feita por meio da distribuição nas casas dos moradores de 400 cópias de carta contendo o resumo da Assembléia referida. Participaram do evento representante da FAMESC, Paulo Ruver; da UFECO, João Ferreira de Souza (Teco); do Fórum do Maciço, Kelli Cabral; do NESSOP, Prof. Iliane Kolher e alunos da disciplina de Processo de Trabalho em Movimentos Sociais do curso de Serviço Social da UFSC. A comissão eleitoral foi composta por: José dos Santos Cavalheiro, Paulo Ruver, Fabiani Witt, Dideanne Cynara Alves Nunes e Fátima Pressi. Os fiscais que acompanharam o plebiscito foram: Maria do Livramento dos Santos, Julcemar Guilardi, João Ferreira de Souza, Tereza Ribeiro, Aldoci S. dos Santos. Participaram da votação 130 eleitores, todos moradores do Alto da Caeira. A urna foi fechada às doze horas e na seqüência realizada a contagem dos votos pela comissão eleitoral, à vista dos fiscais e moradores presentes. Os resultados obtidos foram: cento e dezoito votos a favor da unificação das Associações de Moradores; oito pela manutenção das atuais associações; um voto nulo e um voto em branco. Foram registradas 128 cédulas, sendo que dois eleitores, dos 130 que assinaram a lista de votação, não depositaram o voto na urna. Como encaminhamento foi reafirmada a reunião marcada para quinta-feira - cinco de novembro, às dezenove horas, na Igreja na servidão da Felicidade, onde será feita a avaliação do resultado do plebiscito e serão decididos os passos seguintes relativos ao estatuto e eleição. Sem mais a tratar foi encerrada a reunião, da qual eu, Fabiani Witt, por delegação dos presentes, lavrei a presente ata.

 João Ferreira de Souza

ANEXO 13.

Aos moradores do Canto/Alto da Caeira

Aconteceu neste dia 1º de dezembro, das oito às doze horas, o plebiscito programado na Assembléia Geral do dia 17/11, com a finalidade de decidir a unificação ou não das Associações de Moradores. Participaram da votação 130 eleitores, todos moradores do Alto da Caeira. O resultado obtido foi: cento e dezoito votos a favor da unificação das Associações de Moradores; oito pela manutenção das atuais associações; um voto nulo, um voto em branco e duas pessoas que esqueceram de depositar seu voto na urna.

Nesta quinta, dia 5, ocorreu a reunião programada para avaliação do plebiscito e decisão sobre os passos seguintes. Com significativa participação, os moradores manifestaram suas opiniões sobre o quadro de mobilização em curso no bairro. Crescendo o número de participantes desde as primeiras reuniões, a assembléia geral e o plebiscito, e superando-se problemas, o pessoal avaliou como bastante positivo o esforço para melhorar a organização comunitária no bairro.

O descrédito a que levou a divisão e práticas desabonadas havidas até bem pouco ainda faz com que muita gente pouco acredite na organização. Diferente disso pensam os moradores que participam das reuniões e da mobilização: o pessoal está animado, convencido de que o caminho é persistir e buscar a participação de todos.

Na seqüência foi debatida a elaboração e aprovação do novo estatuto e a eleição da futura diretoria. Uma proposta de estatuto apresentado pela FAMESC foi distribuído a algumas pessoas. Quem tiver interesse deve procurar para tomar emprestado ou tirar fotocópias. Foi aprovado que as pessoas devem ler e escrever suas propostas para o estatuto e trazer para a próxima reunião que será realizada no dia 12, quinta feira próxima, às 19 horas, na igreja.

O novo estatuto vai detalhar a área de abrangência da nova associação, o nome do bairro, como será feita a eleição da diretoria, representantes de ruas e servidões que serão membros da diretoria, como será procedido quando membros da diretoria não participam da associação ou houver qualquer "falcatrua". O importante é a participação de cada morador, afinal o bairro precisa da contribuição: organizando atividades para os moradores, lutando por água, esgoto, regularização da propriedade e infra-estrutura urbana, etc. Em suma: nossa associação pretende ser um lugar de união e participação, um espaço agradável que faça com que cada morador perceba a importância de lutar pela melhoria do lugar onde moramos e vivemos.

Leia, converse, conheça a proposta de estatuto. Traga suas propostas para a próxima reunião no dia 12/12 – quinta – 19 horas – na igreja.

ANEXO 14.

Reunião dos Moradores do Alto da Caeira

Em doze de dezembro de 2002, à noite, reuniram-se os moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões, a fim de debater e elaborar proposta consensual de estatuto da associação de moradores a ser fundada.

Paulo Ruver inicia a reunião falando sobre a distribuição das cartas explicativas à comunidade feita por lideranças da comunidade, lembrando o quanto é importante manter toda a comunidade informada dos acontecimentos. Expôs que conversou com o presidente da AMOCA, da Caeira do Saco dos Limões, sr. Agenor, sobre limites dos dois bairros, sendo que este acredita que é importante conversar com os moradores da divisa (acima da casa do professor), para que se manifestem sobre que comunidade querem participar. Houve uma breve discussão em torno do nome da associação e do bairro a ser adotado.

Às 20 horas começou a leitura rápida dos artigos da proposta de estatuto. É encaminhada uma votação para escolha do nome, sendo escolhido Associação de Moradores do Bairro Alto da Caeira, por vinte sete a três votos. Logo em seguida são discutidos todos os artigos e alterados alguns. O artigo 40 gerou certa polêmica, pois o mesmo definia que o presidente e o tesoureiro não poderiam ser reeleitos para o mesmo cargo na gestão seguinte. Após discussão ficou decidido que será admitida uma só reeleição destes dois cargos. As modificações aqui decididas serão redigidas e a proposta de estatuto, aprovada por todos os presentes, distribuída para discussão e aprovação na assembléia geral. Esta assembléia ficou marcada para o dia 14 de janeiro, às 19 horas, neste mesmo local, quando será decidido a fundação da nova associação, aprovado o estatuto, definido o calendário eleitoral e eleita a comissão eleitoral. Sem mais nada a debater, foi encerrada a reunião.

ANEXO 15.

ATA DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA AMAC

Aos dezesseis de fevereiro de 2003 às 8 horas iniciam-se as eleições para escolha da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Associação de Moradores do Bairro Alto da Caeira – AMAC. Instalada a primeira urna junto à Igreja Católica na Servidão da Felicidade, ali permaneceram como mesários Teco e Valdir Faustino, Comissão Eleitoral, sendo o segundo representante da Chapa 1, e a estudante Fabiani Witt recebendo o “Cadastro de Sócio” e os votos dos eleitores. Paulo Ruver, da Comissão Eleitoral, dirige-se à antiga barbearia do Lauro para instalar a segunda urna que passa a funcionar a partir de 8h30. Ali trabalham como mesários Tina e Arnaldo da Silva, ambos da Comissão Eleitoral sendo o segundo representante da Chapa 2, Cedenir Simon dirigente da AMOCA, do Canto da Caeira, e a estudante Fátima Pressi. Em ambas as mesas as chapas constituíram fiscais que atuaram durante todo o dia. Inscritas as chapas 1, presidida por Julcemar Guilardi, e 2, presidida por Cristiano de Souza, os(as) eleitores(as) receberam cédula onde assinalaram uma, segundo sua decisão, sempre após preencherem e assinarem o “Cadastro de Sócio” e assinarem a lista dos votantes. Para preenchimento da cédula foi constituído lugar próprio para garantir o sigilo e os votos recolhidos em urna. Durante todo o dia o processo transcorreu de forma tranqüila, inclusive muitos moradores acompanhando o desenrolar das atividades e conversando nas imediações dos locais da urnas. Às 17 horas foi encerrada a recepção de votos, sendo que na urna junto à Igreja um pequeno grupo de eleitores que já aguardavam na fila no horário de encerramento ainda votaram. Os mesários da urna que funcionou junto ao ponto final do ônibus lavraram pequena ata fazendo os registros necessários. Deslocando-se os mesários com a urna até o alto do morro, a Comissão Eleitoral, com a presença de um fiscal de cada chapa passou a fazer a apuração dentro da igreja, aguardando os moradores em frente à mesma. Registrou-se os seguintes fatos: na primeira urna (junto à igreja), na lista de votantes, os números 72, 73, 74, 75 e 76 foram repetidos; o número 185 foi deixado em branco e 233 foi omitido. Sendo assim nesta urna o número de eleitores passa de 281, como consta na lista de assinantes, para 285. Na outra urna também foi omitido o número 89 e um eleitor colocou na urna por engano uma cédula em branco. Nesta urna votaram 206 eleitores. Antes da apuração as urnas foram abertas e contadas as cédulas em cada urna, ainda sem abri-las, e em seguida foram misturadas todas as cédulas por mesários e pelos fiscais e depois foram abertas e contabilizados os votos. O resultado foi o seguinte: 5 votos nulos, 196 votos para a Chapa 2 e 290 votos para a chapa 1. Estando os membros da Comissão e Fiscais de acordo, Paulo Ruver anunciou o resultado para os populares que em grande número aguardavam. Os vencedores festejaram bastante. Após palavras da Comissão Eleitoral no sentido do trabalho desafiador que daquele momento em diante começará, da prova de maturidade da comunidade e do bonito e vitorioso processo democrático, a palavra foi passada para Julcemar Guilardi que falou em nome da chapa eleita. Chamou todos os membros da nova Diretoria para juntarem-se a ele e convocou toda a comunidade para participar do mandato, destacando que não existem mais duas chapas disputando e sim a comunidade que com sua Diretoria buscará melhorar a vida no bairro. Foi sugerido que a posse se dê no sábado, dia 22, pelas 19 horas, mas ficou decidido que a chapa eleita decidirá sobre a data, fazendo-se posteriormente o convite à comunidade. Ficando anexados à presente modelos do “Cadastro de Sócio” e da Cédula usada e não havendo mais o que registrar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pela Comissão Eleitoral, fiscais das chapas e demais lideranças.

ANEXO 16.

Secretário nacional faz visita ao Alto da Caieira

Luiz E. Soares propõe mudanças com envolvimento comunitário

Incrustado no maciço do morro da Cruz e habitado por cerca de 400 famílias, o bairro Alto da Caieira soma uma dezena de problemas de infra-estrutura. No final da tarde de sábado, o lugar recebeu a visita do secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Luiz Eduardo Soares, e do padre Wilson Grogh. O bairro também sofre a violência do tráfico de drogas. Em seu discurso, o secretário do governo Luiz Inácio Lula da Silva destacou que é preciso fazer a conversão das forças políticas para a questão social.

As disputas políticas, no entendimento do visitante, normalmente provocam a dispersão de energia em prejuízo da comunidade. "É preciso desarmar os espíritos", disse ele, que também lembrou a luta atual pela paz em função do confronto entre os Estados Unidos e o Iraque.

Para ele, é necessário construir a paz no dia-a-dia, respeitando as diferenças. "O Brasil chegou a um ponto em que corremos o risco de nos perder na barbárie. É a vida que está em questão", sentenciou.

Luiz Eduardo Soares acredita que as comunidades dos morros de Florianópolis podem dar um bom exemplo para o Brasil. "A sociedade precisa fazer a mudança passo a passo, sem alarde, sem arrogância, e com humildade."

O padre Wilson acrescentou que as comunidades estão

vivendo uma nova etapa na convivência das diversas correntes religiosas. Uma das chapas que concorre à eleição de nova diretoria da associação de bairro tem um perfil ecumênico e aglutina integrantes católicos, pentecostais e protestantes.

PREVENÇÃO

O secretário crê que a ação preventiva na área social estabelecerá, também, uma mudança na situação de exclusão. Na avaliação de Soares, o sentimento de violência nos jovens ocorre normalmente num contexto de desajuste familiar, onde ocorre a rejeição da criança, muitas vezes numa situação de desemprego do pai e não raro aliado ao alcoolismo.

Um dos fatores que aprofundam a violência, segundo o secretário nacional de Segurança Pública, é o fato das instituições

de ensino não seduzirem as crianças. "É lógico que a escola é disciplina e trabalho, mas também deve ser prazer e realização", defendeu ele, sem deixar de lembrar a baixa remuneração dos professores. Para ele, é preciso mudar o roteiro cruel dessas crianças, mudando também o cenário de suas vidas. Para isso, é importante que as comunidades estejam organizadas para construção de ginásio de esportes e a promoção de festas.

A iluminação de vias públicas, com o objetivo de desarmar a "bomba relógio" que ameaça vidas nessas localidades, foi outra iniciativa apontada por Soares, que considera exemplares as posturas alternativas comunitárias em favor de maior justiça, demonstradas, por exemplo, nas letras das músicas do movimento Hip Hop, onde a garotada denuncia as injustiças sociais.



Guilherme Torres

Secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Luiz Eduardo Soares, e o padre Wilson Grogh: ação preventiva

Comunidade reivindica posto de saúde, creche e água encanada

Duas chapas concorreram ontem à eleição da Associação de Moradores do Alto da Caieira. Antes do pleito, havia duas entidades, mas numa assembléia os moradores resolveram unificá-las, criando um novo estatuto. Os eleitores escolheram a chapa preferencial em duas urnas colocadas na igreja da Cruz e no ponto do ônibus do bairro. Para votar, bastava apresentar a carteira

de identidade. A comunidade reivindica áreas de lazer, posto de saúde, creche e água encanada, que não chega na maioria das casas.

As reuniões da associação são realizadas no interior da igreja, uma edificação de madeira construída pela própria comunidade. No porão há uma área aberta que os moradores pretendem fechar para desenvolver atividades com as crianças.

Além dos moradores voluntários, outras pessoas sobem o morro para ajudar nas atividades sociais. É o caso de duas irmãs e nove noviças da Congregação das Irmãs da Divina Providência, que desenvolvem a Pastoral da Integração, fazendo visitas às famílias para conhecer a realidade local, ensinar catequese, entre outras tarefas. O bairro tem problemas sérios de infra-estrutura, mas

um dos mais difíceis é falta de fé das pessoas de que as mudanças são possíveis, avalia a irmã Mariana.

A comunidade é assessorada por acadêmicas do curso de serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Elas desenvolvem há seis meses um trabalho de organização popular previsto na disciplina processo de trabalho em movimentos sociais.

GERAL

ABRIL

ANEXO 17.

PERFIL SÓCIO ECONÓMICO E CULTURAL DOS MORADORES DA COMUNIDADE DO ALTO DA CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES

00/05/2003

Realização: Associação de Moradores do Alto da Caelra do Saco dos Limões

Rua/Referência: _____

Telefone para contato: _____

1 – Identificação dos membros da Família que moram na casa:

	1.1 Nome Completo	1.2 Apelido	1.3 Idade	1.4 Religião	1.5 Grau de Parentesco	1.6 Escolaridade	1.7 Tempo s/ estudar?
1.1				(1) (2) (3) (4)	?	(1)(2)(3)(4) (5)(6)	(1)(2)(3)(4)
1.2				(1) (2) (3) (4)		(1)(2)(3)(4) (5)(6)	(1)(2)(3)(4)
1.2				(1) (2) (3) (4)		(1)(2)(3)(4) (5)(6)	(1)(2)(3)(4)
1.4				(1) (2) (3) (4)		(1)(2)(3)(4) (5)(6)	(1)(2)(3)(4)
1.5				(1) (2) (3) (4)		(1)(2)(3)(4) (5)(6)	(1)(2)(3)(4)
1.6				(1) (2) (3) (4)		(1)(2)(3)(4) (5)(6)	(1)(2)(3)(4)
1.7				(1) (2) (3) (4)		(1)(2)(3)(4) (5)(6)	(1)(2)(3)(4)
1.8				(1) (2) (3) (4)		(1)(2)(3)(4) (5)(6)	(1)(2)(3)(4)
1.9				(1) (2) (3) (4)		(1)(2)(3)(4) (5)(6)	(1)(2)(3)(4)
1.10				(1) (2) (3) (4)		?	(1)(2)(3)(4)
1.11				(1) (2) (3) (4)		?	(1)(2)(3)(4)
1.12				(1) (2) (3) (4)		?	(1)(2)(3)(4)

LEGENDA 1: 1.4: (1) Católica (2) Evangélica (3) Espirita (4) outra? Qual? _____

1.5: (1) Pai (2) Mãe (3) Filho (a) (4) outro? Qual? _____

1.6: (1) Não estudou (2) Primário (3) 1º. Grau Incompleto (4) 1º Grau Completo (5) 2º. Grau Incompleto (6) 2º Grau Completo (7) Superior ????????

1.7: (1) de 0 à 5 anos (2) de 5 à 10 (3) mais de 10 anos (4) ainda está estudando

1.8 Cidade de onde veio/Procedência? _____

1.9 Tempo de Residência na comunidade? _____ anos _____ meses

1.11- Pai e mãe moram juntos na casa? Sim () Não ()

	1.12 RG	1.13 Carteira de Trabalho	1.14 CPF	1.15 Certidão de Nascimento	1.16 Vota em Florianópolis
1.1	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3)
1.2	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3)
1.2	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3)
1.4	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3)
1.5	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3)
1.6	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3)
1.7	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3)
1.8	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3)
1.9	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3) (4)	(1) (2) (3)

LEGENDA 2: 1.10 : (1) Possui (2) Não Possui (3) Perdeu (4) Precisa Renovar

1.11: (1) Possui (2) Não Possui (3) Perdeu (4) Precisa Renovar

1.12: (1) Possui (2) Não Possui (3) Perdeu (4) Precisa Renovar

1.13: (1) Possui (2) Não Possui (3) Perdeu (4) Precisa Renovar

1.14: (1) Sim (2) Não (3) Não Vota

2 – Habitação:

2.1 1- Madeira 2- Alvenaria 3- Mista 4- Outros Qual? _____

2.2 Possui Luz Elétrica autorizada pela CELESC? Sim () Não ()

2.3 Possui Água encanada, autorizada pela CASAN? Sim () Não ()

2.4 Forma de esgoto 1- Céu aberto 2- Rede comunitaria 3- Fossa Séptica 4- Fossa Negra

2.5 Comprovante de propriedade? Sim () Não ()

Se sim: recibo () contrato em cartório ()

Quarto	Sala	Cozinha	Banheiro	Área de Serviço	Depósito	Outro

2.7 O que você faz com seu lixo? 1- coleta (lixeria comunitária) 2-Queima 3-outros O quê? _____

2.8 Dentre os bens relacionados, quais e quantos você possui, encontrando-se atualmente em uso?

1-Aparelho de som () 2- Televisor preto e branco () 3- Televisão a cores () 4-Máquina de lavar ()

5- Geladeira () 6- Liquidificador () 7- Batedeira () 8- Fogão a gás ()

9- Freezer () 10- Automóvel () 11- Computador ()

3- Saúde:

3.1 As crianças da casa estão vacinadas? Sim () Não () Incompleta ()

3.2 Tem grávidas na família? Sim () Não () Se sim; 3.3 Faz acompanhamento pré-natal? Sim () Não ()

Onde? _____

Código/ Número	3.4 Data da última consulta ao ginecologista?
	(1) (2) (3)
	(1) (2) (3)
	(1) (2) (3)
	(1) (2) (3)
	(1) (2) (3)

LEGENDA 3: (1) Até um ano (2) Mais de um ano (3) Nunca fez

Cigarro () Drogas () Alcool () Outro () Qual? _____

3.7 Tem algum doente crônico/doença incurável em casa? Sim () Não ()
 Quantos? _____

3.8 Em caso de resposta afirmativa, qual (is) doença (s)?

- () Alergia
- () açúcar no sangue/Diabetes
- () Asma/Bronquite
- () Diarréia
- () Desnutrição
- () Doença venérea
- () Deficiência de órgãos dos sentidos
- () Deficiência física
- () Infecção de pele
- () Aids

- () Câncer
 - () Doenças Cardíacas
 - () Pressão alta
 - () Poliomielite
 - () Problema na coluna
 - () Problema de dente
 - () Tuberculose
 - () Vermes
 - () Outras
- Qual? _____

4 – Trabalho:

	4.1 Profissão	4.2 Atividade Desenvolvida	4.3 Local	4.4 Renda				4.5 Sindicalizado	4.6 Tempo de Trabalho	4.7 Transporte que utiliza
1.1							,00	(1) (2)		(1)(2)(3)(4)
1.2							,00	(1) (2)		(1)(2)(3)(4)
1.2							,00	(1) (2)		(1)(2)(3)(4)
1.4							,00	(1) (2)		(1)(2)(3)(4)
1.5							,00	(1) (2)		(1)(2)(3)(4)
1.6							,00	(1) (2)		(1)(2)(3)(4)
1.7							,00	(1) (2)		(1)(2)(3)(4)
1.8							,00	(1) (2)		(1)(2)(3)(4)
1.9							,00	(1) (2)		(1)(2)(3)(4)
1.10							,00			(1)(2)(3)(4)
1.11							,00			(1)(2)(3)(4)
1.12							,00			(1)(2)(3)(4)

LEGENDA 3: 4.5: (1) Sim (2) Não

4.9: (1) Ônibus (2) Carro próprio (3) Não utiliza Transporte (4) outro Qual? _____

O que? _____

4.9 Em caso de resposta afirmativa, o quê o impede? _____

	4.10 Qual (is) curso (s) já realizou para ter uma profissão?	4.11- Qual(is) curso (s) gostaria de fazer?	4.12 Qua?????
1.1			
1.2			
1.2			
1.4			
1.5			
1.6			
1.7			
1.8			
1.9			
1.10			
1.11			
1.12			

4.12 Em relação ao interesse em fazer cursos, que dias e horários você tem disponível?

Dias: () Segunda () manhã () tarde () noite
() Terça () manhã () tarde () noite
() Quarta () manhã () tarde () noite
() Quinta () manhã () tarde () noite
() Sexta () manhã () tarde () noite
() Sábado () manhã () tarde () noite
() Domingo () manhã () tarde () noite

5 – Lazer:

5.1 O que sua família faz nas horas de lazer? _____

6.1 Quais os 3 maiores problemas que a comunidade enfrenta em sua opinião?

1 _____

2 _____

3 _____

6.2 Qual a solução que você aponta para resolve-los?

1 _____

2 _____

3 _____

7- Associação de Moradores – AMAC:

7.1 Na sua opinião, quais as obras e/ou ações que foram iniciadas nas gestões anteriores que a nova diretoria da AMAC deveria dar continuidade?

1 _____

2 _____

7.2 Você gostaria de realizar algum Trabalho Comunitário? Sim () Não () Se sim;

() mutirão

() atividades festivas

() atividades esportivas

() atividades religiosas

() bingos beneficentes

() outros

Qual? _____

ANEXO 18.

PROJETO



Integrando o Poder Judiciário para de cidadã

O que é?

É uma ação descentralizada da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, em parceria com os Conselhos Comunitários, tendo como objetivo garantir o sentido pleno de Cidadania e Solidariedade, proporcionando inclusive SUPORTE JURÍDICO, quando necessário, através de Advogados.

DATA:

23 de Agosto de 2003 - Sábado

HORÁRIO:

das 09:00 às 17:00 horas

LOCAL:

**Colégio Lúcia do Livramento Mayvorme
(Associação de Moradores do Alto da Caeira)**

**Rua General Vieira da Rosa, 1050 - Monte Serrat
Centro - Florianópolis - Santa Catarina**

SERVIÇOS OFERECIDOS:

- ATENDIMENTO JURÍDICO COM OAB/SC
- TÍTULO DE ELEITOR
- CARTÓRIO
- CARTEIRA DE IDENTIDADE - 2 FOTOS 3X4 - CERTIDÃO DE NASCIMENTO ORIGINAL E MAIOR DE 14 ANOS
- INFORMAÇÕES DE ALISTAMENTO MILITAR
- ATENDIMENTO DO PROCON
- LABORATÓRIO EXAME - EXAME GLICEMIA - ACIMA 40 ANOS
- DR. FLY - VERIFICAÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL
- DISTRIBUIÇÃO DE PRESERVATIVOS - FAÇA
- FOTO 3X4 (SOMENTE PARA DOCUMENTOS EMITIDOS NO EVENTO)
- XEROX DE DOCUMENTOS
- CORTE DE CABELO
- INSS - PREVIDÊNCIA
- CPF
- REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER
- PROERD - POLÍCIA MILITAR
- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
- COMCAP - RECICLAGEM LIXO

OBS.: DISTRIBUIÇÃO DE SENHAS ATÉ 15:30 HORAS OU CONFORME A DEMANDA

ANEXO 19.

Jornal da



Associação de Moradores do Bairro Alto da Caeira

CNPJ N° 05577322/0001-11 REG 178603 FOLHAS 220 LIVRO 30-A EDIÇÃO N° 1 - SETEMBRO DE 2003

editorial

Juntos comemoramos conquistas Juntos teremos muitos desafios

com grande satisfação que, estamos lançando o JORNAL DA AMAC, que será o nosso veículo bimestral de comunicação com nossa comunidade e, também com outras entidades comunitárias.

Quando assumimos a Direção da Associação de Moradores prometemos realizações importantes para nosso povo, que sofre com as mais diversas dificuldades. Implementamos uma forma diferente de fazer as coisas, levando em consideração que as pessoas merecem ser respeitadas e, dentro desta visão, procuramos sempre mostrar serviço ao nosso bairro sem onerar os nossos moradores.

Construímos quatro lixeiras coletivas até o presente momento, outras mais serão construídas na medida em que formos captando recursos para melhorar a coleta do lixo. Fizemos distribuição gratuita de 2500 (duas mil e quinhentas) peças de roupas usadas, de boa qualidade contemplando as pessoas menos

favorecidas que aqui residem. Também distribuímos 88 (oitenta e oito) cestas básicas de produtos alimentícios de primeira necessidade, tomando como critério para distribuição as pessoas desempregadas e aquelas que têm renda percapita (por pessoa da família) de até R\$ 92,00 (noventa e dois reais). Estes alimentos foram conseguidos através da Rede Treze entidade do Programa Fome Zero em Santa Catarina.

Realizamos o Levantamento Sócio Econômico e Cultural (cadastramento de todas as famílias residentes no bairro), que nos possibilitou conhecer a realidade de cada uma e, nos orienta para termos critérios justos nas distribuições de donativos, bem como montar projetos de busca de recursos.

Prometemos que enfrentaremos os problemas em relação à conservação da rua, a questão fundiária (legalização dos terrenos) e também do problema crônico da falta de rede de água potável. Estes serão tema para nossa

segunda Assembléia Geral de Moradores que hoje estamos realizando, contando com o apoio de todos que aqui residem e, os visitantes de hoje.

Dispomos de recursos financeiros para iniciar a primeira etapa de conservação da rua de acordo com demonstrativo a seguir colocado. Também temos parte dos recursos para concretizarmos a construção de nossa Sede Social, que será nosso ponto de referencia, onde deverão acontecer cursos profissionalizantes a fim de nos preparar para a disputa no mercado de trabalho (*este recurso financeiro também está demonstrado a seguir*).

Estamos sendo muito bem assessorados. Temos a ajuda permanente da professora Simone Machado, nossa assistente social e, pela acadêmica Fabiani Witt, estudante de Assistência Social da UFSC. Temos também o apoio de parlamentares. Por isso não nos esmorecemos apesar das dificuldades.

OAB Cidadã integra nossas comunidades

No dia 23 de agosto a nossa comunidade foi contemplada com o Projeto OAB

CIDADÃ, que com muita luta conseguimos trazê-lo para nosso povo. Por não possuímos espaço físico a atividade foi realizada no Colégio Lúcia do Livramento Mayvorme. Além dos moradores do Alto da Caieira, neste dia também a Comunidade do Bairro Monte Serrat foi atendida. Para a diretoria da Amac, o resultado desse dia foi fantástico sob todos os aspectos.

Atendemos 2027 (duas mil e vinte e sete pessoas), de acordo com relatório da Ordem dos Advogados do Brasil-SC. Veja ao lado o que foi feito:

Título de Eleitor: 114 (cento e quatorze) atendimentos.
Cadastro de Pessoa Física (CPF): 181 (cento e oitenta e um) atendimentos
Carteira de Identidade: 128 (cento e vinte e oito) atendimentos
Serviço Militar: 15 (quinze) atendimentos
Carteira de Trabalho: 42 (quarenta e dois) Atendimentos
Atendimentos do PROCON: 6 (seis) atendimentos
Questões Jurídicas: 9 (nove) atendimentos/OAB
Fotos: 286 (duzentos e oitenta e seis) atendimentos
Corte de Cabelo: 179 (cento e setenta e nove) atendimentos
Serviço de Xerox: 142 (cento e quarenta e dois) atendimentos
Secretaria de Saúde: 62 (sessenta e dois) atendimentos
Previdência (INSS): 57 (cinquenta e sete) atendimentos
Fund. de Esportes: (Ativ. Esportivas): 600 (seiscentos) atendimentos
FAÇA (Exames): 102 (cento e dois) atendimentos
Exames Dr FLY: 28 (vinte e oito) atendimentos
Vacinas: 29 (vinte e nove) atendimentos
COMCAP (Reciclagem): 47 (quarenta e sete) atendimentos
TOTAL GERAL: 2027 (dois mil e vinte e sete) atendimentos

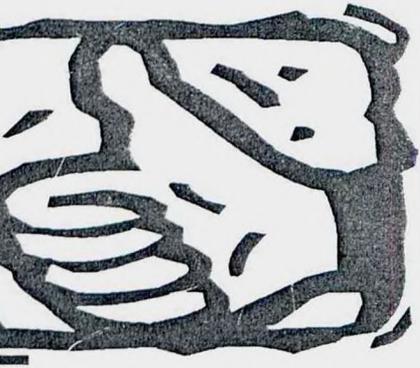
agradecimentos



Agradecemos às pessoas da Comunidade abaixo relacionadas que nos ajudaram trabalhando no Evento, são elas: Maicon Ricardo Pereira dos Santos, Albertina R. Steinbach, Soeli Teodoro, Asemoti Ferreira de Moraes, Jair A. Caminski, Dorival Lopes, Ronabio A. Pinheiro, Vaina M. Carvalho, Everton R. da Silva, Janice R. Silveira, Dideane Cynara A. Nunes, Cleonice A. Varela, Fátima Pressi, André L P dos Santos, Valdecir Cirino (Polaco) Gileard da S. da Paixão, Domingos A Pereira, Wilson Freitas, Tereza Ribeiro, Francieli A. Teodoro, Sônia J. Araújo, Eleimar A Pereira, Eleimir A Pereira, Fabiani Witt, Ivani Gobbi, Ana Rosa Antunes, Pedro Machulac, Cedenir Antonio Simon, Ana L. A. Pereira dos Santos, Professora Simone Machado (Assistente Social) e Léo Francisco Lopes.

Agradecemos também ao Deputado Mauro Passos por patrocinar a alimentação e ao Sr Ranieri Bittencourt pela filmagem do evento, à Diretora do Colégio e a todos os funcionários pelo carinho a nós dispensado.

A todos o nosso **MUITO OBRIGADO EM NOME DE TODA DIRETORIA.**



Prestando contas

No dia 02 de julho de 2003, a AMAC prestou contas de uma subvenção social de R\$ 2.000 (Dois Mil Reais), liberada pelo Deputado Estadual Afrânio Boppré, com a finalidade de fazermos o nosso

Levantamento Sócio Econômico e Cultural, de acordo com protocolo número 0001363, Notas Fiscais nº 146445 - Prof Simone e, 144019 - Fabiani Witt.

Portanto estamos com nossas contas em dia junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

A Conta Corrente da Amac fica na Agência BESC, nº 31687-3

A nossa conta está assim:
R\$ 1000 (Um mil Reais) - Doação da Professora Simone, destinada a adquirir uma sede;

R\$ 300 (Trezentos reais)- Doação Fabiani Witt também destinada à sede.

Dispomos de R\$ 500 (Quinhentos reais) para arrumar a Rua da Felicidade, provenientes do Torneio realizado na comunidade. Sendo R\$ 324,40 (Trezentos e Vinte e Quatro reais e Quarenta Centavos) e R\$ 217,05 (Duzentos e Dezessete Reais e Cinco Centavos), dados pelo Presidente da AMAC.

TOTALIZANDO EM CAIXA, CONFORME EXTRATO AO LADO:
R\$1.841,45, (Um Mil Oitocentos e Quarenta e Um Reais e Quarenta e Cinco Centavos)

BESC - 707 - ESTADO INTERNO 240703
AGÊNCIA BESC - 31687-3
NOME: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIOECONÔMICA DA RUA DA FELICIDADE

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
02/07/2003	SAÍDA ANTÉRIO	1.000,00		
02/07/2003	DEP. SIMONE	1.000,00		
02/07/2003	DEP. FABIANI	300,00		
02/07/2003	DEP. SIMONE	324,40		
02/07/2003	DEP. FABIANI	217,05		
02/07/2003	DEP. SIMONE	1.000,00		
02/07/2003	DEP. FABIANI	300,00		
02/07/2003	DEP. SIMONE	324,40		
02/07/2003	DEP. FABIANI	217,05		
TOTALIZANDO EM CAIXA				
R\$ 1.841,45				

DICAS AOS MORADORES DA NOSSA COMUNIDADE



Evitar o desperdício de água pois já é escassa em nossa comunidade.



Não deixem mangueiras com vazamentos.



Manter os animais bem tratados, mesmo os cachorros que andam soltos e mal cuidados pelas ruas.

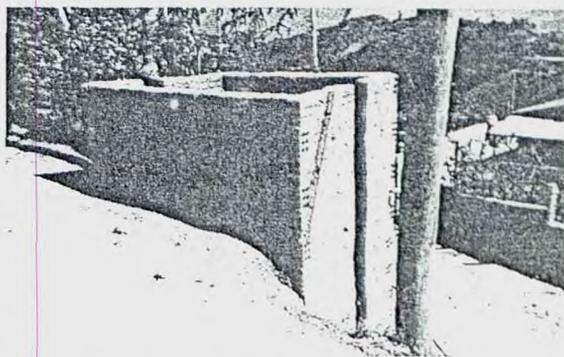


Vamos colocar o lixo nas lixeiras, de preferência nos dias em que o recolhimento é feito, evitando assim que os animais possam destruir as sacolas de lixo facilitando com isso a proliferação de doenças, o aparecimento ainda maior de ratos e, poluindo a nossa comunidade com restos de comida e outras coisas espalhadas por todos os lados do bairro.

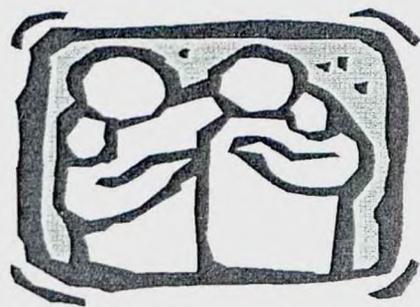


Vamos manter a PAZ e a HARMONIA entre todos nós, pois isso é de fundamental importância para a

boa convivência comunitária e, nos ajuda a conquistar os nossos objetivos primordiais na luta pela solução dos problemas da água, da energia elétrica, da conquista de nossa Sede Social da pavimentação de nossa Servidão, do respeito à nossa cidadania, na construção das igrejas que a comunidade tanto deseja e está lutando para tornar realidade.



Com muito esforço da comunidade e da Amac, construímos quatro lixeiras como esta. Lamentavelmente algumas pessoas as estão depredando. Juntos iremos consertá-las, mas é importante que **TODOS** ajudem na sua preservação.



Juntos seremos mais fortes, e a diretoria da nossa Associação de Moradores está lutando para fazer do nosso bairro, um lugar melhor de se viver. Para isso contamos realmente, com o apoio e a colaboração de todos os moradores.

Alguns moradores, e não são poucos, já vêm nos ajudando. A prova mais clara foi o dia da realização do evento da OAB CIDADÃ realizado em parceria com a AMAC, onde sobraram voluntários da comunidade para nos ajudar no árduo trabalho de atender a tantas pessoas, conforme números apresentados na página 2

Estamos todos nós de parabéns realmente e, esperamos contar com todos cada vez mais, pois povo unido e povo muito forte. **MUITO OBRIGADO A TODOS** e vamos em frente.

Expediente

JORNAL DA AMAC é o informativo da Associação dos Moradores do Alto da Caieira. Diretor responsável pela redação: Julcemar Guilardi, Presidente da Amac.

Endereço: Servidão da Felicidade, 821. Caixa Postal 269. CEP 88045-398, Florianópolis - SC. Fone: 48 333-5605

Jornalista Responsável: Alessandra Mathyas (SC 00755 JP)

Tiragem de 500 exemplares. Distribuição GRATUITA à Comunidade.

ANEXO 20.

Conferência das Cidades e sede própria

Conforme nos propusemos ao assumirmos a presidência de nossa entidade comunitária, estamos fazendo o nosso papel de representar a população local nos mais diversos setores da sociedade. Com este espírito participamos da 1ª Conferência Estadual das Cidades, realizada aqui em Florianópolis, do dia 28 a 30 de setembro deste ano, com a participação de comunidades de todo estado. Na condição de delegado do movimento comunitário, tivemos oportunidade de contribuir na busca de solução dos problemas comuns das populações da cidade e do campo.

O evento foi fundamental para o estado de Santa Catarina, pois pela primeira vez em toda a história, um ministro de estado do Brasil esteve presente debatendo e colocando para apreciação do povo, as idéias do governo federal sobre a sobrevivência das pessoas menos favorecidas, tentando resolver problemas relacionados à moradia, emprego, transporte e na diminuição da lacuna entre os que tem muito em relação aos que, como nós, vivem na mais absoluta miséria.

Como disse o ministro das cidades, Olívio Dutra, o Brasil tem uma conta social muito grande com o trabalhador bra-



O presidente da AMAC Julcemar Guilardi entre o Deputado Estadual Afrânio Boppré (PT) e o Ministro das Cidades Olívio Dutra (de bigode)

sileiro e nós precisamos resgatar esta dívida que tanto faz sofrer nossa comunidade e outras. Lutaremos muito, porque nada será fácil, mas se persistirmos, venceremos as barreiras e teremos, num médio espaço de tempo, uma vida melhor com certeza.

Por outro lado, a diretoria, juntamente com a valorosa contribuição do nosso povo, está prosseguindo com realizações importantes, como o conserto da nossa rua, com recursos conseguidos por nós mesmos junto a importantes parceiros e na própria comunidade, dando

assim um exemplo prático de que juntos, jamais seremos vencidos.

Conseguimos finalmente comprar um imóvel com uma pequena construção em madeira para ser a sede de nossa associação. A sede beneficiará todos os moradores, sem distinção de religião, raça, cor ou idéias, pois é nas diferenças que bem debatidas se chega ao consenso, e todos teremos a ganhar com isso, portanto continuemos juntos e de mãos dadas lutando pelos nossos direitos e nossa dignidade. ~~~

Julcemar Guilardi (Presidente)

AMAC terá sede a partir do ano que vem

A Associação dos Moradores do Alto da Caieira terá sua sede própria. Foi comprado no dia 20 de novembro um terreno de 399 metros quadrados com uma casa de dois pisos. A AMAC pretende reformar o local para melhor servir a população.

Para a compra da sede foram gastos R\$ 2.600,00.

Os planos da AMAC para a reforma da sede devem começar em março do ano que vem. A idéia é, em um primeiro momento, trocar

a construção de madeira por uma de alvenaria. Apenas o piso do segundo andar continuaria sendo o mesmo. Além disso, a casa deverá ser aumentada. Ela passaria dos atuais 36 metros quadrados para 68 metros quadrados. Com isso, a sede poderá abrigar cerca de 40 pessoas.

Além de ser um espaço para as reuniões da AMAC, a sede também será usada para pro-

porcionar cursos profissionalizantes para a população. Segundo o presidente da associação, Jucemar Guilardi, os primeiros cursos deverão ensinar os serviços de pintor, marceneiro, encanador, cozinheiro e ele-

Oliveira, de 39 anos, é uma das que se beneficiaria com as aulas. Ela cursou até a segunda série do primeiro grau, abaixo da média de escolaridade do bairro, que é até a quarta série. "Até para nós que somos

mais velhos é importante aprender a ler e escrever", diz a dona Maria.

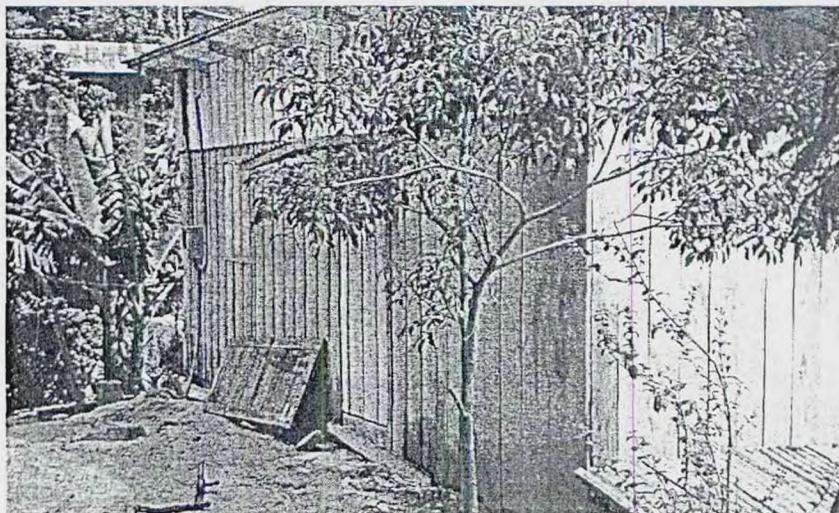
Mas o sonho não pára por aí. Futuramente, a AMAC quer fazer da sede uma sala de ensino de computação. "Se possível, nós vamos colocar cinco compu-

tadores para aulas de informática", diz o presidente da AMAC.

A compra da sede foi o primeiro passo para realizar esses planos. Agora, a Associação dos Moradores do Alto da Caieira conta com o apoio de todos os moradores para melhorar, não só a sede, como todo nosso o bairro. ~

Renato Machado

Wladimir D'Andrade



Nova sede vai passar por reformas antes da inauguração no ano que vem

tricista. "O que nós queremos é capacitar os moradores do bairro para o mercado de trabalho, já que muitos estão atualmente desempregados", diz Julcemar.

Outro plano da associação para o futuro é usar o espaço da sede para aulas de alfabetização. A AMAC pretende contar com o apoio de voluntários para trabalharem como professores.

A dona Maria de Lurdes de

EXPEDIENTE

O Jornal da AMAC é um informativo da Associação de Moradores do bairro do Alto da Caieira (CNPJ nº 05577322/0001-11 REG 178603 Folha 220 Livro 30-A).

Endereço: Rua Servidão da Felicidade 821.

Caixa postal 269, cep 88045-398

Florianópolis, Santa Catarina

Fone: (48) 336 5605

Diretor responsável pela redação:

Julcemar Guilardi

Jornalista responsável:

Lucio Baggio SC-01084-JP

Reportagem, edição e diagramação:

Maurício Frighetto

Renato Machado

Wladimir D'andrade

Fotografia:

Wladimir D'andrade

Tiragem: 500 exemplares

Distribuição gratuita à comunidade

Fechamento da edição:

Dia 15 de dezembro de 2003.

Colaborador:

Bruno Moreschi

AGRADECIMENTOS:

O ano de 2003 foi de muitas dificuldades mas de muitas conquistas também. Uma comunidade melhor se faz com a ajuda de todos. Queremos agradecer a todos os moradores que de alguma forma ajudaram a nossa comunidade. Aqui vai um agradecimento especial ao vereador Nildomar Freire dos Santos (Nildão) e à assistente social professora Simone Machado por terem nos ajudado em todas as nossas lutas durante o ano em curso.

A compra do imóvel da futura sede e o conserto da rua Servidão da Felicidade foi muito gratificante para nós. Abaixo vai um agradecimento àqueles que nos auxiliaram financeiramente, o que foi essencial para essas conquistas:

Na compra da sede colaboraram:

- o presidente da Eletrosul, Milton Mendes de Oliveira - R\$ 3.000,00;
- o Deputado Federal Mauro Passos - R\$ 700,00;
- a pastoral da criança 300,00.

No conserto da rua colaboraram:

- a Senadora Ideli Salvatti - R\$ 400,00;
- o deputado estadual Afrânio Boppré - R\$ 150,00;
- o vereador: Márcio de Souza - R\$ 50,00;
- o vereador Lázaro Bregue Daniel - R\$ 30,00;

No conserto da rua colaboraram os moradores:

- Sérgio- R\$ 40,00
- Renato Rosa- R\$ 20,00
- Antônio Cirino- R\$ 10,00
- Fábio Renan- R\$ 10,00
- Valdecir Cirino- R\$ 10,00
- Claudedir Cirino- R\$ 10,00
- Elias dos Santos- R\$ 10,00
- Emílio Ferraz Antão - R\$ 10,00
- Lírio Disner- R\$ 5,00

Quando vamos ter água ?

Durante o apagão, no final do mês de outubro, os habitantes de Florianópolis sentiram o drama que passam os moradores do nosso bairro. Se ficar sem água e energia elétrica por mais de dois dias já foi suficiente para causar uma confusão, imagine aqueles que nunca tiveram água encanada e luz regularizada.

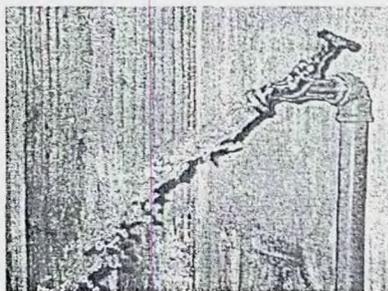
Segundo o levantamento sócio-econômico realizado pela AMAC, quatro em cada 10 moradores do mor-

ro não têm esses benefícios. É lógico que o povo do Alto da Caiçara dá um jeitinho. Mas o que todo mundo quer é a regularização desses serviços.

A AMAC solicitou à CASAN a instalação de uma rede geral para o fornecimento de água para o bairro. A empresa se mostrou disposta a fazer o serviço, mas um problema com a prefeitura de Florianópolis impede

que os moradores tenham direito à água tratada.

O Alto da Caiçara é considerado uma Área de Preservação Permanente e por isso a prefeitura não permite a instalação da rede de água. Segundo o presidente da associação, Julcemar Guilardi, o poder público não impediu que os primeiros moradores construísem suas casas no local, há mais de 30 anos. "Nós podemos morar aqui, mas não temos direito



Quatro entre cada dez moradores do bairro não tem água regularizada

a água, nem energia elétrica", diz o presidente.

Para resolver esse problema foi realizado uma audiência no ministério público no dia 15 de dezembro. Até o fechamento deste jornal, não tínhamos as informações de como foi a discussão ou de prováveis soluções para o problema. *m*

Renato Machado

PRESTANDO CONTAS À COMUNIDADE:

DESPESAS:

2.600,00

- aquisição da sede própria.

1.840,00

- serviço de terraplanagem da rua.

61,60

- despesas de cartório.

total de despesas:

4.501,60

RECEITAS:

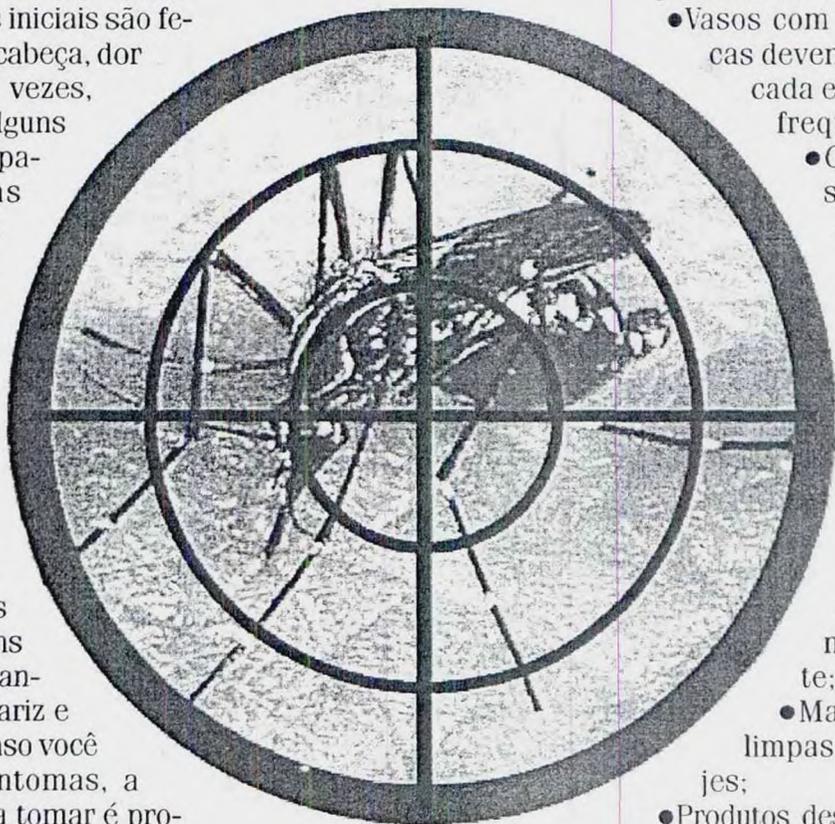
2.461,89

- para aplicar na sede

Dengue: cuidados simples podem evitar transtornos maiores neste verão

Com a chegada do verão deve-se ter um cuidado especial com a dengue, uma doença transmitida por um mosquito parecido com o pernilongo. Os sintomas iniciais são febre alta, dor de cabeça, dor no corpo e, às vezes, vômitos. Em alguns casos podem aparecer manchas vermelhas na pele, um pouco semelhantes às da catapora e caxumba, de três a quatro dias após o início da febre. Essas manchas podem provocar coceira. Outros sintomas comuns são pequenos sangramentos no nariz e nas gengivas. Caso você tenha estes sintomas, a melhor atitude a tomar é procurar um médico. Mas o melhor método para combater a dengue é evitar a procriação do mosquito transmissor, eliminando todos os depósitos com água parada e limpa que possam servir de criadouro para

ele. Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os únicos estados brasileiros que não tem casos de dengue pegos dentro



do seu território. A prevenção é responsabilidade de todos e é a única maneira para manter esta doença fora de sua região. Aqui vão algumas dicas para combater a dengue:

- Mantenha cobertas as caixas d'água, vasos, barris, cisternas, pneus velhos e qualquer outro recipiente que possa reter água da chuva;

- Vasos com plantas aquáticas devem ter a água trocada e ser limpos com frequência;

- Garrafas devem ser guardadas de cabeça para baixo, para evitar que se acumulem a água da chuva, de preferência em um local coberto;

- Troque a água de bebedouros dos animais diariamente;

- Mantenha sempre limpas as calhas e lajes;

- Produtos descartáveis, como copos plásticos, devem ser jogados dentro do lixo para que o mosquito não se prolifere. ~

Maurício Frighetto

Fonte: Hospital de Saúde de Caxias do Sul

NÃO ESTRAGUE AS LIXEIRAS

Elas foram construídas para atender toda a comunidade e tentar deixar o bairro mais limpo. Além disso é necessário colocar todo o lixo dentro das lixeiras. Parece óbvio mas não é o que está sendo feito no nosso bairro.

ECONOMIZE ÁGUA

Todos do bairro sabem que temos um grande problema com água. Já é muito difícil conseguí-la e por isso devemos economizar. Lave todas as roupas de uma só vez e avise a AMAC quando algum cano da comunidade estiver vazando.

CARTAS

Mande suas críticas, sugestões e opiniões para o próximo Jornal da AMAC. Isso é muito importante para que os próximos jornais fiquem melhores. Você pode deixar sua mensagem para o presidente Julcemar Guilardi..

ANEXO 21.

AMAC

Associação de Moradores do Bairro Alto da Caieira

Florianópolis, Fevereiro de 2004

Ano 2- Edição nº. 3

Problema da água pode chegar ao final

A pesar de a última audiência para resolver o problema da falta de água no bairro não ter apontado uma solução imediata, o impasse parece estar um pouco mais perto de ser resolvido. Mais uma vez a CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) mostrou interesse em ter os moradores do Alto da Caieira como clientes.

Na audiência do dia 15 de dezembro, o bairro foi representado por quatro diretores da AMAC. A reunião durou mais de cinco horas. Foi apresentado para o Ministério Público (MP) o levantamento sócio-econômico do bairro e explicado a necessidade que os moradores tem de um sistema de abastecimento de água.

Segundo o presidente da AMAC, a Companhia Catarinense se mostrou novamente interes-

sada em fornecer água para o alto da Caieira. "Ficou nítida, assim como já havia ficado na primeira audiência, a vontade que a CASAN tem de vender água para os nossos moradores".

Uma nova audiência, que ao que tudo indica será a decisiva, será realizada no início de março. O MP se comprometeu a convocar o Poder Público Municipal, a CASAN e o Governo do Estado para discutir.

No último dia 21 de janeiro, a população do bairro foi até o gabinete do presidente da CASAN,

Walmor de Luca, para mais uma vez explicar a importância do abastecimento de água. Cerca de 100 moradores foram até o

prédio da companhia, mas ficou acertado que apenas 49 deles entrariam.

Foi desarquivado um projeto de

**CASAN
disposta a
instalar água no
Alto Caieira**



1997, que previa a instalação de uma rede de água e esgoto. Na época, ele estava orçado em R\$ 200 mil. Uma equipe técnica e jurídica de voluntários vão estudar a viabilidade do projeto.

De Luca disse que há a possibilidade de este projeto ser colocado em prática ainda em 2004.

**segundo piso
deve ficar pronto nos
próximos dias**

Lela na pág _____ 3

**Natal sem fome
distribui mais de três
toneladas de alimento**

Lela na página _____ 4

**Amac agora tem
programa semanal na
Rádio 102.9 FM**

Lela na página _____ 3

Editorial

Ano de 2004 e sua importância

Somos uma massa em uma situação adversa, excluídos do contexto da sociedade florianopolitana, vivemos em uma área considerada Área de Preservação Permanente (APP). O poder público municipal nos deixa por conta da própria sorte, não permite que tenhamos acesso a bens essenciais, como regularização fundiária, energia elétrica e saneamento. Não nos oferece nenhum tipo de assistência de saúde, a segurança.

2004 tem uma importância elementar para a cidade, principalmente para a comunidade. É ano de eleições municipais, onde teremos mais uma oportunidade de olhar o prefeito(a) e os vereadores. Muito em breve começaremos a aparecer pessoas batendo na porta de nossas casas para pedir o voto. Nesta hora faremos, então, alguns questionamentos. Devemos perguntar o que nos dá o direito de votar e quem nos dá o direito de sermos eleitos para a nossa comunidade? Por onde estiveram durante

os últimos anos? Porque se lembramos de nós só agora? Precisamos esclarecer estas e outras questões. Cuidado com oportunistas de última hora que oferecem alguns trocados, cesta básica, roupa, festinha para as nossas crianças em troca de voto. Não podemos errar outra vez, já pagamos um preço muito alto por não levarmos isto em

consideração nos últimos anos.

Temos uma arma importante em nossas mãos, e devemos usá-la com consciência. Esta arma, por incrível

que pareça é o nosso VOTO.

Pelo nosso bem e de nossos filhos, lembremo-nos: somos seres humanos esquecidos por estes que hoje estão aí "governando e legislando". É claro que existem exceções, mas nesta caixa tem muito mais maçã podre do que boa. Faremos valer nossa dignidade, acima de tudo.

A Diretoria

"Temos uma arma muito importante nas mãos: o VOTO"

Respeito à comunidade e educação

A depredação de uma lixeira comunitária, ocorrida em fevereiro, revela um problema que precisa ser discutido, coletivamente.

Zelar pelo patrimônio que é de todos e todas moradores da comunidade é uma regra básica de boa convivência, de edu-

cação. O trabalho da AMAC é orientado por este princípio.

O lixo espalhado é um convite às doenças, que podem atingir diretamente, por exemplo, nossas crianças.

Se cada um fizer a sua parte todos ganham. Nossa comunidade precisa desse gesto.

Prestando Contas

Saldo anterior
R\$ 2.461,89

Despesas
R\$ 1.500,15
material de construção para a sede da AMAC
R\$ 100,00
frete dos alimentos distribuídos à comunidade no dia 27 de dezembro de 2003

Total de despesas
R\$ 1.600,15.

Total - Conta BESC
R\$ 861,74



O Jornal da AMAC é um informativo da Associação de Moradores do bairro do Alto da Caieira (CNPJ nº 05577322/0001-11 REG 178603 Folha 220 Livro 30-A).

Endereço: Rua Servidão da Felicidade, 821
Caixa postal 269, cep 88045-398
Florianópolis, Santa Catarina
Fone: (48) 336 5605

Diretor responsável pela redação:
Jucemar Guilardi

Jornalista responsável:
Lúcio Baggio

Reportagem, edição e diagramação:

Maurício Frighetto

Renato Machado

Wladimir D' Andrade

Fotografia:

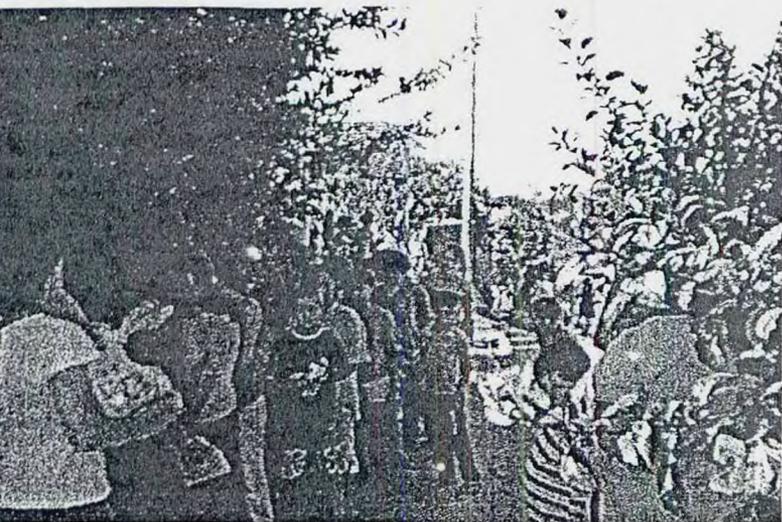
Jucemar Guilardi

Tiragem: 500 exemplares

Distribuição gratuita à comunidade

Fechamento da edição:

Fevereiro de 2004



Famílias beneficiadas no Natal sem Fome receberam as cestas básicas

Mais de três toneladas de alimentos são entregues às famílias do Alto da Caeira

Três toneladas. Essa foi a quantidade de alimentos arrecadados pela AMAC na campanha Natal Sem Fome para os moradores do Alto da Caeira. Ao todo, 300 famílias receberam cestas básicas no último natal.

Os beneficiados foram escolhidos de acordo com o levantamento sócio-econômico realizado no ano passado pela AMAC. Pelos dados, as 300 famílias mais pobres da comunidade, que fizeram fila para ganhar o presente de natal, receberam uma cesta básica cada.

Os alimentos foram arrecadados em inúmeros eventos ao longo do ano. À Sociedade Amigos da Caeira (SAC - Cre-

che Dona Inácia) foram doados 600 quilos. Outros 175 quilos destinaram-se ao Projeto Escrava Anastácia (Mont Serrat)

A maior parte foi repassada pelo Comitê da Ação da Cidadania Contra a Fome.

Através de eventos e pedágios. O Comitê conseguiu 40 toneladas de alimentos, vindas do Rio de Janeiro, que foram divididos pelas associações que ajudaram na campanha. Entre as atividades,

está a corrida contra a fome, que aconteceu na avenida Beira-Mar Norte. Outra maneira de conseguir os alimentos foi a venda de adesivos da campanha nas ruas e praças, como também pedindo doações aos clientes de supermercados.



Mais lixeiras depredadas

Mesmo com os pedidos da edição passada, alguns dos moradores da comunidade continuam depredando as lixeiras. Elas foram construídas para facilitar a vida dos moradores e evitar que o lixo se espalhe pelas ruas. Limpeza e higiene é uma questão de saúde. Vamos zelar por isso.

O mesmo problema ocorre com as lâmpadas de postes

Muitos dos postes das ruas da nossa comunidade estão sem lâmpadas por causa da depredação de algumas pessoas. Fiquem sabendo aqueles que acham estes atos de vandalismo uma diversão que isso apenas contribui para o transtorno de todos os moradores do nosso bairro.

Alto da Caeira: vamos economizar água!

Nossa comunidade já tem, há muito tempo, que conviver com o grande problema da água regularizada. Por isso, devemos economizar! Caso veja alguma mangueira, ou cano vazando, avise ao morador da casa onde está o problema, para consertá-lo imediatamente.

Erros da última edição

Na última edição do Jornal Amac (nº 2, dezembro 2003), página 3, os nomes de duas pessoas foram escritos como sendo um só. Emílio Ferraz Antão. O correto é: Emílio Ferraz e Antão Alvez. A equipe do Jornal da AMAC pede desculpas por esse erro. E qualquer outro, por favor, informe-nos.

Segundo piso pronto em uma semana

O piso superior da nova sede da Associação dos Moradores do Alto da Caieira (AMAC) deve estar todo coberto até o final da próxima semana.

Uma das razões para isso é o empenho de Luis Carlos Alves Gomes, o Carlinhos, que há cerca de 20 dias se dedica às obras.

Carlinhos, de 36 anos, o único funcionário na obra, trabalha diariamente durante dois períodos. O salário pago pela AMAC é menor do que outros funcionários cobriam pelo serviço. “Estou trabalhando aqui para dar uma força para associação, até porque depois que a nova sede estiver pronta, todos nós vamos poder usá-la”, afirmou.

O funcionário completou a 5ª série e não teve mais oportu-

nidade de estudar. Hoje manifesta interesse em fazer os cursos que serão oferecidos pela AMAC. “Se tiver chance, eu quero estudar para poder pegar melhores trabalhos”, diz Carlinhos.

Natural de Lages, Carlinhos mudou-se para Florianópolis há oito anos.

Veio para a capital do estado porque sua esposa estava doente e a cidade oferecia melhores condições para o tratamento. O Alto da Caieira foi o primeiro bairro em que ele se estabeleceu e onde permanece até hoje.

O piso superior da nova sede da AMAC terá uma área de 54,8 m². Na primeira semana de março começarão as obras no andar de baixo, onde ficará a secretaria e serão oferecidas as oficinas.

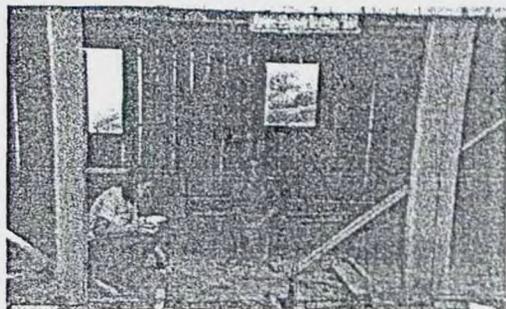
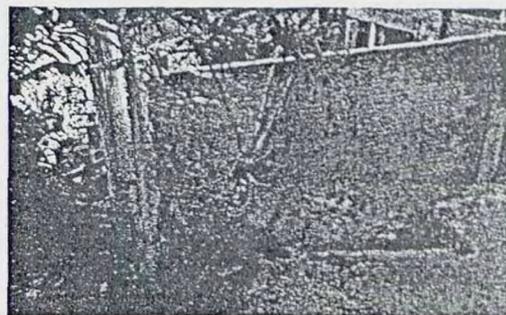
AMAC corre agora atrás dos cursos que serão oferecidos na nova sede

Com a proximidade do término de parte das obras da nova sede da associação, a AMAC corre agora atrás de cursos profissionalizantes que serão oferecidos aos moradores no local. Segundo o presidente Julcemar Guillard, ainda é cedo para dizer quais serão os cursos disponíveis, mas que o momento é para conseguir professores e equipamentos. A AMAC deve buscar parcerias com empresas ou mesmo voluntários para ministrar os cursos.

Engenheiro e medidor de terras fazem projeto para a Servidão da Felicidade

No mês passado, a Caieira recebeu a visita de um engenheiro e um agrimensor (profissional que mede as terras) que irão elaborar um projeto para resolver o problema da Rua Servidão da Felicidade.

Há muito tempo a rua causa muitos transtornos aos moradores do bairro, principalmente agora com a época das chuvas. Quem sabe finalmente não teremos a nossa principal rua do bairro toda asfaltada?



Amac programa na rádio 102,9 FM toda sexta-feira para discutir a sociedade

Toda sexta-feira, das 20 às 21h da noite o morador do bairro do Alto da Caieira tem um compromisso: ouvir o programa “Grito de Liberdade”, na rádio 102,9, FM.

Feito pela Amac, tem o objetivo de “dar voz àqueles que não tem voz”. É dedicado aos movimentos sociais e a programação inclui músicas sertanejas.

O programa é apresentado, desde o último dia 13, por Julcemar Guillard. Está aberto à participação de todos e todas.

ANEXO 22.

Moradores não podem ter ligação de água



Julcemar Guilardi, presidente da Associação de Moradores do Alto da Caieira: quase 200 famílias sem água



Sueli Teodoro (D), que mora há cinco anos na comunidade, pega água numa bica: "É uma situação muito complicada"

40% do Morro da Caieira sofre com falta de fornecimento

NATÁLIA VIANA

Sueli Teodoro mora há cinco anos no Morro da Caieira, centro da Capital, e desde então cumpre um ritual diário de acordar às 5 horas e se embrenhar na mata para conseguir coletar água em uma bica. Sueli, como cerca de 40% dos moradores da comunidade, não têm fornecimento de água, pois suas residências estão localizadas em áreas de preservação permanente consideradas resultado de ocupação. Em julho de 2001, a Prefeitura, Ministério Público, Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) e Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) assinaram um protocolo de intenções que proíbe a ligação de água e luz em áreas invadidas, de preservação, de encostas ou de risco.

De acordo com o presidente da Associação de Moradores do Alto da Caieira, Julcemar Guilardi, na comunidade existem 439 famílias, ou cerca de duas mil pessoas, e 40% deste total não têm acesso à água tratada. "A comunidade está em área de preservação permanente, assim como todo o maciço. Mas há moradores que estão aqui há 30 anos e quando se iniciou este povoamento, o poder público não fez nada para impedir, tanto que temos rede elétrica e água em parte da comunidade. A rede só parou de ser expandida há cerca de oito anos", afirma Guilardi.

Assim, as residências que ainda não eram abastecidas pela rede, ficaram de fora do sistema. "Para o banho, limpeza e descargas, utilizamos água do poço. Todos os dias às 5 horas eu e meu marido vamos buscar água na bica e voltamos carregando os galões. Para beber, compramos água mineral. E improvisamos uma ligação na calha, para coletar a água da chuva, que também utilizamos no banheiro e para limpeza. Às vezes o poço seca e só temos a água da chuva para usar. É uma situação muito complicada", conta Sueli.

A bica fica a alguns metros da comunidade e só é possível chegar ao local por uma trilha. Mas, a água disponível ali não é suficiente para todos. "Temos que vir buscar água às 5 horas e tem gente que vem até às 3 horas. É escuro, mas é a única

forma de garantir a água. Pois, são muitas as pessoas que vêm aqui, com o passar do dia o vai ficando", completa Sueli. Pouco abaixo da trilha existe outra bica, onde a água que tem um aspecto sujo e esbranquiçado. "A gente puxa água mais para lavar roupa, mas gente que ferve e usa para bico diz Claudete Nunes de Abreu, moradora. "Eu sofro bastante que não tenho mais ninguém me ajudar, meus filhos e meus netos ficam fora o dia todo. Como tem problemas na coluna, não posso carregar peso, mas hoje me greei a ir até lá para pegar água, preciso lavar roupa. Tem dias que vou até o poço e volto sem um d'água para fazer um café". Enedina Lopes, que mora na comunidade há oito anos.

BOM SENSO

De acordo com o gerente regional da Casan, Afonso Coutinho de Azevedo, a empresa não faz a ligação de água por se tratar de uma área de preservação. "Mas, que assinamos o protocolo de intenções com a Prefeitura, podemos mais fazer ligação de água em determinados terrenos, mas a busca da legalização das áreas. Os moradores que já têm água tem direito adquirido. Não demos a situação, destas pessoas pois água é um bem essencial que temos que cumprir a legislação vigente", explica Azevedo.

Para tentar se chegar a uma solução, a comunidade procurou o Ministério Público. Já foram realizadas duas audiências, a primeira com a participação da Casan. Foi realizada uma terceira audiência pública, em que se pretende ouvir também os poderes Judiciário e Executivo municipal. "Estamos trabalhando para o bom senso do poder público, que conhece bem o problema, e estamos apostando no bom senso para acabar com essa situação absurda", destaca Julcemar Guilardi.

O presidente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), Walmar de Luca, respondeu em uma correspondência à presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, assegurando que a empresa tem condições de atender os moradores que solicitam uma ligação de água e que, por decisão da Prefeitura, não pode ter seu pleito atendido. Ele pediu a imediata intervenção do Legislativo municipal para que a Prefeitura reveja os obstáculos criados para a autorização das ligações de água.

ANEXO 23.

Cristiane Fonlinha 19/1/2004



Abreu, moradora da Caieira, usa água coletada em bico

Legislativo avalia ligações de água e luz

Comissão parlamentar acompanha problemas decorrentes de protocolo

A Câmara de Vereadores de Florianópolis montou uma comissão parlamentar externa para acompanhar a questão das ligações de água e luz em loteamentos irregulares. Em julho de 2001, a Prefeitura, ministério público, Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) e Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) assinaram um protocolo de intenções que proíbe a ligação de água e luz em áreas ocupadas, de preservação, de encostas ou de risco. Uma destas áreas é o morro da Caieira, onde 40% da população não consegue ter acesso a água tratada.

Segundo o vereador Marcílio Ávila (PP), afastado da presidência da Câmara por motivo de férias, uma das questões que a casa está acompanhando é o caso do Alto da Caieira. "Trata-se de uma situação muito delicada. Se por um lado a Constituição garante que todo cidadão tem direito a água e luz, por outro, autorizando a instalação de água, podemos estar incentivando a ocupação de áreas de preservação", pondera.

Por isso, os vereadores estão analisando, em conjunto com a Prefeitura, os casos considerados mais simples. "Hoje, para se construir

uma casa com área inferior a 60 metros quadrados, não é necessário ter planta. Então há muitos casos de moradores que poderiam ter sua construção legalizada, mas que não tiraram o habite-se por dificuldades financeiras", diz Ávila. Em um segundo momento, a comissão pretende avaliar os casos mais complexos, como o da comunidade da Caieira. "Estes são casos mais difíceis e devem ser estudados com muito critério", completa.

De acordo com o secretário de Urbanismo e Serviços Públicos, Odilon Furtado Filho, no caso da água a

Prefeitura cumpre a determinação da Justiça para as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) que proíbe a ligação de energia em construções não legalizadas. Ele explica que para que haja a legalização de uma obra é necessário observar um série de critérios, como o terreno e o plano diretor local. "Mas, isso não é permitido em construções feitas em loteamentos clandestinos e áreas de preservação", afirma. O secretário diz que não há uma discussão específica para o problema da comunidade da Caieira. "Fazemos o planejamento visando o todo", conclui.

ANEXO 24.

AN capital

FLORIANÓPOLIS - SC

QUARTA-FEIRA • 4/2/2004

Água e luz

JULCEMAR GUILARDI

Diz a Constituição Federal que todos são iguais perante a lei. Não preciso gastar tempo e espaço para elencar milhares de exemplos onde ficaria demonstrado que uns são mais que outros, especialmente os que têm poderio financeiro ou “amigos” no poder. Este artigo é para contribuir com o intenso debate que vem sendo travado em Florianópolis com a polêmica da ligação, ou não, de água e energia elétrica em milhares de imóveis, que acompanho com duplo interesse. Primeiro porque como cidadão e humanista, os dramas humanos e a preservação da qualidade de vida (só atingida com preservação do ambiente) me dizem respeito e, em segundo lugar, porque sou o presidente da Amac, que representa os moradores do Alto da Caiera, do Saco dos Limões, onde estamos organizando e mobilizando toda a população para conseguirmos a mínima condição que ser cidadão exige, que é a regularização de nossos imóveis e poder contar com água e luz em nossas humildes moradas.

Para isso temos quase “removido montanhas” e a última atividade aconteceu na sede da Casan, em reunião com o seu presidente, buscando um fim para o impasse que deixa centenas de famílias sem o chamado ‘precioso líquido’. Vamos analisar sob

outros pontos de vista a lógica com que as autoridades competentes tem tratado a questão, em especial a prefeita Angela Amin, seu secretariado e o presidente da Câmara de Vereadores, Marcílio Ávila. Colocada a questão estritamente do ponto de vista legal e ampliando a visão para a necessidade imperiosa de mantermos as áreas de preservação permanente (APPs), estão corretíssimos todos os que citei e mais tantos quanto defendam o acordo efetuado no Ministério Público com a Celesc e a Casan, no sentido de não procederem as ligações desta infraestrutura em imóveis que estejam irregulares e, principalmente, os nessa situação por razão de estarem em áreas de preservação.

No entanto, uma série de outros elementos precisam ser levados em conta. Em primeiro lugar é preciso lembrar que ao poder público não cabe apenas estabelecer normas, mas cumprir e fazê-las cumprir. Digo isso porque se tem gente já instalada e que construiu em área de preservação, em encostas perigosas, etc, é porque não há fiscalização e, portanto, já não há mais a preservação permanente. Em segundo lugar e mais importante, volto agora ao tema da abertura, deve-se lembrar a estas “competentes” autoridades de que

não por acaso a esmagadora maioria dos casos em questão se dão com imóveis de gente humilde, pobre, trabalhadora e em grande parcela desempregada. Os ricos e amigos do poder não precisam ser organizar porque resolvem por outros caminhos o seu problema. Não precisa andar muito por Floripa para verificar onde estão construídos empreendimentos e casas de alto luxo legalizados de forma privilegiada.

Defendo sim a manutenção das áreas de APP. Defendo sim a qualidade de vida. Defendo sim a qualidade de vida. Defendo sim a legalidade de atitudes do Estado para isso garantir, desde que o maior dos bens a serem preservados, vida humana com dignidade, estejam garantidos e que a lei valha para todos. Senhora prefeita: eu desmonto meu barraco e me mudo do Alto da Caiera se a senhora mandar demolir o Costão do Santinho, fazer desocupar todas as áreas ocupadas por condomínios de luxo à beira da Lagoa da Conceição, das areias do Campeche ou da praia Mole, só para começar a conversa. Sem isso, quero água e luz já, na minha e em todas as casas dos trabalhadores e desempregados desta cidade.

■ **JULCEMAR GUILARDI**, presidente da Associação dos Moradores do Alto da Caiera (Amac) do Saco dos Limões